

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – *CAMPUS I*  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**

**ELIEZER VIEIRA LIMA**

**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE  
MEDEIROS NETO-BA (2015 A 2025): CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO**

**Salvador – BA  
2024**

**ELIEZER VIEIRA LIMA**

**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE  
MEDEIROS NETO-BA (2015 A 2025): CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade, junto à Linha de Pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, sob a orientação da Profa. Dra. Dra. Célia Tanajura Machado.

**Salvador – BA  
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB: 5/918

L732m Lima, Eliezer Vieira

Monitoramento e avaliação do plano municipal de educação de Medeiros Neto-BA (2015-2025): contribuições da comissão / Eliezer Vieira Lima. - Salvador, 2024.

108 f.

Orientadora: Célia Tanajura Machado.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, Campus I. 2024.

Contém referências e apêndices.


1. Plano Municipal de Educação – Medeiros Neto (BA). 2. Plano de educação

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MEDEIROS NETO-BA (2015 A 2025): CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO

ELIEZER VIEIRA LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, em 06 de maio de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

  
**Profa. Dra. Célia Tanajura Machado**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Documento assinado digitalmente  
 SANDRA MÁRCIA CAMPOS PEREIRA  
Data: 13/05/2024 11:39:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Sandra Márcia Campos Pereira**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Doutorado em Educação Escolar  
Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil

Documento assinado digitalmente  
 SUZANE DA ROCHA VIEIRA GONCALVES  
Data: 30/05/2024 10:45:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves**  
Universidade Federal do Rio Grande - UNEB  
Doutorado em Educação Ambiental  
Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil

  
**Profa. Dra. Gabriela Sousa Rego Pimentel**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade de Lisboa, UL, Portugal

Dedico este trabalho à minha esposa, Ivaneide Vieira Santos, a meu filho Heromax Santos Lima, e às minhas filhas, Isadora Vieira Lima e Ana Vitória Vieira Lima, pela paciência com que suportaram meus momentos de ausência, e pela compreensão quanto à minha necessidade de estar só, para melhor produzir.

## AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho pode ser bem construído na solidão absoluta, pois muito embora haja o protagonismo de alguém em toda e qualquer atividade, haverá sempre a necessidade do apoio de coadjuvantes, cada um contribuinte à sua maneira, em algum momento, para que, no fim de tudo, a obra seja uma bela tessitura de saberes e de fazeres.

Isto posto, ficam aqui alguns agradecimentos mais que necessários e especiais:

A Deus, supremo criador de tudo, por me conceder essa oportunidade.

À minha família, pela compreensão e apoio incondicionais.

À minha orientadora, Professora Doutora Célia Tanajura Machado, por ter me abraçado e acolhido com grande ternura, mas também com firmeza. Por suas palavras de incentivo e pela valiosa contribuição ao meu crescimento profissional e pessoal.

Ao Trabalho – Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Trabalho e Educação, por ter me acolhido em momento tão especial da minha vida.

A todos os professores e técnicos da UNEB, em especial, do PPGEduc, que contribuíram para o meu processo de formação e que oportunizaram importantes momentos de reflexão sobre a educação na contemporaneidade.

Aos colegas de curso, que me acolheram e possibilitaram que eu tivesse uma excelente integração com toda a turma.

Aos colegas de trabalho do Centro Territorial de Educação Profissional de Medeiros Neto pela compreensão em possibilitarem que eu desenvolvesse as orientações pedagógicas algumas vezes por meios remotos, facilitando, assim, meu desempenho acadêmico.

A todos os amigos como Hervaldo David de Oliveira, Tamires Pereira e a família Veloso que me ajudaram a trilhar essa caminhada.

E a todos que, de uma forma ou de outra, tornaram este percurso possível.

*A busca por caminhos que levem a um aprendizado eficaz se faz premente, entre outros motivos, pela necessidade de se diminuir a distância que parece haver entre os dados oficiais, que indicam os aspectos positivos da educação no Brasil, e a realidade demonstrada em pesquisas sobre o rendimento educacional brasileiro que, contrariando esses dados, revelam o baixo rendimento escolar dos brasileiros, em todos os níveis da educação.*

*(Costa Sampaio)*

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições que o trabalho da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025) tem trazido para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano pela Secretaria Municipal de Educação. No decorrer da pesquisa, pretende-se historicizar a implantação da Comissão (CAAA) do PME; descrever os processos de trabalho, práticas de acompanhamento e avaliação das metas e estratégias do PME adotados pela CAAA e refletir sobre as contribuições deste trabalho para o êxito da gestão educacional, no sentido do cumprimento das metas e estratégias definidas no PME de Medeiros Neto – BA. A metodologia adotada pauta-se pela abordagem qualitativa de natureza exploratória, com a utilização pesquisas bibliográfica, documental e de campo como procedimento metodológico para a produção dos dados. A pesquisa bibliográfica tem o intuito de construir uma base teórica sobre os conceitos de sustentação da pesquisa; a pesquisa documental explora as fontes que normatizam a regulação, organização e funcionamento da CAAA; e, por fim, a pesquisa de campo que ocorreu com a realização de entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica do PME, com membro da CAAA, com a coordenação do PME e com secretários de educação que atuaram e atuam no município de Medeiros Neto – BA, no período em estudo. Como procedimento de análise adotou-se o uso da Análise de Conteúdo. Assim, traçou-se a história da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2016-2022), confirmando sua conformidade com a Lei 13.005/2014 e sua importância na gestão educacional. A pesquisa revelou que o planejamento educacional no Brasil historicamente foi subordinado a políticas econômicas, relegando a educação a segundo plano. No entanto, o estudo destacou a importância do monitoramento e avaliação para a implementação das políticas públicas educacionais, por meio da participação ativa da sociedade civil e atores políticos. Nesse sentido, as análises de entrevistas e relatórios de monitoramento evidenciaram a relevância das CAAA. A pandemia expôs a fragilidade das relações intergovernamentais e a falta de coordenação nas políticas educacionais, reforçando a necessidade de uma política colaborativa entre os sistemas de ensino. Em virtude da escassez de estudos sobre monitoramento e avaliação educacional, a pesquisa indicou a necessidade de aprofundamento dessas investigações para promover uma educação pública de qualidade e fortalecer a participação coletiva na elaboração de novos planos educacionais. Espera-se, com os resultados da pesquisa, contribuir para a reflexão das dimensões pedagógicas, organizacional e política relativas ao alcance das metas e cumprimento das estratégias do PME (2015/2025) pela Secretaria Municipal de Educação.

**Palavras-chave:** Gestão educacional; Monitoramento e Avaliação; Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação; Controle Social; Plano Municipal de Educação.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the contributions that the work of the Commission for Monitoring, Evaluation, and Adaptation (CAAA) of the Municipal Education Plan of Medeiros Neto-BA (2015 to 2025) has brought to the fulfillment of the Plan's Goals and Strategies by the Municipal Department of Education. During the research, we intend to historicize the implementation of the PME Commission (CAAA); describe the work processes, monitoring and evaluation practices of the PME goals and strategies adopted by the CAAA, and reflect on the contributions of this work to the success of educational management, in the sense of fulfilling the goals and methods defined in the PME of Medeiros Neto - BA. The methodology adopted is based on an exploratory qualitative approach, using bibliographical, documentary, and field research as the methodological procedure for producing the data. The bibliographical research aims to build a theoretical basis on the concepts that underpin the research; the documentary research explores the sources that regulate the regulation, organization, and functioning of the CAAA; and, finally, the field research that took place with semi-structured interviews with the technical team of the PME, with a member of the CAAA, with the coordination of the PME and with secretaries of education who worked and work in the municipality of Medeiros Neto - BA, during the period under study. Content Analysis was used as the analysis procedure. In this way, the history of the Monitoring, Evaluation and Adequacy Commission (CAAA) of the Medeiros Neto-BA Municipal Education Plan (2016-2022) was traced, confirming its compliance with Law 13.005/2014 and its importance in educational management. The research revealed that educational planning in Brazil has historically been subordinated to economic policies, relegating education to the background. However, the study highlighted the importance of monitoring and evaluation for the implementation of public education policies, through the active participation of civil society and political actors. In this sense, the analysis of interviews and monitoring reports showed the relevance of the CAAA. The pandemic has exposed the fragility of intergovernmental relations and the lack of coordination in education policies, reinforcing the need for a collaborative policy between education systems. Given the scarcity of studies on educational monitoring and evaluation, the research indicated the need to deepen these investigations to promote quality public education and strengthen collective participation in drawing up new educational plans. It is hoped that the results of the research will contribute to reflection on the pedagogical, organizational and political dimensions relating to the achievement of the targets and compliance with the strategies of the PME (2015/2025) by the Municipal Department of Education.

**Keywords:** Educational management; Monitoring and Evaluation; Commission for Monitoring, Evaluation and Adaptation of the Municipal Education Plan; Social Control; Municipal Education Plan.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DO EXTREMO SUL DA BAHIA COM INDICAÇÃO DE MEDEIROS NETO-BA.....	42
FIGURA 2 - MAPA DO MUNICÍPIO DE MEDEIROS NETO.....	43
FIGURA 3 – VISTA AÉREA DO MUNICÍPIO DE MEDEIROS NETO.....	44
FIGURA 4 – PARTE A DA FICHA DE MONITORAMENTO DO PME.....	67
FIGURA 5 – PARTE B DA FICHA DE MONITORAMENTO DO PME.....	68
FIGURA 6 – CICLO DE INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO.....	68
FIGURA 7 – PARTE C DA FICHA DE MONITORAMENTO DO PME.....	71
FIGURA 8 – PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA SEGUNDO BARDIN (2011).....	100
FIGURA 9 – FLUXOGRAMA METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	101

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESTRUTURA DO PME DE MEDEIROS NETO – BA (2015 A 2025) .....	49
QUADRO 2 – SELEÇÃO DOS TRABALHOS PESQUISADOS – 2017 A 2022 .....	78
QUADRO 3 – PLANOS DE EDUCAÇÃO VIGENTES NOS DIFERENTE ENTES FEDERADOS .....	84
QUADRO 4 – ATRIBUIÇÕES LEGAIS DAS INSTANCIA REPRESENTATIVAS ENVOLVIDAS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME. ....	85
QUADRO 5 – FONTES DOCUMENTAIS RELATIVAS À CAAA DO PME DE MEDEIROS NETO – BA, PUBLICADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL ENTRE 2014 E 2021 (CONTINUA) .....	86
QUADRO 5 – FONTES DOCUMENTAIS RELATIVAS À CAAA DO PME DE MEDEIROS NETO – BA, PUBLICADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL ENTRE 2014 E 2021 (CONCLUSÃO).....	87
QUADRO 6 – PERFIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS .....	90
QUADRO 7 – CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS .....	99

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – RESULTADOS ENCONTRADOS PARA A PESQUISA DOS DESCRITORES “MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO” + “PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO” – 2017-2022 .....	77
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AV	Avaliação Educacional
BA	Bahia
CAAA	Comissão de Acompanhamento Avaliação e Adequação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CID	Centro de Documentação e Informação
CNE	Conselho nacional de Educação
Coneb	Conferência Nacional de Educação Básica
Coned	Conferência Nacional de Educação
ET	Equipe Técnica
ETEMA	Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação
FNE	Fórum Nacional de Educação
INEP	Instituto Nacional de Educação e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MS	Mato Grosso do Sul
PA	Pará
PAR	Plano de Ação Articulada
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual de Atividades
Proam	Programa de Apoio à Educação Municipal
Pró-Conselho	Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação
Progestão	Programa de Formação Continuada para Gestores Escolares
RBS	Revisão Bibliográfica Sistemática
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SC	Santa Catarina

SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEC	Secretaria de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNCME	União dos Conselhos Municipais de Educação
Undime	União dos Dirigentes municipais de Educação
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>17</b>
<b>2 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: UM ATO INTENCIONAL, POLÍTICO E TÉCNICO DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
2.1 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: DISPOSITIVOS COMPLEMENTARES DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL .....	34
2.2 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014 – 2024: ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	39
<b>3 O PME DE MEDEIROS NETO (2015/2025): UMA ADESÃO AO PNE .....</b>	<b>41</b>
3.1 A ADESÃO DE MEDEIROS NETO AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	45
3.1.1 <i>Um destaque para o Proam e a educação municipal .....</i>	<i>49</i>
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE .....	53
<b>4 CONTROLE SOCIAL, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: UMA TRIÁDE INDISSOCIÁVEL .....</b>	<b>58</b>
4.1 A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS DECENAIS: PRINCÍPIOS E CRIAÇÃO .....	62
4.2 O CAAA DO PME (2015 A 2025) DE MEDEIROS NETO: ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO .....	65
4.3 CONTRIBUIÇÕES NECESSÁRIAS AO TRABALHO DA CAAA .....	71
<b>5 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>74</b>
5.1 CONSTRUÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	88
5.2 PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS DADOS – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	93
5.3 PROCESSO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	96
<b>6 CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ADEQUAÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MEDEIROS NETO-BA (2015 A 2025).....</b>	<b>103</b>

6.1	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (DIMENSÃO POLÍTICA) ....	107
	.....	107
6.1.1	<i>Contribuição da Comissão para o Monitoramento e Avaliação do PME</i> .....	108
6.1.2	<i>importância do trabalho da CAAA para a educação e gestão do PME</i> .....	113
6.1.3	<i>Publicização do trabalho da comissão (CAAA) do PME.</i> .....	116
6.2	PLANEJAMENTO EDUCACIONAL ( DIMENSÃO ORGANIZACIONAL) .....	119
6.2.1	<i>Composição e inserção da comissão de monitoramento e avaliação do PME</i> .....	119
6.2.2	<i>Participação no processo de construção, monitoramento e avaliação do PME.</i> .....	122
6.3	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME (DIMENSÃO PEDAGÓGICA) .....	125
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>138</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>149</b>

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

## 1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Este estudo se situa na área de concentração da Linha III: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *Campus I* Salvador – BA e se propõem a trazer para a discussão os aspectos e pressupostos teóricos da Gestão Educacional, do Planejamento e seus desdobramentos em Planos de Educação, enquanto instrumentos de organização técnico, político e pedagógico da gestão educacional.

Nesse sentido, entende-se que os planos decenais de educação precisam ser monitorados e avaliados, periodicamente, por conselhos representativos da sociedade civil, sendo necessário que a gestão se compreenda como organizadora e executora das políticas públicas de educação de forma democrática e participativa. A pesquisa está intitulada como “Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto – BA, de (2015 a 2025): Contribuições da Comissão”, tendo como foco principal as contribuições que o trabalho da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) tem trazido para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto – BA (2015 a 2025) (PME).

A realidade que se apresenta necessita ser interpretada e o paradigma qualitativo discorre sobre realidades múltiplas construídas pela sociedade, às quais são atribuídos significados diversos para diferentes sujeitos. A interpretação dessas realidades depende da visão de mundo do investigador. Pesquisador e objeto de investigação são interdependentes, um influencia o outro, o conhecimento e a relação do investigador com seu objeto de investigação podem beneficiar e contribuir para resultados da pesquisa. Nessa direção, o interesse em pesquisar essa temática justifica-se pelo fato de a temática estar presente em grande parte de minha trajetória de vida profissional e acadêmica.

Iniciei meus estudos no ano de 1973, no antigo primário do Grupo Escolar Oscar Cardoso, escola pública da cidade de Medeiros Neto – BA. Conclui o ensino Médio, habilitado como Técnico em Contabilidade, em escola pública, no turno noturno, em 1985, paralelamente curso de Magistério, no turno diurno. O curso técnico nos possibilitava abrir as portas para empregos nos bancos, comércio entre outros. Inclusive, à época, estagiei no banco Bradesco. Não me sentia bem, ocupando esse lugar e, ao término do estágio, recusei o convite para a minha efetivação como bancário.

Mais tarde, tive minha primeira experiência profissional na Educação, na condição de professor substituto em uma escola da zona rural. Com o tempo, terminei por assumir a turma na condição de professor titular, indo e voltando todos os dias, da cidade para a escola, em um percurso de mais de dez quilômetros, muitas das vezes, fazendo parte ou todo percurso a pé. Não foi uma fase fácil, mas de muito aprendizado.

Tempos depois, fui dar aulas também para o Ensino no Médio, no curso Técnico de Contabilidade. Naquela época, não existia ainda a exigência de curso superior ou licenciatura para ministrar aulas até o ensino médio; bastava uma autorização do MEC. Depois de alguns anos, assumi a direção de uma escola municipal, cuja oferta se estendia desde a alfabetização até ensino fundamental – anos finais. Fiquei por mais de dez anos na função de Diretor. Nessa fase, minha formação ainda era apenas em Magistério de primeiro grau.

Naturalmente, com o passar do tempo, sentir necessidade de investir na minha formação acadêmica. Entretanto, havia uma dificuldade imensa, em razão da distância para acessar tais cursos e a impossibilidade de mudar de moradia. Isto foi possível quando a UNEB chegou à cidade vizinha, Teixeira de Freitas-BA, e eu fui aprovado no vestibular para Licenciatura em Pedagogia. Esse curso fez toda diferença em minha vida acadêmica, me fortaleceu pessoalmente e profissionalmente e me deu possibilidade de criar expectativas, como essa, de cursar um mestrado, exercer um novo papel como pesquisador e contribuir com a sociedade por meio do meu trabalho de pesquisa e reflexão.

Durante todos esses anos, fiz vários cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) e cursos de extensão, na área da gestão em saúde, gestão pública, gestão ambiental e outras.

Alguns anos mais tarde, entre 2006 e 2009, senti a necessidade de me dedicar a uma nova formação, dessa vez a Licenciatura em História, realizando o curso na Universidade de Uberaba, o que me permitiu conhecer o processo de construção humana, as relações de produção capitalista e compreender a totalidade histórica da sociedade com sua realidade e suas contradições.

Em razão da minha inquietude, continuei fazendo vários cursos de extensão universitária e, ao longo de minha trajetória profissional, assumi vários cargos de assessoria e de gestão: de 2000 a 2003, atuei como assessor da secretaria de educação do município de Jucuruçu; de 2009 a 2012, assumi a função de secretário municipal de administração em Medeiros Neto- BA; e, de 2013 a 2016, exerci o cargo de vereador e presidi a Comissão de Educação da Câmara Municipal de Medeiros Neto.

Essa minha trajetória profissional e acadêmica me possibilitou cursar o Mestrado no Programa Pós-graduação Educação e Contemporaneidade da UNEB e participar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Trabalho e Educação, o que melhor se adequou ao meu perfil como professor e pesquisador. Os estudos que vem sendo feitos no curso e no Grupo de Trabalho tem-me possibilitado construir um conhecimento sólido na minha trajetória pessoal e na pesquisa em educação e gestão.

Considero o processo de construção de minha vida acadêmica e profissional um processo dialético e material de existência, que desenvolvi ao longo de minha história na realidade em que estou inserido. Por meio dessa relação, pôde ocorrer um desvendar das condições sob a dimensão material e histórica do concreto que sou e produzo nessa relação social, histórico-dialética pela qual produzo a minha existência. O trabalho, ora apresentado, é fruto dessa trajetória e, em especial, das leituras e discursões que vêm sendo construídas nas disciplinas cursadas e no Grupo de Trabalho.

Todo período histórico da educação brasileira vem sendo marcado por crescentes preocupações com as condições e rumos da educação nacional, sendo intensificado, nos últimos anos, por uma forte influência mundial, quanto à modernização nas práticas de gestão governamentais, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços com eficiência e eficácia dos gastos públicos. Nessa direção, surgem no final do século XX Planos Nacionais de Educação como diretrizes voltadas à sistematização a gestão da educação, inclusive, evidenciando mecanismos de monitoramento e de avaliação para assegurar melhores resultados das políticas públicas educacionais.

Em 1980, a ditadura militar foi perdendo força, deixando suas marcas em toda sociedade e também na educação. Mesmo após seu fim, em 1985, os interesses do capital se mostravam presentes na estrutura educacional, assim como a dependência financeira do país do capital internacional. Somente a partir de 1988, após a aprovação da nova Constituição Democrática, a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), com *status* de Lei, passa a ser obrigatória, prevalecendo, inclusive na LDB, revista e aprovada em 1996 (LDBEN 9.394/1996). Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 214, estabelece a necessidade de um PNE explicitado como articulador da educação nacional, em forma de lei (Brasil, 1988)

O PNE se constitui um instrumento de planejamento educacional no contexto das políticas públicas educacionais do Brasil, sendo objeto de disputas desde 1932 com o Movimento dos Pioneiros, até os dias de hoje. Nesse sentido, Azanha (2004) entende que um

plano de educação precisa ser construído de forma técnica, de natureza administrativa e financeira, para ser executado por uma política educacional, colocando em xeque o que é, realmente, necessário.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a década de 1990 é marcada por profundas reformas no planejamento educacional brasileiro, pela necessidade de atender as demandas que surgiram com a reforma do Estado. Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996), a qual menciona o PNE como incumbência da União.

Em fevereiro de 1998, chegam ao Congresso duas propostas para PNE 2001 – 2010. Uma conhecida como PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, como Projeto de Lei nº 4.155/1998 (BRASIL, 1998a), com reivindicações de uma escola pública estatal com ampliação dos recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), bem como a democratização da gestão educacional como tentativa de universalizar a educação básica. A outra proposta de Projeto de Lei nº 4.173/1998 foi elaborada pelo Ministério da Educação (MEC). No Congresso, as propostas foram tramitadas sendo que o PL nº 4.155/1998 foi apensado ao PL 4.173/1998 do Executivo Federal, que ganhou preponderância no debate do Congresso Nacional.

As duas propostas de lei apresentavam propostas diferentes para o sistema educacional do país, pois eram oriundas de grupos de interesses diversos. A Proposta da Sociedade era fruto de debates ocorridos no âmbito da Conferência da Educação realizada por organizações da sociedade civil, partidos político, movimentos sociais e entidade de classes, excluídos dos processos de planejamento (Souza; Duarte, 2014) e a Proposta do Executivo respondia diretamente aos interesses e acordos firmados pelo governo federal junto a organismos internacionais que financiavam e sugeriam políticas para a educação nacional.

Nesse contexto, é aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172 em 9 de janeiro de 2001, cujo texto final recebeu vetos presidenciais em todos os aspectos que tratavam do financiamento. O novo Plano estabeleceu que Estados e Municípios deveriam elaborar os seus planos estaduais e municipais de educação em regime de colaboração, por meio de debates com sociedade civil, com o propósito de assegurar o cumprimento das metas traçadas no Plano Nacional. O PNE 2001/2010 propunha uma educação baseada na igualdade e justiça social, na democratização da gestão educacional e na universalização da Educação Básica.

Ao analisar o PNE 2001-2010, percebe-se que muitas metas previstas fracassaram. O complexo sistema federativo brasileiro contribuiu para que União, Estados e Municípios não elaborassem os seus planos e, conseqüentemente, não realizassem ações, que pudessem alcançar as metas definidas no Plano Nacional. Além disso, a grande quantidade de metas e a debilidade de mecanismos de acompanhamento também contribuíram para o fracasso. Para além disso, para ser efetivado, o PNE requeria a materialização do regime de colaboração dos entes federados e o envolvimento dos diversos setores sociais na articulação e implementação de suas metas, e assim alcançar os compromissos estabelecidos. Apesar das avaliações sobre o PNE I realizadas por diferentes interlocutores institucionais, “[...] a avaliação do Plano efetivou-se parcialmente, na medida em que não resultou em correções de suas deficiências [...]” (Dourado, 2011, p. 11).

Entretanto, este PNE 2001/2010 contribuiu para mudanças na política e no planejamento educacional, com avanços na expansão do número de matrícula no ensino fundamental e sua universalização. Mas serviu também para reflexão acerca dos entraves de sua inoperância. Dourado (2011), destaca que o conhecimento dos resultados das avaliações do primeiro PNE deu subsídio para o PNE 2014- 2024.

Há que se destacar que a elaboração do novo PNE (PNE 2014- 2024) ocorreu a partir da realização de conferências de educação que mobilizou municípios e estados de todo país entre os anos de 2007/2010, cujas propostas eram consolidadas nas Conferências Nacionais (Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb – 2008) e a Conferência Nacional de Educação (Conae – 2010), realizadas em Brasília, com delegados de todos os estados brasileiros, representando diferentes segmentos educacionais. O novo PNE, aprovado no dia 25 de junho de 2014 sob a Lei nº 13.005/2014, trouxe uma síntese de muitas das preocupações debatidas nas conferências, ainda que pinçadas, de acordo com os interesses e políticas do governo da época.

Azevedo (2015) aponta um longo período de tramitação do Projeto de Lei em razão do campo de forças com interesses contraditórios e do grau de importância do PNE como instrumento de política pública educacional para os últimos dez anos.

O PNE (2014 – 2024) tem 20 metas e 170 estratégias bem coerentes com a realidade educacional brasileira. Contempla ações para os níveis de ensino e suas modalidades e traz ainda em sua organização a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação. Como no Plano anterior, o PNE 2014/2024 indicou a necessidade de estados e municípios elaborarem planos estaduais e municipais da educação, o que foi seguido por políticas de apoio técnico e

financeiro do MEC. Assim, por força da Lei nº 13.005 de junho de 2014 e da necessidade de acesso a recursos de transferência voluntária do MEC, o município de Medeiros Neto-BA elaborou o seu primeiro Plano Municipal de Educação (PME) para dez anos, com ampla participação social. Esta mobilização constituiu o Comitê Gestor do PME que atuou no processo de construção, até sua aprovação em março do ano de 2015, pela Lei nº 419/2015.

Em consonância com o PNE (2014-2024), o PME de Medeiros Neto estabelece objetivos e metas para o decênio, bem como as diretrizes político-pedagógicas, contemplando todos os níveis e modalidades da educação. Encontra-se respaldado nos marcos normativos norteadores para a elaboração e fundamentação de todo o processo de construção, execução, monitoramento e avaliação. Assim, “[...] o plano deverá ter uma avaliação contínua, com calendário elaborado pela Comissão com avaliação anuais, realizações de plenária para a publicitação das informações, para correção de rumos e buscas dos necessários suportes para levar o plano adiante” (Medeiros Neto, 2015, p. 155).

Nesse sentido o PME é compreendido como um documento norteador das políticas públicas municipais, como também nos afirma Bordignon (2009, p. 90), “[...] é um instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade preconizadas nas bases e diretrizes do Sistema Municipal de Educação”, sendo um Plano de Estado que ultrapassa governos e ameniza impactos nas trocas de gestão.

Com o propósito de garantir o cumprimento das metas e com base na estratégia do PNE (2014 – 2024), a gestão educacional municipal de Medeiros Neto-BA instituiu a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) para monitorar e avaliar o PME (2015 a 2025).

Diante do exposto, essa pesquisa parte da seguinte problemática: Quais contribuições o trabalho da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025) aporta para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano pela Secretaria Municipal de Educação?

Na tentativa de responder a esse questionamento, foram traçados objetivos que conduzirão a pesquisa. O objetivo geral visa analisar as contribuições da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025) para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano, desde a sua formação até os dias atuais, face as ações dos diferentes níveis de governo no período. E os objetivos específicos buscam: a) Historicizar a implantação da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do PME de Medeiros Neto-BA, entre

2016 e 2022; b) Descrever processos de trabalho, práticas de acompanhamento e avaliação das metas e estratégias do PME de Medeiros Neto adotados pela CAAA, entre os anos de 2016 e 2022, face as mudanças provocadas na política educacional nos diferentes níveis de governo; e c) Refletir sobre as contribuições do trabalho da CAAA para o cumprimento das metas e estratégias do PME de Medeiros Neto pela Secretaria Municipal de Educação, entre os anos de 2016 e 2022.

A metodologia adotada pauta-se pela abordagem qualitativa e de natureza exploratória. Com procedimentos de produção de dados, adota a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica tem intuito de construir uma base teórica sobre os conceitos de sustentação da pesquisa; a pesquisa documental buscará compreender os marcos que normatizaram e registraram o trabalho da CAAA; a pesquisa de campo, ou relacional, consiste na realização de entrevistas semiestruturadas com os membros da equipe técnica do PME, com os membros das CAAA, com o responsável pela coordenação do PME e com os secretários de educação, que atuaram e atuam no município.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para a reflexão das dimensões pedagógica, organizacional e política, para o cumprimento das metas e estratégias do Plano pela Secretaria Municipal de Educação. Assim, é premente compreender a efetiva contribuição do trabalho da CAAA para o cumprimento das metas e estratégias para a materialização do PME de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025).

Após essas considerações introdutórias (primeira seção); o texto desta dissertação está organizado em sete seções e suas respectivas subseções, Além da primeira seção (a introdução), a segunda seção traz o Planejamento educacional como um ato intencional, político e técnico da educação e seus desdobramentos e está organizada em quatro subseções; a terceira aborda o controle social, monitoramento, avaliação, considerados como uma tríade indissociável em suas funcionalidades e está organizada em três subseções; a quarta seção discorre sobre a proposta metodológica e suas duas subseções; a quinta seção será dedicada à análise dos resultados da pesquisa; e a sexta seção a análise das contribuições da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-Ba (2015 a 2025) para o cumprimento de suas metas e estratégias, que se desdobra em suas respectivas nove subseções e a última seção as considerações finais.

## **2 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: UM ATO INTENCIONAL, POLÍTICO E TÉCNICO DA EDUCAÇÃO.**

Entender o conceito de planejamento educacional implica considerar sua importância na organização do trabalho, nas prioridades das demandas, na alocação de recursos necessários para a efetivação das ações e no cumprimento das metas, atingindo, assim, os objetivos educacionais. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o planejamento educacional como instrumento de organização e condução para conhecer o percurso trilhado pelos planos decenais de educação e seus desdobramentos. Castro (2010) nos orienta que planejamento pode ser compreendido como

[...] todo ato intencional, político e técnico para direcionar as atividades do campo educacional, buscando racionalizar os fins e os meios para conseguir os objetivos propostos. É intencional, na medida em que não pode ser efetivado aleatoriamente. Ele implica conhecimentos da realidade, pressupõe escolhas e estabelecimento de meios para se atingir um determinado fim. É político, visto que está comprometido com as finalidades sociais e políticas da sociedade. É técnico, pois exige a utilização de meios eficientes para se obter os resultados. Tem como pressupostos básicos: o delineamento da filosofia da Educação do País, evidenciando o valor das pessoas e da escola na sociedade. Operacionaliza-se em planos e projetos e tem um caráter processual, constituindo-se, pois, em uma atividade permanente de reflexão e ação, na busca de alternativas para a solução de problemas e de tomada de decisão. Ele ocorre em três dimensões que estão inter-relacionadas (Castro, 2010, p.28).

O planejamento educacional é um instrumento tridimensional, pelo qual se realiza um ato intencional, político e técnico. Ele direciona e organiza objetivos, diretrizes, metas, recursos financeiros e de pessoal. Aponta a necessidade de acompanhamento e avaliação, com a intenção de materializar ações, cumprir objetivos e alcançar um propósito.

Por vezes, o planejamento pode ser confundido com plano. No entanto, o plano deve sistematizar o processo de planejamento, para que os objetivos traçados possam ser alcançados. O planejamento precisa antecipar fatos para possível intervenção, procurando relacionar as metas previstas, a aplicação de recursos e o resultado a ser alcançado, traduzindo, assim, uma nova perspectiva para o que se tinha anteriormente.

O planejamento educacional se apresenta como um exercício do controle, um ato intencional, político e técnico do Estado. É possível afirmar que, ao longo da história, o

planejamento tem estreitos laços com o poder, uma vez que o plano se faz funcional, em relação aos anseios políticos (Horta, 1991). Ainda conforme Horta (1991):

O planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em educação, que se relaciona, de diferentes maneiras, historicamente condicionadas, com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando a implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado (Horta, 1991, p.195).

Fonseca (2016) corrobora para esse entendimento quando expõe as concepções e práticas do planejamento educacional como função política, tendo em vista os conceitos teórico-metodológicos que sustentaram o planejamento brasileiro na segunda metade do século XX.

Como função política, o planejamento ergue-se como meio para organizar a política econômica e social de cada gestão governamental. Conquanto em primeira instância os planos atendam aos interesses hegemônicos do Estado, não se pode negar que constituem formas concretas de definir valores e benefícios a serem distribuídos para a sociedade e os meios para sua consecução. Neste caso, o planejamento assume caráter racional a partir de regras e procedimentos técnicos (Fonseca, 2016, p.26).

Desta maneira, o planejamento educacional incide no conjunto de ações articuladas, com vista ao desenvolvimento da educação como um todo no país, buscando alternativas para solução dos problemas educacionais brasileiros.

Ao analisar a trajetória do planejamento educacional e dos planos de educação no Brasil, Bordignon (2014, p. 47) ressalta que, durante muito tempo, “[...] a preocupação predominante estava na elaboração do plano como documento técnico. Tarefa concluída, missão cumprida. Registra-se pouca preocupação com o planejamento das ações para a sua implementação”.

A elaboração e constituição de planos educacionais, no Brasil, não se deram de imediato, mas percorreram um longo caminho. Dourado (2017) aponta as influências das ideias do Manifesto dos Pioneiros, de 1932, e a Constituição de 1934, como marcos históricos de esboço de planejamento educacional no Brasil (Azanha, 1998; Bordignon, 2014; Dourado, 2017a; Saviani, 2008). Desde então, várias foram as tentativas no sentido de pautar a educação brasileira mediante planejamentos educacionais.

Nesse contexto, a década de 1930, a educação foi marcada pela atuação de educadores e pensadores, que conjecturavam a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Em 1932, 26 desses intelectuais elaboraram uma proposta e foram signatários do que veio a ser chamado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. O documento elaborado apontava para a necessidade de um plano geral para a educação nacional, tendo como princípios a construção de escola pública, gratuita, laica e obrigatória até 18 anos de idade e, nesse sentido, consolidava a compreensão de que: “[...] todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país”. (Azevedo *et alii* 1984, p. 407). Esse documento continha as primeiras ideias de um Plano para educação que servisse de planejamento educacional com abrangência nacional.

O ideário da “Educação Nova” tinha como um dos seus expoentes o Professor Anísio Spínola Teixeira. Baiano, Anísio Teixeira nasceu em Caetité (BA), em 12 de julho de 1900. Filho de fazendeiros, estudou em colégios jesuítas em Caetité e em Salvador. Em 1922, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, no Rio de Janeiro. Foi nomeado inspetor geral de Ensino do Estado da Bahia aos vinte e quatro anos.

Anísio Teixeira pertencia à geração de intelectuais que se destacou no campo político, literário, social e educacional, juntamente com um grupo de pensadores liberais, cuja aspiração era “a construção do país em bases urbano industriais e democráticas e que endossam as teses da Pedagogia Nova” (Brito, 2006, p.34). O próprio percurso profissional e intelectual de Anísio confirma seu envolvimento com as ideias liberais modernas e tentativas de adoção de um novo sistema de ensino de cunho democrático libertário para sociedade baiana e brasileira. O Manifesto de 1932 correspondeu a uma de suas ações, encontrando na força do grupo de renovadores uma possibilidade para alcançar tal intento e ideal.

Nos anos 1925 a 1929, Anísio viajou à Europa e na volta conseguiu transformar o seu projeto de reforma do ensino baiano na Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925. Nela, como no Relatório Anual que apresentou ao governador Góes Calmon, em abril desse ano, defendia a concepção de que a escola deveria oferecer uma educação integral, desenvolvendo nos alunos qualidades cívicas, morais, intelectuais e de ação. Em 1996, Anísio Teixeira publica o livro “Educação no Brasil”. Nele apresenta seus conceitos sobre educação e ideias que estruturava o discurso do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932”. Teixeira define educação como uma função normal da vida social, na busca pelo conhecimento da cultura, no convívio da vida em comunidade, se apropriando da língua, da religião, dos hábitos que nos distingue e nos

aproxima, na tentativa de reconhecermos no outro o que somos. A escola onde se adquire as técnicas intelectuais da leitura e da escrita, o saber pelos livros de forma mais sistematizada (Teixeira, 1976).

Anísio Teixeira deixou um legado duradouro na educação brasileira, tanto através do Manifesto dos Pioneiros de 1932, tanto na sua atuação na construção de planos educacionais no país (Saviani, 1998). Sua visão progressista da educação, escola e sociedade continua a inspirar educadores e gestores público na busca por uma educação transformadora, inclusiva e de qualidade social no Brasil.

Com a Constituição Federal de 1934, nasce um planejamento educacional mais sistematizado, fruto positivo da contribuição do Manifesto dos Pioneiros, como afirma Saviani (1998). A CF de 1934 estabelece como competência da União “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução, em todo o país”. (Brasil, 1934).

A Constituição Federal de 1934 fixou a obrigação de elaborar o Plano Nacional de Educação como competência da União e incumbiu o Conselho Nacional de Educação (CNE) de sua elaboração (art. 152) e indicou funções similares aos Conselhos de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

Parágrafo único - Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas e para o exercício da sua competência na matéria, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino (Brasil, 1934).

O PNE, “cuja elaboração “teve como base os resultados de um grande inquérito sobre a educação nacional” (Pandolfi, 1989, p. 138), ficou pronto no início do ano de 1937 e

Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação encaminha a Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo presidente da República ao Congresso para aprovação. Em seu art. 1º estava previsto que o plano só poderia ser alterado após 10 anos de vigência, e Capanema solicita sua aprovação “em globo”. Era um documento extenso, com 504 artigos ao longo de quase 100 páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e opções educacionais, de forma alguma consensuais, e cuja discussão a

proposta de “aprovação em globo” visava, justamente, a evitar (Pandolfi, 1989, p, 138).

A aprovação do Plano pelo Congresso, entretanto, foi interrompida, em razão do Golpe de Estado perpetrado pelo então presidente Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, que deu início ao Estado Novo (que perdurou até 1945) e o PNE “acabou sendo deixado de lado” (Saviani, 2008, p. 179). Nesse período, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, optou por reformas parciais traduzidas nas Leis Orgânicas de Ensino de 1942 a 1946, em lugar da Lei Geral de Ensino, de um Plano Nacional de Educação e uma Lei da Educação Nacional, como queriam os Pioneiros da Educação Nova.

Após a ditadura Vargas, foi encaminhado ao Congresso Nacional, o primeiro projeto da nova LDB, pelo então ministro da Educação e Saúde, o baiano Clemente Mariani, em 1948. Após idas e vindas, desaparecimento do projeto original e novo projeto apresentado pelo então deputado Carlos Lacerda, em 1961, durante o governo João Goulart (1961-1964) foi aprovada a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961).

Em 1962, outra proposta de PNE foi formulada, sem, contudo, ser aprovada como lei, em meio a turbulências política e social, que antecederam um novo Golpe de Estado no Brasil. Em 1964, após o golpe civil-militar, instalou-se o regime militar no país e o planejamento tornou uma ação centralizada, a partir de interesses do estado e não da população, com extinção de partidos políticos, censura dos meios de comunicação e afastamento das massas populares da participação política. Nesse período, com a adoção de uma opção dos militares a coordenação de políticas sociais e econômicas ficou a cargo de tecnocratas e a elaboração do planejamento educacional deixou de ser tarefa dos professores e passou às mãos dos economistas (Bordignon, 2014; Dourado, 2017a).

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

A ideia de uma lei ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro Encontros Nacionais de Planejamento, sem que a iniciativa chegasse a se concretizar (Brasil, 2001).

Durante os governos militares, com a necessidade de atendimento às demandas do capital internacional e interesses dos militares no poder, instituídas na Constituição de 1967, o MEC alterou a LDB e assinou acordos com a agência americana *United States Agency for International Development* (USAID), com o objetivo de promover a assistência técnica e financeira para o sistema educacional brasileiro. Neste contexto, aprovou-se a LDB 5.692/1971 e um planejamento para a educação, enquanto ação do Estado brasileiro, ainda que de maneira transversa, aparece na medida em que

A educação passou a integrar os planos econômicos, com o propósito de preparar mão-de-obra para o crescimento, cujo objetivo central era criar um parque industrial moderno como base para a consolidação do “Brasil Potência”. O Banco Mundial e a Agência para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) tornaram-se os parceiros mais íntimos no processo de definição da agenda educacional brasileira. Os acordos de cooperação técnica e financeira firmados entre essas agências e o Ministério da Educação foram efetivos para configurar a reforma da educação superior de 1968 e também da educação básica, pela Lei nº 5.692 de 1971 (Fonseca; Ferreira; Scaff, 2020, p.7).

No entanto, Cury (2009) chama atenção para os planos de desenvolvimento dos governos militares, dentre os quais deveriam constar o de educação que não beneficiou a educação brasileira, pois se a Constituição Federal de 1967, por um lado, amplia a obrigatoriedade de escolarização, por outro, desvincula os recursos financeiros da educação escolar.

Scaff, Oliveira e Lima (2018), ao tratarem dos planos nacionais de educação, constataram “[...] sua fragilidade frente as oscilações políticas e sociais em seu entorno, o que tem comprometido severamente a efetivação e, inclusive, a aprovação de todos os planos elaborados [...]” (Scaff, Oliveira; Lima, 2018, p. 906), visto que duas tentativas de aprovar os planos foram interrompidas por golpes de estado. Nesses períodos, com a democracia interrompida, instauraram-se períodos ditatoriais, com conseqüente centralização do planejamento. Sobre as tentativas frustradas de aprovação do PNE, ao longo do século XX, Scaff; Oliveira e Lima (2018) destacam que:

Tal fato foi registrado em 1937, cuja ditadura instaurada pelo denominado “Estado Novo” interrompeu o processo democrático de construção do PNE,

então, mobilizado pelo Movimento dos Educadores da Educação Nova. Embora o ideário de planejamento educacional tenha sido retomado com a abertura democrática do país, em 1945, outro golpe de estado interrompe o já avançado processo de elaboração do PNE de 1962, dando início ao longo período ditatorial, que se estendeu de 1964 a 1985, concentrando o planejamento nas mãos da tecnocracia (Scaff; Oliveira; Lima, 2018, p. 919).

Em síntese, entre períodos democráticos e ditatoriais, o Brasil levou mais de um século, pós-instalação da República, para possuir o seu primeiro Plano Nacional de Educação. Tão somente após a redemocratização do Brasil, em 1985, aprovamos a Constituição de 1988, que resultou de amplo processo constituinte e notório avanço em direitos sociais. Com ela, o País retoma a ideia de planejamento pensado exclusivamente para a área educacional, como dito no artigo 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público” (Brasil, 1988).

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II- universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1988).

Com esta determinação, a Constituição Federal de 1988 visou assegurar “a continuidade das políticas educacionais, independentemente de governo, caracterizando-o mais como plano de Estado do que como plano governamental, o que é uma das vantagens de sua aprovação como lei” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2003, p. 153).

Em 1990, o Brasil torna-se signatário na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia), assumindo compromissos frente às reformas educacionais propostas (Machado, 2001, p. 24). Ainda de acordo com Machado (2007):

[...] a agenda firmada pelo governo brasileiro, juntamente com outras nações, deveria ser fortalecida por meio da elaboração de planos de trabalho nacionais. Assim, no ano de 1993, o Brasil elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993b), envolvendo representantes dos governos federal, estaduais e municipais, reitores das universidades brasileiras, trabalhadores da educação, empresários da indústria, igreja católica, movimentos sociais e organismos internacionais. O Plano foi concluído no final de 1993 e apreciado

em fóruns diversos durante o ano de 1994 (BRASIL, 1993b). (Machado, 2007, p. 19).

Entretanto, pouco pautou a política, o planejamento e a gestão educacional do país, tanto no governo de Itamar Franco, quanto, no duplo governo de Fernando Henrique Cardoso (Dourado, 2017a; Saviani, 2008). De acordo com o MEC:

O Plano Decenal de Educação Para Todos não se confunde com o Plano Nacional de Educação previsto na Constituição e que incluirá todos os níveis e modalidades de ensino. Tampouco se caracteriza como um Plano ao estilo tradicional, em respeito mesmo à organização federativa do País. Delimitando-se no campo da educação básica para todos, que é a prioridade mais importante neste momento, o Plano responde ao dispositivo constitucional que determina "eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental" nos próximos dez anos (Brasil, 1993, p. 14).

Sem um Plano Nacional e com um Plano Decenal que respondia mais às exigências de organismos internacionais do que à realidade educacional do Brasil, mesmo após a redemocratização, o Brasil continua sem considerar importante pautar a educação nacional por instrumentos de planejamento educacional, que seria uma espécie de antídoto para descontínuas políticas de governo.

De toda forma, era preciso garantir o cumprimento do quanto estabelecido na Constituição Federal de 1988, em atendimento ao art. 214 e nova LDBEN (Lei nº 9.394/1996), em seus art. 9º e 87, § 1º respectivamente: “Art. 9º - A União incumbir-se á de: I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o distrito Federal e os Municípios;” e Art. 87, § 1º: “A União, no prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” [...].(Brasil, 1996).

Assim, em fevereiro de 1998, chegam ao Congresso duas propostas de Plano Nacional de Educação para o Brasil: uma conhecida como PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, como Projeto de Lei nº 4.155/1998 (Brasil, 1998a), com reivindicações de construção de uma escola pública estatal com ampliação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como a democratização da gestão educacional e universalização da educação básica, e outra, o Projeto de Lei nº 4.173/1998 apresentado pelo MEC, como proposta do Executivo. No Congresso Nacional, as propostas foram tramitadas, sendo que o PL nº 4.155/1998 foi apensado ao PL 4.173/1998 do Executivo Federal, que ganhou preponderância no debate.

Segundo Vieira e Vital (2014, p. 87), a construção desse PNE “transcorreu de forma nem sempre amena, uma vez que o governo e a sociedade civil colocaram-se em trincheiras distintas”. As duas propostas apresentavam prioridades educacionais distintas. Segundo Cury (1998), eram dois projetos antagônicos – o “PNE – Proposta da Sociedade” foi construído coletivamente por entidades que representavam a educação (alunos, professores e demais profissionais educacionais), durante Congressos Nacionais de Educação (CONED I e II), realizados em 1996 e 1997, em Belo Horizonte. Indicava a instituição do Sistema Nacional de Educação, do Fórum Nacional de Educação, a reformulação do Conselho Nacional de Educação e defendia a garantia da ampliação do investimento na educação com 10% do PIB. O PNE – Proposta do Executivo Federal foi resultado da “[...] hegemonia governamental no Congresso Nacional, que buscou traduzir a lógica de suas políticas em curso” (Dourado, 2011, p.25), sendo este último o aprovado. Em síntese, muitas das bandeiras constantes do PNE – Proposta da Sociedade não foram incorporadas no documento finalmente aprovado no Congresso Nacional.

Souza e Duarte (2014) afirmam que as emendas que preponderaram para a alteração do texto original sofreram grande influência do Poder Executivo, de modo que sua visão programática foi preponderante na versão final aprovada do PNE, como aponta Bordignon (2014) ao afirmar que, no que tange às dimensões estruturais, 75% dos objetivos e metas do PNE foram direcionadas pelo Executivo, enquanto apenas 25% das propostas foram influenciadas pela sociedade civil, por meio da pressão exercida sobre deputados e senadores por instituições e conselhos de representação.

Em síntese, o PNE 2001-2010 reitera a necessidade de estados e municípios aprovarem os seus planos. Se organiza em torno dos temas: Formação dos Professores e Valorização do Magistério; Financiamento e Gestão e Acompanhamento a Avaliação do Plano. Todos os itens desse PNE contêm a mesma estrutura de organização: Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas. Visa a efetivação de uma gestão descentralizada pela via do regime de colaboração entre os entes federativos. Esse PNE definiu quatro objetivos: elevação do nível de escolaridade da população; melhoria da qualidade do ensino; redução das desigualdades sociais e regionais na educação pública e democratização da gestão do ensino público. Para atingir os objetivos, estabeleceu cinco prioridades (Brasil, 2001), a partir dos recursos financeiros, das necessidades sociais e do dever constitucional: garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos; garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso; ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino; valorização dos profissionais

da educação e desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Numericamente excessivo em termos de metas fixadas e desprovido de mecanismos concretos de financiamento, o PNE 2001-2010, configurou-se como um plano estruturalmente limitado e meramente formal (Saviani, 2008; Dourado, 2011), não se traduzindo, na prática, como a principal diretriz para as políticas, o planejamento e a gestão da educação nacional. A falta de previsão orçamentária contribuiu significativamente para a inviabilidade do PNE 2001-2010 (Saviani, 2008; Dourado, 2011; 2017; Bordignon, 2014; Aranda; Perbono; Rodrigues, 2018).

Dourado (2010, p. 685) faz uma avaliação do PNE 2001-2010 e aponta os limites à sua concretização, advindo das “[...] restrições à gestão e ao financiamento da gestão da educação, em função de nove vetos presidenciais ao que foram delineado” tornando-o um “plano formal, marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento”, não conseguindo êxito para se firmarem como diretrizes para a política, o planejamento e a gestão da educação nacional.

Segundo Saviani (2008), grande número de metas fixadas pelo PNE 2001 – 2010, 297 ao todo, demonstrou “[...] um alto índice de dispersão e perda de senso de distinção entre o que é principal e o que é acessório “ (Saviani, 2008, p. 275), e sem prever mecanismo concreto e eficazes para o correspondente monitoramento e avaliação da sua implementação, não se cumprindo na prática como mecanismo de regulação com objetivo de “[...] nortear as diretrizes de planejamento, gestão e efetivação das políticas educacionais, como se espera de um plano nacional que contribua para o pacto federativo” (Dourado, 2010, p. 688). A complexidade e dispersão refletiram-se ainda no reduzido número de planos estaduais e municipais de educação aprovados e a baixa adesão dos Estados e Municípios ao referido PNE, ainda que esses entes subnacionais estivessem submetidos aos dispositivos legais de exigência à construção dos seus próprios planos de educação (Scaff; Oliveira; Lima, 2018).

Mesmo diante de tantos problemas, limitações e fragilidades, acredita-se que o PNE 2001 -2010 suscitou a esperança da sociedade civil na construção e aprovação de um plano mais democrático. Tal desejo pode ser constatado com diversas publicações próximo ao final da vigência do Plano 2001 – 2010, como podemos mencionar: Dourado (2010), Aguiar (2010), Di Pierro (2010) e Sampaio (2011). Nesse contexto de luta e expectativa de superação dos impasses na educação e por educação de qualidade social ocorrem as conferências de educação

e, com base em discussões nelas ocorridas e no documento final, um novo plano começa a ser elaborado no final de 2010.

Nesse sentido, recorrentemente, os planos de educação elaborados até o fim do século XX, não ultrapassaram o processo de elaboração, seguindo marcante tendência de abandono total ou de execução parcial, reforçando a descontinuidade da nação em matéria de planejamento educacional (Azanha, 1998; Bordignon, 2014). Pinto (2017) acredita que, na experiência brasileira, se já “[...] não é fácil aprovar um plano de educação, mais difícil ainda é garantir sua implantação de forma efetiva” (Pinto, 2017, p. 17).

## 2.1 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: DISPOSITIVOS COMPLEMENTARES DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Dada a impossibilidade de cumprir, como estavam previstos os objetivos e metas do PNE 2001 – 2010 e a ausência de informações sobre as necessidades dos entes federados, o governo federal, durante o segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva implantou, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual

[...] se apresentou como plano executivo do MEC, um grande guarda-chuva de seus programas, complementados pelo Plano de Ações Articuladas (PAR) dos estados e municípios. O PDE foi assentado em seis pilares: visão sistêmica da organização da educação; territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização; mobilização social. (Bordignon, 2014, p. 46).

Também em 2007, por meio do Decreto nº 6.094 de abril de 2007, o governo federal lança o Plano de Metas compromisso Todos pela Educação que, segundo Parente (2010), foi um instrumento estratégico de natureza legal para formalizar a adesão dos Municípios, do Distrito Federal e dos Estados, com objetivo de assumirem o compromisso em reverter a situação em que se encontrava a educação brasileira. Tal objetivo seria alcançado por meio da elaboração de Planos de Ações Articuladas (PAR), concretizando ações para a implantação do regime de colaboração entre os entes federados. O PAR, conforme explica Parente (2010) foi elaborado “para orientar a execução, acompanhamento e avaliação dar assistência técnica e financeira do MEC aos Estados e municípios e Distrito federal” (Parente, 2010, p. 79), com objetivo de cada ente subnacional melhorar a qualidade da educação e conseqüentemente o IDEB.

Marcado por uma visão centralizadora, com base nas diretrizes do PDE, o MEC utilizou o PAR como uma ferramenta de planejamento, avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação básica pública. Adotou, assim, ação direta no planejamento educacional e transferência de recursos, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o intuito de atender aos interesses dos entes federados quanto às ações governamentais de interesse da educação. Em análise crítica sobre o PDE, Werle e Metzler (2014) afirmam tratar-se de um:

[...] plano com traços gerencialistas e centralizadores, em que se evidencia o predomínio do Executivo, com viés neoliberal no que toca à preocupação com a modernização e a eficácia do Estado, a valorização do aparato técnico e o controle, marcando um distanciamento das possibilidades de autonomia e gestão democrática. [...]. Ademais, entra em cena uma nova forma de intervenção e operacionalização do planejamento educacional: o Plano de Ações Articuladas (PAR). A intervenção da instância federal passa a ocorrer, a partir do PDE, de forma direta, por intermédio do PAR, de maneira a desenvolver ações entre o Ministério da Educação (MEC) e o ente (municípios e estados) a ser apoiado (Werle; Metzler, 2014, p. 237).

Em dezembro de 2010, o PNE 2001 – 2010 expirou-se, abrindo, assim, discussões para o novo PNE que viria a ser elaborado. As referidas discussões ocorreram a partir do ano de 2007, em um largo processo de mobilização nacional promovido pelo MEC e secretarias estaduais e municipais de educação, no sentido de realizar conferências da educação em todo país. No período, foram realizadas inúmeras conferências municipais, regionais, territoriais e estaduais, preparatórias para a Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb-2008) e Conferência Nacional de Educação (Coned – 2010).

A Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb) e a Conferência Nacional de Educação (Conae) foram mobilizações de extrema importância no cenário educacional brasileiro. Essas conferências tiveram como objetivo principal a discussão e formulação de políticas públicas educacionais, proporcionando um espaço democrático de participação e debate entre diversos setores da sociedade

A Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb) foi realizada em 2008, com o objetivo de discutir e formular políticas específicas para a educação básica no Brasil. Teve como foco a elaboração de diretrizes para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, além de tratar de temas como a inclusão educacional e a formação de professores. A Coneb 2008 trouxe diretrizes importantes para a educação básica, que foram incorporadas ao Plano Nacional de Educação e outras políticas públicas. A conferência destacou a necessidade

de uma abordagem integrada entre os diferentes níveis de educação básica, promovendo a inclusão e a qualidade do ensino. O documento final da Coneb destacou a necessidade de realização de uma Conferência Nacional de Educação, abrangendo todas as etapas e modalidades de ensino, para integrar e articular as discussões e políticas educacionais de forma abrangente, levando assim à realização da Conae.

A primeira Conae foi realizada em 2010, fruto e resultado direto das recomendações da Coneb 2008, que apontou para a necessidade de um espaço mais amplo e integrado de diálogo sobre a educação no Brasil, bem como a criação do Fórum Nacional de Educação (FNE). A Conae foi realizada como um espaço de construção coletiva de propostas educacionais, integrando representantes do poder público, sociedade civil, profissionais da educação e estudantes. A primeira edição teve como tema central a "Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação", destacando a importância da colaboração entre diferentes níveis e esferas de governo.

Em 2014 realizou-se a segunda edição da Conae, que aprofundou os debates iniciados na primeira edição, focando na consolidação do Plano Nacional de Educação (PNE) e na definição de metas e estratégias para o decênio 2014-2024. As discussões dessa conferência foram fundamentais para a formulação do PNE, um marco legal e político para a educação brasileira. Entre as metas do PNE, destacam-se a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a valorização dos profissionais da educação.

Em decorrência das conferências, foram criados em todo país fóruns de educação. O Fórum Nacional de Educação e os Fóruns Estaduais e Municipais de Educação desempenham um papel crucial na articulação e implementação das propostas discutidas nas conferências. Esses fóruns funcionam como espaços permanentes de debate e acompanhamento das políticas educacionais, assegurando a participação democrática e a representatividade dos diversos setores da sociedade.

O Fórum Nacional de Educação (FNE) foi criado para coordenar as ações entre os diversos fóruns estaduais e municipais e organizar as edições da Conae. O FNE é responsável por garantir a continuidade das discussões iniciadas nas conferências e por monitorar a implementação das políticas educacionais em âmbito nacional. Os fóruns estaduais e municipais de educação têm como função principal adaptar e implementar as diretrizes e propostas discutidas nas conferências nacionais às realidades locais. Esses fóruns promovem a articulação entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil, assegurando a participação de todos os atores envolvidos na educação.

A trajetória histórica da Coneb e da Conae demonstra o papel fundamental dessas conferências na busca de uma educação democrática e emancipatória no Brasil. Mediante processo contínuos de discussão e formulação de políticas, essas conferências têm contribuído significativamente para o debate educacional do país.

Vale ressaltar o papel da participação popular na Coneb e na Conae em todos os espaços de discussão e no processo de construção das políticas pública educacionais. Ressalta-se o papel do FNE na realização da II Conae, visto que a I Conae não foi realizada pelo FNE (pois ele ainda não existia), mas por uma comissão composta por atores importantes que haviam participados da Coneb. Estas conquistas, embora pequenas, são extremamente significativas, pois demonstram a força da participação social e a efetividade nos encaminhamentos das deliberações coletivas nesses espaços, que muitas vezes se transformam em políticas públicas.

Além disso, a estreita relação entre os fóruns nacional, estaduais e municipais de educação assegura a continuidade e a implementação das propostas discutidas, refletindo as demandas e necessidades da sociedade local. Os resultados alcançados evidenciam a importância de manter e fortalecer esses espaços de participação e diálogo, assegurando o direito à educação para todos os brasileiros.

Em função dessas conferências, no Congresso Nacional, as discussões ganharam corpo em torno do Projeto de Lei (PL) 8.035/2010, tramitado e aprovado (como emendas) na Câmara dos Deputados. No Senado Federal, se transforma em Projeto de Lei nº 103/2012, onde tramita de outubro de 2012 até meados do ano de 2014, quando é apreciado e aprovado no Senado Federal. Assim sendo, após disputado processo de tramitação no Congresso Nacional, que durou mais de três anos, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o PNE 2014-2024, foi finalmente aprovada e sancionada, sem vetos, pela Presidente Dilma Rousseff.

Há que se ressaltar que o PNE 2014-2024 foi elaborado sob os efeitos trazidos pela Emenda Constitucional 59/2009, que alterou o artigo 214 da Constituição Federal com o.

Art. 214. [...] objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Brasil, 2014).

O PNE 2014-2024 possui dez diretrizes, 20 metas e 254 estratégias. Avançou em relação ao PNE 2001-2010, mesmo sendo fruto da ampla participação da sociedade civil organizada, como nos mostra Martins; Pimenta e Novaes (2014):

[...] no dia 25 de junho de 2014, a presidente Dilma Rousseff sancionou (sem vetos) o Plano Nacional de Educação, [...] após quase quatro anos de tramitação durante os quais negociações foram encetadas entre legisladores, representantes do governo, entidades do magistério e da sociedade civil organizada. Nesse processo, o Projeto de Lei 8.035/2010 (PNE), encaminhado pelo executivo federal, recebeu milhares de propostas de emendas, tendo sido a maior parte delas discutida e deliberada na Conferência Nacional de Educação (Conae) em 2010, durante a qual participaram quase dois mil municípios e três mil delegados (Martins; Pimenta; Novaes 2014, p. 282).

Entretanto, como alertam Morgan e Lino (2018):

[...] embora o PNE tenha sido, em tese, resultado de consulta pública direta através da primeira CONAE - Conferência Nacional de Educação, realizada em 2010, o documento que deu origem ao Plano, o documento final da Conferência Nacional de Educação, possui pontos de divergência flagrante com a lei, o que evidencia que o campo educacional é um campo de disputas. (Morgan; Lino, 2018, p. 71)

Segundo Dourado (2017, p. 26), o PNE vigente, “[...] se entendido como eixo das políticas públicas educacionais, pode representar um avanço para a educação básica e superior, a despeito de alguns limites, tensões e ambiguidades do texto aprovado”.

A Lei nº 13.005/2014, em seu artigo 8º, determinou que os entes federativos subnacionais deveriam “elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no atual PNE, no prazo de 1 (um) ano, contado da publicação desta Lei” (Brasil, 2014a). Essa exigência resultou em uma corrida dos estados e municípios em se organizarem. Além disso, a aprovação de leis dos Planos Estaduais e Municipais de Educação passou a ser condição sine qua nom para a transferência de verbas via PAR para os entes federados.

Com tais condicionantes, praticamente todos estados e municípios brasileiros, bem como o Distrito Federal, elaboraram ou adequaram seus planos decenais conforme as diretrizes, metas e estratégias contidas no PNE que, além de ser um resultado inédito na totalidade dos planos educacionais, representa ainda um avanço em termos de planejamento educacional sistêmico e de Estado no Brasil.

## 2.2 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014 – 2024: ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

No dia 25 de junho de 2014, sem qualquer veto da presidenta Dilma Rousseff, o PNE 2014 – 2024 foi aprovado, contendo 20 metas e 254 estratégias. Fruto de ampla participação social, o novo PNE 2014 – 2024 se apresenta como uma proposta mais compactada e objetiva. Para Saviani (2014), este aspecto é positivo, uma vez que o processo de monitoramento e avaliação fica mais claro e objetivo. Nessa direção, Dourado (2017) chama atenção para a “[...] efetiva mobilização e participação da sociedade civil e política no monitoramento, avaliação e materialização do novo PNE (2014-2024), a fim de que este plano se constitua em efetiva política de Estado para a educação” (Dourado, 2017, p. 19), considerando a importância dos planos decenais para direcionar os rumos da educação nacional.

Entretanto, a materialização e efetivação do PNE 2014- 2024 ficou comprometida, em vistas do retrocesso político vivenciado pelo Brasil a partir da reeleição da Presidenta Dilma Rousseff. Mergulhado em grave crise política e de realinhamento das forças conservadoras, o governo Dilma Rousseff sofre um golpe político de estado da elite brasileira.

Saviani (2020) nos alerta para o fato que, desde final da Ditadura (1985), a política educacional brasileira vem sendo marcada pela filantropia do Estado a favor da burguesia empresarial brasileira. Essa omissão estatal vem trazendo graves crises e problemas políticos educacionais para o Brasil até os dias atuais.

Segundo a análise de Boito Jr (2012a, 2012b, 2016b), citado por Queiroz (2018), a crise do governo Dilma Rousseff, tem início desde os dois mandatos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro mandato da presidenta, pois durante os três períodos dos mandatos dos dois presidentes a política econômica, social e educacional do Brasil estava entregue a dois blocos da burguesia brasileira. O primeiro, mais amplo e heterogêneo que agregava diversas frações de classe trabalhadora e operária e frações da grande burguesia interna a qual ditava as regras da política econômica e social, liderava a política neodesenvolvimentista que apresentava um viés populista e se favorecia em detrimento ao interesse do capital internacional. O segundo bloco, uma fração da burguesia com um perfil mais liberal e ortodoxo, com interesses do capital internacional a favor do desmonte do Estado com privatizações e outras ações em desfavor estatal e o favorecimento e proteção de seus interesses e do capital estrangeiro.

Com o agravamento da crise econômica internacional iniciada ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff e associada a medidas drásticas adotadas pelo então governo para conter a crise econômica interna, compromete e leva ao colapso os programas neodesenvolvimentistas, alterando a política macroeconômica contrariando os interesses da burguesia ortodoxa no bloco de poder. Com a disputa no interior dos blocos de poder entre as frações da burguesia interna, culminaram uma crise política que levaram o realinhamento de frações de blocos antagônicos da burguesia no poder, em prol aos seus interesses políticos e econômicos, juntamente com os movimentos das massas populares culminando no impeachment da presidenta Dilma.

Os problemas educacionais se agravam com impactante “ajuste fiscal” do governo federal ilegítimo e ante popular de Michel Temer (Saviani, 2018). Viabilizados pelas medidas autoritárias, inviabilizando a concretização das metas do PNE com a Emenda Constitucional 55 de 2016, apelidada de PEC “do fim do mundo”, que impede o aumento dos gastos públicos por 20 anos, inviabilizando o PNE, bem como os planos subnacionais até 2037.

Segundo Abrucio et al. (2020) as tentativas de alinhamentos interfederativos que vinha acontecendo mesmo de forma lenta com a coordenação e a cooperação intergovernamental antes da gestão do então presidente Jair Messias Bolsonaro foram interrompidas. Cardoso Neto e Nez (2021) diz que Bolsonaro tratou o campo da educação como "terra arrasada". Nesse período, o Plano Nacional de Educação não foi pautado como prioridade, haja vista que o relatório da Comissão Externa de Acompanhamento da Educação (Comex/MEC), elaborado em 2019, aponta que o PNE não foi incluído no PPA, cuja vigência se estenderia até 2023 (Comex/MEC, 2019). Isto concretizava a falta de prioridade do Plano, bem como para com a cooperação e articulação entre os entes federados, o que levou à extinção de políticas e programas educacionais importantes e da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). Toda crise educacional agrava ainda mais durante o período da Covid 19 com a falta de articulação e direcionamento aos estados e municípios.

### 3 O PME DE MEDEIROS NETO (2015/2025): UMA ADESÃO AO PNE

Esta seção tem por objetivo apresentar o município de Medeiros Neto no contexto do território do Extremo Sul, como lócus empíricos da pesquisa. Além disso, apresenta-se o processo de elaboração e organização do Plano Municipal de Educação –PME (2015 a 2025) em adesão ao Plano Nacional de Educação (2014 – 2024).

O Território de Identidade Extremo Sul<sup>1</sup> é composto por 13 municípios, a saber: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. Ocupa uma área de 18.514,33 Km<sup>2</sup>. Limita-se com o Território de Identidade Costa do Descobrimento, com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e com o Oceano Atlântico.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE), a população do Território do Extremo Sul é de 430.835 habitantes, o que representava 2,99% da população baiana, com densidade demográfica de 301,28 hab/km<sup>2</sup>.

No Extremo Sul da Bahia, a vegetação predominante era a Mata Atlântica. Formada basicamente pela Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Estacional Semidecidual, conforme denominação técnica adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1992), comum a áreas da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica com predominância característica de ambiente próximo ao litoral. A vegetação na região de Medeiros Neto possuía, principalmente, espécies como o jacarandá-da-bahia e a peroba. Infelizmente, pouco resta das matas originais. Atraído, principalmente, pelas madeiras nobres, o homem devastou essa biodiversidade e riqueza. Atualmente, a região se encontra devastada e as terras destinadas a uma cultura agropecuária extensiva e ao cultivo de eucalipto e cana-de-açúcar. De acordo com mapeamentos publicados pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Mata Atlântica da Bahia, especificamente a do Sul e Extremo

---

<sup>1</sup> O conceito usado para identificar e classificar os territórios de Identidade da Bahia, foi usado e difundido pela MDA, que fora adotado nas oficinas do Programa Pronat, no qual não se fazia distinção do rural e urbano, buscando garantir sua coesão social em sua multidimensionalidade envolvendo os aspectos culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos: “O território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (Bahia, 2021, p. 5).

Sul, recobria cerca de 95% de toda sua extensão territorial durante a época do descobrimento do Brasil. Porém, num período recorde de 60 anos foi reduzida a menos de 5% dos remanescentes florestais existentes. A Figura 1 traz a representação cartográfica do Extremo Sul da Bahia com destaque para o município de Medeiros Neto-BA.



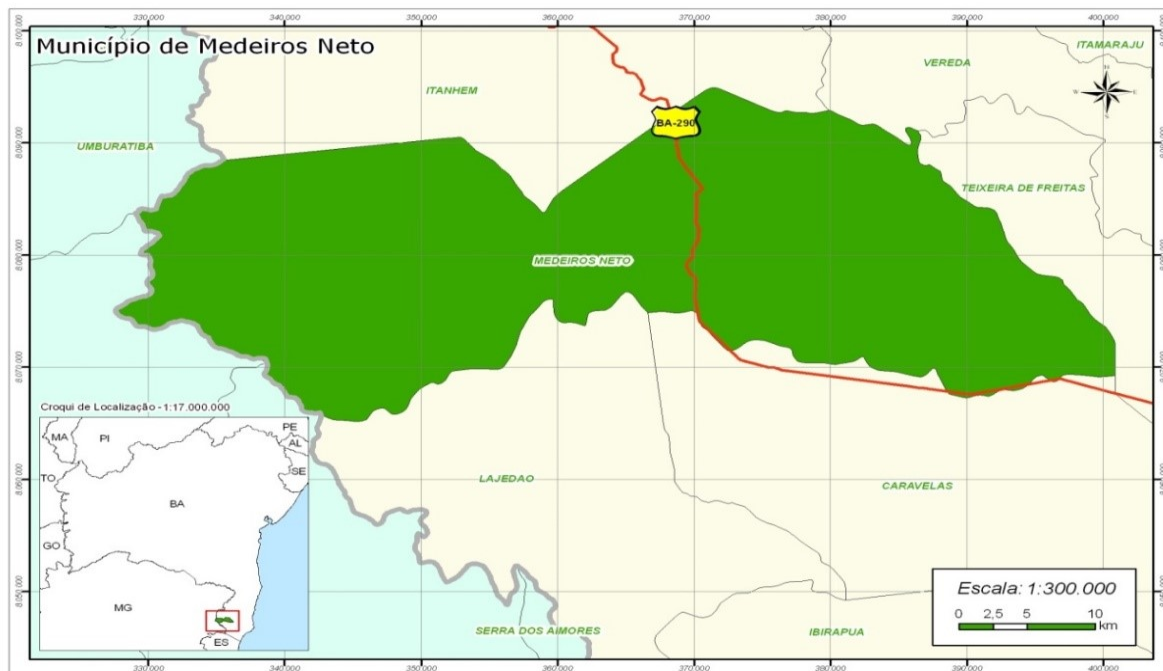
**FIGURA 1 – MAPA DO EXTREMO SUL DA BAHIA COM INDICAÇÃO DE MEDEIROS NETO-BA**

Fonte: IBGE e cartas SUDENE

Medeiros Neto recebe sua emancipação político-administrativa em 14 de agosto de 1958, através do Projeto de Lei nº 1024/1958, desmembrando-se do município de Alcobaça e alça da condição de vila para município, mas somente em 29 de abril de 1959, adquire *status* de cidade.

O Território de Identidade do Extremo Sul tem como núcleo regional administrativo Teixeira de Freitas. Medeiros Neto possui uma área de 1.250 Km<sup>2</sup> e está 950 Km distante de Salvador. Localiza-se em latitude de 17°22'26", longitude de 40°13'14" e se encontra em altitude média de 185 metros ao nível do mar.

Medeiros Neto, limita-se com os seguintes municípios: Caravelas (ao Sul), Itanhém (ao Norte), Lagedão (ao Sul), Teixeira de Freitas e Vereda (ao Leste), no Estado da Bahia, e com os municípios de Umburatiba, Nanuque e Carlos Chagas, localizados ao norte do Estado de Minas Gerais. Quanto à hidrografia, o município está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Itanhém (também chamada Bacia Hidrográfica do Rio Alcobaça) e os seus principais cursos d'água são o Rio Água Fria e o Rio Itanhém (ou Rio Alcobaça), que deságua no Oceano Atlântico, no município Alcobaça, assim como mostra o mapa da Figura 2.



**FIGURA 2 - MAPA DO MUNICÍPIO DE MEDEIROS NETO**

Fonte: Suzano Papel e Celulose

O município de Medeiros Neto, na Bahia, tem uma população estimada de 22.194 habitantes e uma densidade demográfica de 16,92 hab./km<sup>2</sup> (IBGE/2022). Seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 17.187,37 (IBGE/2022), enquanto o PIB per capita do estado da Bahia é de aproximadamente R\$ 23.104,00 (IBGE/2022) e o PIB per capita nacional é de R\$ 35.161,00 (IBGE/2022). Isso mostra que Medeiros Neto está abaixo tanto da média estadual quanto da média nacional em termos de riqueza econômica.

Na educação, a Secretaria Municipal de Educação de Medeiros Neto alcança uma cobertura escolar de 96,7% entre crianças de 6 a 14 anos (IBGE/2022). A média estadual de cobertura escolar na Bahia é de cerca de 98% (IBGE/2022), enquanto a média nacional é de 99,3% (IBGE/2022). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município é de 4,9 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,4 nos anos finais (IBGE/2022), enquanto a média do IDEB estadual é de 5,0 nos anos iniciais e 4,5 nos anos finais, e a média nacional é de 5,9 nos anos iniciais e 5,2 nos anos finais (INEP/2022). Esses dados revelam que, embora Medeiros Neto apresente um PIB per capita inferior ao da média estadual e nacional, seu desempenho educacional está próximo da média da Bahia, mas ainda aquém da média nacional. O município enfrenta desafios significativos tanto na área econômica quanto na educacional, mas apresenta uma taxa de escolarização que está relativamente alinhada com a média estadual.



**FIGURA 3 – VISTA AÉREA DO MUNICÍPIO DE MEDEIROS NETO**  
Fonte: Prefeitura Municipal de Medeiros Neto.

### 3.1 A ADESÃO DE MEDEIROS NETO AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) é entendido como um documento norteador das políticas públicas municipais. O município de Medeiros Neto, assim como muitos outros no país, também não elaborou o seu plano no decênio 2001/2010. Mas iniciou os debates para a sua elaboração em 2009, ainda sob a vigência do Plano Nacional de Educação PNE (2001 – 2010), Lei nº 10.172/2001, mobilizado a partir dos debates das conferências, da necessidade de adesão a diferentes projetos do governo federal para a educação e com vistas a atender à legislação educacional vigente.

O município de Medeiros Neto – BA, após a aprovação da Lei nº 13.005/2014 finalizou a elaboração do seu PME, à luz do PNE 2014-2024. Entretanto, na sua construção, o PME (2015-2025) do município de Medeiros Neto-BA não se articulou com o novo PEE-BA (2016-2026), tendo em vista que este ainda estava em elaboração. De toda forma, observou as diretrizes, metas e objetivos do PEE-BA 2006/2016, adequando-se, quando necessário, em relação a possível alheamento dele em relação aos avanços experimentados pela educação no estado e no país nos últimos anos. Por este motivo, a estrutura do PME de Medeiros Neto-BA é muito semelhante àquela do PNE 2014/2024.

Com base nos documentos analisados, a elaboração do PME-Medeiros Neto buscou consolidar um planejamento participativo, democrático e dialógico, por meio de reuniões e conferências. O documento, em sua essência, constitui um convite à análise e discussão coletivas, tendo como base as necessidades existentes e os avanços observados na educação ofertada pelo município (PME de Medeiros Neto (2015 2025)). Nesse sentido, o PME de Medeiros Neto – BA é resultado de uma construção coletiva, envolvendo segmentos educacionais e sociedade como um todo, diagnosticando a realidade educacional e propondo diretrizes, objetivos e metas para a educação do município para os próximos dez anos, a partir do contexto nacional, da legislação vigente e das necessidades apresentadas pela sociedade contemporânea.

A Lei nº. 13.005/2014 determina que, a partir dos pressupostos, diretrizes, objetivos e metas, cada município construa seu Plano de Educação. Assim a discussão e elaboração do PME de Medeiros Neto cumpre a legislação e permite pensar e repensar a educação municipal e projetá-la para dez anos. Ainda mais, atende aos anseios dos munícipes, sendo coerente com toda a conjuntura social, política e cultural do país.

O PME se torna, portanto, uma proposta de ação que busca qualidade e equidade na oferta da educação no município de Medeiros Neto-BA, para a década 2015 a 2025, caracterizando-se pela elaboração coletiva da sociedade medeirosnetense, como projeto de gestão democrática do ensino público e garantia do padrão de qualidade, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI e VII. Para Gadotti (2013), qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo. Dentro dessa abordagem a democracia é um componente essencial da qualidade na educação: “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio” (Gadotti, 2013, p.78).

O avanço da participação social nos espaços de diálogo e de deliberação de políticas públicas de educação está associado ao cenário de democratização desse processo no Brasil. Gonh (2007) afirma que só pode ocorrer a “[...] reordenação das políticas públicas brasileira na direção de forma de governança democrática” (Gonh, 2007, p. 83. E que essa possibilidade se viabiliza com a participação de conselhos se posicionarem entre estado e sociedade. Segundo Bordignon (2009) é nos conselhos que efetiva a gestão democrática da educação, pois ele tem representação social como espaço privilegiado no diálogo com o governo.

Sendo assim, o processo de regulamentação do regime de colaboração no Brasil, no contexto atual, encontra-se fundamentado nos seguintes marcos normativos: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e o PNE 2014-2024. A CF (1988) estabelece o regime de colaboração, com redação reforçada pela Emenda Constitucional (EC) nº. 59, de 2009, por meio do art. 214:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...].(Brasil, 1988)

Seguindo o princípio constitucional democrático, as orientações institucionalizadas nos documentos macros normativos acima citados, o processo de construção do PME de Medeiros Neto iniciou em abril de 2009, quando uma Comissão Executiva foi nomeada pelo decreto executivo municipal nº 047/2009, com a finalidade de: coordenar o processo de elaboração do PME; garantir a participação dos diversos setores da sociedade civil; divulgar o processo de elaboração do PME; construir o diagnóstico do município e da educação local;

sistematizar as discussões desenvolvidas em todo o processo; promover os debates públicos a respeito do PME; gerenciar os encontros com a comunidade; organizar a versão final do PME e viabilizar o encaminhamento do documento ao Executivo, que por sua vez, o enviará ao Legislativo, para apreciação e votação.

A elaboração e adequação dos Planos Municipais de Educação na Bahia ocorre entre setembro de 2014 a junho de 2015, por meio de um desenho pactuado em comissão tripartite, com a colaboração da Rede de Assistência Técnica instituída pelo Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Na Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), o Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam), como era o responsável por estabelecer uma forma de cooperação entre os municípios, ficou a cargo dessa articulação dentro da comissão tripartite. Não houve, contudo, a formalização legal via decreto ou portaria deste ato.

Após este processo foi realizado um encontro da equipe do Proam com a Coordenação Executiva da Comissão de Medeiros Neto para orientação sobre como proceder para a elaboração do PME, analisar e fazer ajustes no diagnóstico elaborado pela Comissão Executiva, preparar a documentação final do diagnóstico municipal e da educação, utilizando-os como base para elaboração dos objetivos, diretrizes e metas do PME.

Ainda com a assistência técnica do Proam, em 25 de agosto de 2009, houve a primeira conferência sobre a elaboração do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA. Estiveram presentes representantes de entidades e organizações educacionais e, na oportunidade, foi apresentado o diagnóstico do município pela Coordenação Executiva e o diagnóstico da educação do município por membros da Comissão Representativa.

O diagnóstico municipal deu-se com a caracterização do município nos aspectos: históricos (historicizando a constituição do município de vila até o ato de criação como cidade, chegando aos dias de hoje); geográfico (que apresenta o município de Medeiros Neto, inserido no Território de Identidade Extremo Sul/Costa da Baleia), sua localização e limites; demográfico (com dados do IBGE, sobre a população, migração, crescimento e IDH do município); socioeconômico (base econômica e sua influência na economia regional); e um diagnóstico específico sobre a oferta da educação (em seus níveis e modalidades de ensino, taxa de matrícula, escolarização, quantidade e infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, evolução da qualidade de educação com uso do IDEB, diretrizes, objetivos e metas). Neste aspecto, também foi feita uma análise da gestão da educação e sua estrutura, construção do

Sistema Municipal de Educação, órgãos de controle social, funcionamento dos Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho de Acompanhamento e Controlo Social do Fundeb (CACS-Fundeb), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), além de uma análise qualitativa e quantitativa dos custos e recurso da educação.

Em reuniões sucessivas, o Grupo de Trabalho, formado por técnicos do Proam e da Comissão municipal (em suas diferentes formações ao longo dos anos), analisou os dados diagnosticados de cada nível, etapa e modalidade de ensino, formulando diretrizes, objetivos e metas, que foram apresentadas à toda a população. Com a versão preliminar elaborada, realizou-se a audiência pública para a apreciação do PME com representantes de todos os segmentos educacionais e sociais do município.

Assim sendo, todo o processo só se conclui em 2014, com o apoio dos profissionais do Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam), que contribuíram com a assistência técnica necessária aos gestores municipais para que todo o rito previsto no Decreto Municipal fosse finalmente cumprido. Ou seja, 6 anos depois de iniciadas as discussões, em meio à aprovação de um novo PNE e reorganização das orientações dos órgãos dos governos federal e estadual, o PME (2015 a 2025) de Medeiros Neto se concretizou como Lei Municipal nº 419/2015.

O PME é o instrumento que direcionará as ações da educação municipal à população de Medeiros Neto-BA. As diretrizes e estratégias definidas representam os consensos construídos no decorrer dos debates que ocorreram entre os diferentes grupos e Comissões constituídos para esse fim, a partir de concepções de alinhamento entre PNE, PEE e PME. Ao elaborar o Plano, o município firma o compromisso com a educação, a curto, médio e longo prazo, assumindo o propósito de, de forma democrática e representativa, monitorar e avaliar as metas e estratégias, por meio da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA.

O PME de Medeiros Neto-BA apresenta-se organizado em dois capítulos: o primeiro apresenta um diagnóstico do município e o segundo trata da educação com seus níveis e modalidades de ensino, com 20 metas e 250 estratégias a serem executadas no período de dez anos, conforme Quadro 1.

**QUADRO 1 – ESTRUTURA DO PME DE MEDEIROS NETO – BA (2015 A 2025)**

<b>SEÇÕES DO DOCUMENTO</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>TEMAS ABORDADOS</b>
I APRESENTAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MEDEIROS NETO	Aspectos Históricos
		Aspectos Geográficos
		Aspectos Demográficos
		Aspectos Econômicos Sociais
		Aspectos Culturais
II DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO BÁSICA	Educação Infantil
		Ensino Fundamental
		Médio
		Educação Profissional
III MODALIDADE DE ENSINO	EDUCAÇÃO BÁSICA	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
		Educação Inclusiva
		Educação de Campo
IV GESTÃO DE EDUCAÇÃO	GESTÃO DEMOCRÁTICA	Estrutura da Educação Municipal
V FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	INVESTIMENTOS	
VI DIRETRIZES E METAS, ESTRATÉGIA DO PME	20 METAS	215 ESTRATÉGIAS
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	Acompanhamento e avaliação
REFERÊNCIAS	Lei 13.005/2014; LDB 9394/96 e outras	

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PME (2015 a 2025) de Medeiros Neto-BA.

### 3.1.1 Um destaque para o Proam e a educação municipal

A SEC compreendendo seu papel integrador e condutor da melhoria da educação no Estado, cooperando com os municípios na condução de suas políticas públicas municipais, em 2007, instituiu, na Coordenação de Políticas Educacionais da Superintendência de Acompanhamento de Avaliação do Sistema Educacional (Supav), o Programa de Apoio a Educação Municipal (Proam), para atuar como “um instrumento articulador e incentivador para uma educação pública de qualidade no Estado da Bahia”(Bahia, 2007, p. 03). Com base nessa intencionalidade, a Supav reconhece que o papel da SEC em desenvolver estratégias para integração e melhoria da qualidade da educação, prestando atendimento aos municípios, de forma a assegurar uma distribuição proporcional de responsabilidades, fortalecendo, assim, a colaboração entre Estado e municípios.

Com a criação do Proam, estado e municípios aproximam suas secretarias de educação, possibilitando efetivar o regime de colaboração entre os entes federados, apoiado no

federalismo cooperativo. Em 2007, pretendia-se que o Proam passasse a ser, no contexto da política educacional do Estado da Bahia, um instrumento de materialização do regime de colaboração, por meio do federalismo cooperativo, apoiando os municípios na organização dos seus processos burocráticos no campo educacional (Bahia, 2007).

A aproximação entre a SEC-BA e os municípios, por meio de assistência técnica em diferentes campos da organização da gestão municipal, com respeito à diversidade cultural de cada ente federado desse território, permitiu que o Proam contribuísse para o fortalecimento da identidade local.

Nesse sentido, o Proam foi responsável por diversas iniciativas, incluindo a coordenação do Projeto de Avaliação e Elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), que visou avaliar e elaborar o PME por meio de visitas técnicas e acompanhamento a distância à equipe técnica da secretaria municipal de educação (SME). Outra iniciativa foi o Projeto de Assessoramento à Reestruturação de Secretarias Municipais de Educação, que apoiou a elaboração da Lei de Reestruturação, Regimento Interno e Memorial das SME, também com visitas técnico-pedagógicas e acompanhamento a distância. Além disso, o Proam coordenou a oferta no estado do Programa de Formação Continuada para Gestores Escolares (Progestão), que levou formação continuada para gestores escolares das redes estaduais e municipais. Uma parceria do Consed e o FNDE/MEC. Outra importante ação do Proam se deu com a coordenação no estado da Bahia do Projeto de Monitoramento e Acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR). Por meio dele, o Proam monitorou os municípios na elaboração do diagnóstico da educação municipal e na execução das ações do PAR, em parceria com o ISP/UFBA e FNDE/MEC, facilitando a captação de recursos e adesão a programas do Governo Federal. Também em articulação com o MEC, o Proam implementou, na Bahia o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) promovendo a formação de conselheiros municipais e o acompanhamento dos Conselhos Municipais de Educação (CME), fortalecendo sua atuação. Todas essas ações convergiam para o fortalecimento da gestão do Sistema Municipal de Educação, destacando a necessidade de planejamento e organização das ações do sistema.

No que se refere aos planos de educação, o Proam atuou com objetivo de promover orientações do processo participativo e democrático, mobilizando gestores, comunidade, conselhos e fóruns locais para assessoramento de elaboração, adequação, monitoramento e avaliação do PME, com intuito de difundir uma cultura de planejamento educacional local, respeitando os pressupostos contemporâneos da gestão educacional e fortalecendo a educação

municipal (Oliveira; Machado, 2019). Ainda segundo Oliveira e Machado (2019), o Proam ocupou um papel fundamental na articulação das ações que se materializam como políticas públicas demandadas pela agenda de políticas públicas de governo, no sentido de efetivar o regime de colaboração entre os entes federados, procurando garantir o diálogo entre o governo do estado e os municípios.

Com base nas ações do Proam, as obrigações do Estado e do Município no contexto da educação foram delineadas. O Estado com a responsabilidade de prover suporte técnico e financeiro para a elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação (PME), além de facilitar a captação de recursos e adesão a programas e projetos do Governo Federal, como visto no Projeto de Monitoramento e Acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR) e oferecer programas de formação continuada para formação de gestores escolares em parceria com entidades como o Consed e MEC/FNDE, apoiar a reestruturação das Secretarias Municipais de Educação, ajudando na elaboração de leis, regimentos internos e documentos institucionais, e realizar o monitoramento e a avaliação das ações educacionais nos municípios, assegurando que os diagnósticos e execuções das ações estejam alinhados com as políticas estaduais e federais dos seus respectivos planos.

O Município, por sua vez, deveriam atuar com o dever de desenvolver e implementar o Plano Municipal de Educação com o apoio técnico do Proam; garantir que as metas e estratégias do PME estivessem alinhadas com as orientações do Plano Nacional e as necessidades locais; reestruturar as Secretarias Municipais de Educação, conforme as orientações recebidas e necessidades locais, elaborando as leis necessárias, regimentos internos e outros documentos institucionais; promover a formação contínua dos membros de acompanhamento e avaliação dos PME, assegurando que estivessem capacitados para desempenhar suas funções; executar as ações planejadas no Plano de Ações Articuladas (PAR), com o devido acompanhamento e apoio técnico, visando melhorar a educação municipal; promover a participação de gestores e professores nos programas e projetos oferecidos pelo Governo Federal, buscando recursos e suporte para a melhoria da educação no município; e implementar ações para o fortalecimento da atuação dos órgãos de controle social, promovendo a participação ativa na gestão educacional.

Essas obrigações, quando cumpridas de maneira integrada, podem contribuir significativamente para o sucesso dos Planos, a melhoria da gestão e qualidade da educação tanto em âmbito estadual quanto municipal. Nesse sentido, as ações do Proam foram

fundamentais para os municípios porque promoveu o suporte necessário à ação dos técnicos locais na implementação das diferentes políticas.

Desde sua constituição, em 2007, mas, principalmente, a partir de 2012, o Proam passou por muitas mudanças. Inicialmente, deixou de ser um Programa e tornou-se uma Coordenação, dentro da estrutura do Gabinete da SEC-BA, a Coordenação de Apoio à Educação Municipal (Coapem), o que poderia garantir a sua sustentabilidade administrativa e orçamentária dentro da Secretaria. Posteriormente, tornou-se Coordenação de Relações Institucionais e Articulação Federativa (CRIAFA), também vinculada ao Gabinete da secretaria. Notou-se que ao longo do período de 2007 a 2016 (sob as gestões dos secretários Adeum Hilário Sauer (2007-2009) e Osvaldo Barreto Filho (2009/2016), mudanças são percebidas quando o Proam vai assumindo *status* de poder dentro da secretaria, mormente, durante os dois mandatos do governador Jaques Wagner (PT), entre 2007 e 2014. Entretanto durante o governo Rui Costa (PT), que assume a gestão do estado em 2015, o Proam e a pactuação da secretaria de educação do estado com os municípios começa a perder força e, em 2016, com a reestruturação da pasta, o programa é extinto, sendo algumas das suas atribuições incorporadas à Coordenação de Projetos Especiais (COPE), anteriormente apenas responsável pelo Programa Todos pela Alfabetização (TOPA).

Atualmente, os municípios continuam sendo acompanhados pela Rede de Assessoramento Técnico da COPE/SEC Bahia, sob um princípio constitucional do regime de colaboração entre os entes federados. A rede tem por finalidade o assessoramento aos municípios baianos, em especial, a elaboração, adequação, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação. Essas mudanças trouxeram desafios e conquistas no monitoramento e avaliação dos PME, pois todo acompanhamento e orientações que era feito de forma presencial pelo Proam passaram a ser feitos por meio de plataforma (AVA-COPE) e de forma virtual. A dificuldade de alguns dos municípios em lidar com o distanciamento e a tecnologia provocou um sentimento de impossibilidade e desmotivação com o traquejo com as plataformas (AVA-COPE; PAR-SIMEC), espaços pelos quais passa a acontecer as formações e orientações sobre o monitoramento e avaliação do PME. Por outro lado, o ambiente proporciona maior independência da comissão quanto a sua formação, que pode ser feita no tempo que assim for melhor para cada membro. Além disso, esse afastamento também desfaz uma relação de dependência dos agentes municipais em relação à secretaria estadual de educação e traz para os membros das comissões uma autonomia com o domínio da tecnologia para o uso das plataformas de assessoramento no monitoramento e avaliação dos Planos.

O Estado da Bahia, ao prover suporte técnico para a elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação (PME), assumiu um papel fundamental. No entanto, ao longo do processo, esse suporte foi retirado, especialmente a partir de 2016 com a extinção do Proam, o que comprometeu a continuidade das ações de forma presencial em todos os municípios do estado. Naquele momento, especialmente, impactou nas orientações de monitoramento e avaliação dos PME recém-elaborados, aqueles que possuíam um ano de existência. Além disso, este foi um período em que as secretarias municipais sofreram com a diminuição ou ausência de recursos financeiros repassados pelo governo federal, principalmente, entre 2016 e 2022. Essa inflexão na política e descontinuidade de assistência técnica presencial e financiamento dificultaram a implementação das ações de monitoramento, impossibilitando o cumprimento das metas e estratégias dos PME. Ou seja, o Município, responsável pela execução dessas políticas educacionais, lidou frequentemente com limitações orçamentárias e técnicas, principalmente durante a pandemia do Covid 19, comprometendo o cumprimento das metas do Plano. Sem o comprometimento efetivo dos governos Federal e Estadual neste processo, o regime de colaboração foi fragilizado e toda educação básica sofreu consequências importantes.

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

Para discutir a temática abordada de políticas públicas, da elaboração a efetivação e sua relação com o Estado, pressupõem a compreensão de política pública sociais e Estado.

No sentido de entender o que seja política pública, faz-se necessário compreender a definição desses lexemas. Política é de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já o lexema “pública” é de origem latina, publica, e significa povo, do povo. Assim, política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, de acordo com Oliveira (2010)

[...] historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado (Oliveira, 2010, p.1).

Considerando as políticas educacionais como a ação do Estado se faz necessário discutir sua configuração e refletir sobre o papel do Estado no contexto das políticas públicas para a educação a partir de diferentes pontos de vista e realidades.

Dada a importância das políticas públicas em afetarem a todos os cidadãos, independente de escolaridade, raça, cor, sexo, religião ou nível social, faz-se necessário o entendimento das relações que estabelecem com a concepção de Estado, política pública, e política educacional, considerando os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação como política pública educacional, implementados em uma sociedade em um determinado período histórico.

Monitorar, analisar e avaliar políticas implementadas por um governo, requer que se leve em consideração fatores de diferentes naturezas e determinações. Em especial, quando se referem às análises de políticas sociais (como as de educação, previdência, saúde, habitação e outras), os fatores usados para comprovação do seu “sucesso ou fracasso” são complexos, variados e exigem grandes esforços e conhecimento.

Segundo Hofling (2001) Estado e Governo organizações diferentes, mas se completam: Entende-se o Estado como conjunto de instituições permanentes, que possibilita a ação do governo e Governo, como conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos e outros) para a sociedade como um todo, seguindo as orientações políticas de um determinado Governo que assume e desempenha as funções de Estado por um período definido. O Estado não pode ser taxado simplesmente como uma burocracia pública. As instituições que dariam e implementariam os projetos de governo, através programas voltados para a sociedade. Assim, “as políticas públicas são compreendidas como de responsabilidade do Estado” (Hofling, 2001).

Nesse sentido, políticas públicas se configuram em programas, ações e decisões adotadas pelos governos nacionais, estaduais ou municipais, com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que pretendem garantir determinadas demandas da sociedade ou para algum segmento social, cultural, étnico ou econômico, ou seja, correspondem a direitos afirmados na Constituição Federal.

Conforme Monlevade (2013, p.16) política pública “[...] é o conjunto de intenções e ações pelos quais os Poderes Públicos respondem às demandas sociais” (Monlevade, 2013, p.16), ou seja, políticas públicas gira em torno da relação entre demandas ou necessidades sociais e a oferta direta ou indireta, pelo Estado, de bens e serviços que as satisfaçam. Ainda segundo Monlevade (2013), as políticas públicas são um conjunto de intenções e ações por duas razões:

[...] a primeira é que, uma vez percebidas, as demandas se debatem nos Poderes Executivos e Legislativos e, antes de se converterem em fatos, se transformam em leis e normas [...] a segunda razão é que o discurso em que ficam vazadas as intenções de governantes e legisladores muitas vezes não se converte em ação, não se põe em prática (Monlevade, 2013: p.17).

É mister refletirmos como políticas públicas são formuladas, assim como, a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das mesmas. É sabido que as políticas públicas podem ser formuladas especialmente por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo, com possibilidade de ocorrer de forma conjunta ou separada, a partir de demandas e sugestões da sociedade, em seus diversos seguimentos.

Segundo Ministério da Educação através da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014, no atual contexto do Brasil, os processos de construção de políticas públicas ganham sentido e importância quando têm por objetivo principal a busca de um padrão de qualidade que seja compreendido como direito de cada cidadão. Por este motivo, “são processos que se vinculam aos mecanismos de autoconstrução da sociedade, que sintetizam embates, negociações e acordos entre as forças sociais presentes. Infelizmente, dificuldades históricas na condução e mediação destas disputas têm resultado mais em ações de governo, marcadas pela descontinuidade, em detrimento de políticas de Estado” (2014, p.9).

Em alguns casos já se garante a participação, da sociedade na formulação das políticas públicas a exemplo da educação e saúde, por meio dos Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Outros instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos segmentos em processo de participação e controle social são as Audiências Públicas, encontros e conferências setoriais, ente outros. A política educacional, portanto, é entendida aqui como constituinte da política social.

Vale ressaltar que muito desta garantia de participação da sociedade se dá por força de lei, a exemplo da Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A Lei nº 131 quanto à participação da sociedade, assim determina:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

A lei determina a todo poder público da federação e assegura a participação popular em todas as esferas e níveis da administração pública, não sendo mais uma escolha do gestor e sim uma obrigação do Estado.

O processo democrático de construção das políticas públicas no Brasil tem intrínseca relação com a participação social na disputa do espaço de poder e deliberação das políticas públicas. Segundo Gohn (2001, p. 07), os Conselhos Gestores de Políticas Públicas é um mecanismo de disputa dos espaços, pois, tratam-se “[...] de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos”.

Nesse sentido, as políticas públicas não são apenas assentadas pelo setor governamental, abarca discussões dos movimentos sociais e amplos setores da sociedade que lutam pela melhoria das condições de vida da população (Palmeira, 1996).

As políticas sociais têm suas origens nos movimentos populares surgidos entre os conflitos do capital e trabalho nas primeiras revoluções industriais do século XIX. Pensar educação nessa perspectiva, é compreendê-la como uma política pública social, de caráter educacional de responsabilidade e interferência do Estado, mas não pensada e construída só por seus técnicos e políticos, mas também por organismo da sociedade civil, no intuito de manter as relações sociais, as políticas educacionais, sob o viés de Estado Capitalista.

Com referência à política educacional, [...] seria equivocado pensar nos objetivos da política educacional voltados estritamente para qualificação da força de trabalho conforme interesses de determinadas indústrias ou de determinadas formas de emprego, [...] parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um máximo de opções de troca para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas [...] (Hofling, 2001, p. 35).

Nessa perspectiva, um fator extremamente importante nesse processo de análise de política educacional quanto ao sucesso ou fracasso, são os fatores culturais, pois, historicamente vão construindo representações, aceitação ou rejeição por parte de uma sociedade.

Pensar em política educacional sem levar em consideração os fatores culturais e tendo ações públicas pontuais de intervenção voltadas para programas de Gestão Pública, com aplicação de recursos com eficácia e eficiência, são paliativos insuficientes para caracterizar uma função política deste setor, se assim o fizermos, “estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação” (Hofling, 2001, p. 39)

Nesse entendimento, e segundo Azevedo (2003), “política pública é tudo que o governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. As políticas educacionais são construídas pelo Estado, com a finalidade de regular e orientar a educação. Os planos de educação, que foram construídos ao longo da história, são políticas públicas educacionais nas três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal.

No sentido de compreender política pública da educação, principalmente aquelas que objetiva democratizar a gestão, e, garantindo a participação social em seu planejamento, é mister conhecer e identificar as intenções do governo, bem como o percurso feito pelos atores envolvidos na construção da agenda e na elaboração das políticas públicas.

As intenções do governo aparecem quando da escolha dos problemas que jugam prioritários, como serão abordados e enfrentados pela gestão como política pública. Tomando como referência o modelo de análise de políticas pública, o Ciclo de políticas, que define o problema e direciona a agenda do governo para a elaboração e implementação das políticas públicas. E o Múltiplos Fluxos de problemas que apresenta como as questões despertam o interesse do governo, tornando prioritárias na agenda da gestão, não tendo uma definição imediata como será conduzida e resolvida. Tal possibilidade surge a partir da escolha das alternativas de soluções para os problemas, onde se leva em consideração fatores políticos e técnicos da gestão, (Kingdon, 1984).

Mesmo com os avanços na elaboração e discussão de políticas públicas, a fragmentação e a descontinuidade são características que ainda se configuram como problemas, com divergência de órgãos de controle, no sentido burocrático, bem como uma descontinuidade dessas políticas, pois são executadas com o interesse do gestor e na troca da gestão muda as políticas. Outro avanço nas políticas públicas está no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dessas políticas de forma integrada nos planos decenais de educação dos entes federados.

#### **4 CONTROLE SOCIAL, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: UMA TRÍADE INDISSOCIÁVEL**

O controle social não é do Estado e sim, dos setores, dos grupos sociais. É um mecanismo efetivado por meio de ações, medidas e regras impetradas pelos sujeitos, sob a maneira de como o Estado capitalista age na sociedade. É por meio do controle social que os trabalhadores, movimentos sociais, entidades, sindicatos e associações pressionam e confrontam a gestão pública na formulação das políticas, na direção de seus anseios e na luta pela construção de seus direitos.

Assim, o controle social são ações, medidas e práticas inventadas e realizadas pelos sujeitos, pela via democrática, que pressionam as políticas e medidas definidas pelos governos. São ações cotidianas intencionais, coletivas ou individuais, materializadas em formas participativas de atuar e propor na sociedade, organizada ou não, o controle e o acompanhamento das políticas públicas, desde a sua formulação até a sua implementação.

Neste sentido., o controle social envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses desta classe, tendo em vista a construção de sua hegemonia (Correia, 2005, p. 64).

Desse modo, o controle social é entendido como uma conquista da sociedade, decorrente de luta, em uma sociedade heterogênea e plural. O entendimento é que os interesses das forças dominantes, instaladas hegemonicamente no aparelho estatal, se defrontam com as ações e reivindicações dos trabalhadores, dos movimentos sociais, associações e entidades que se tornaram protagonistas e exigem transparência e controle social sobre as políticas públicas educacionais, em especial, sobre o uso dos recursos públicos. As novas sutilezas da dominação capitalista exigem uma permanente reinvenção dos mecanismos de participação, de mobilização e de ações dos sujeitos para o atendimento de seus interesses, de suas demandas e das propostas vindas do Estado.

Para isso acontecer, faz-se necessário “o fortalecimento dos mecanismos de controle social, por meio da estruturação dos órgãos colegiados, com participação efetiva da sociedade civil e da ampliação e qualificação da formação dos seus membros”, portanto, os sujeitos participativos dos conselhos, dos fóruns e das comissões de representação social necessitam de

formação contínua para acompanhar, avaliar e sugerir adequação nos Planos Municipais de Educação (Damasceno; Santos; Costa, 2011, p. 13).

Nas últimas décadas, os fóruns de educação têm se constituído como espaços de participação da sociedade para os debates, formulação, monitoramento e avaliação de política pública de educação e, em especial, pelo acompanhamento dos Planos Decenais de Educação. Para tanto, os municípios devem criar fóruns municipais e tomar como referência os Fóruns Nacionais de Educação (FNE). Na falta dessa instância, a função de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação fica a cargo da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação dos Planos (CAAA), nomeada pelo poder executivo municipal.

Esses órgãos representam o *locus* da participação social institucionalizada para o controle e acompanhamento das políticas educacionais e a compreensão de sua importância é fundamental para proceder a análise de sua atuação no âmbito dos municípios, pois, onde não há fórum a CAAA age como uma espécie de fórum reduzido.

A compreensão dos conceitos de monitoramento e avaliação proporciona às comissões de representação uma segurança de suas funções e responsabilidades como órgão de controle social. Nesse sentido, Malcones (2012) afirma

[...] o monitoramento é um processo contínuo, que precisa produzir informações com grande celeridade, pois deve subsidiar as decisões sobre a condução das políticas, programas e projetos. A avaliação é um exame realizado em profundidade, que produz informações complexas e poderá ou não ser usada na tomada de decisões. (Malcones, 2012, p. 15).

Mesmo com essa distinção conceitual, monitoramento e avaliação são etapas complementares e constituem importantes ferramentas que possibilitam gerenciar quais políticas públicas podem ser utilizadas para corrigir, alterar ou reorientar o curso das ações educacionais, contribuindo, assim, para o êxito do plano.

Ruas (2013) corrobora essa tese, apontando que, se a finalidade da avaliação for para o aperfeiçoamento da política pública, programa ou projeto, a modalidade formativa de avaliação é a mais adequada.

A avaliação formativa, também conhecida como “retroalimentadora”, tem por função proporcionar informações úteis à equipe gestora da política pública, do programa ou do projeto, com o propósito de aperfeiçoá-los durante o ciclo de execução; ou aos planejadores, com vistas a poderem realizar a atualização contínua dos programas ou projetos, de sorte a maximizar seus objetivos. [...] Sua finalidade é subsidiar a tomada de decisão que sucede durante o processo

da política pública, em relação à estrutura ou ao desenho do programa ou projeto, aos ajustes necessários, às melhorias da gestão etc. Tem a natureza de diagnóstico parcial e contextual e leva a decisões sobre o desenvolvimento do programa ou projeto, inclusive, modificações e revisões deles (Rua, 2013, p. 117).

Os Planos Decenais de Educação constituem um caso específico, pois a complexidade de implementação a longo prazo demanda, portanto, um processo em que:

O monitoramento se torne um ato contínuo de observação pelo qual são tornadas públicas as informações a respeito do progresso que vai sendo feito para o alcance das metas definidas.

A avaliação seja entendida como o ato periódico de dar valor aos resultados alcançados até aquele momento, às ações que estejam em andamento e àquelas que não tenham sido realizadas, para determinar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e para orientar a tomada de decisões. (Brasil, 2016a, p. 6).

Monitorar e avaliar mesmo sendo etapas distintas que se articulam durante todo o processo de construção a implementação, são, portanto, indissociáveis (Dourado; Grossi Júnior; Furtado, 2016) e indispensáveis no sentido de materialização dos planos educacionais vigentes no país. As análises defendidas por Dourado (2017a), entretanto, alertam que o monitoramento e avaliação não são ações simples, mas são imprescindíveis para o êxito dos planos de educação no Brasil. Nessa conjuntura, Dourado (2016) ainda destaca que o Monitoramento e Avaliação de um Plano de Educação,

[...] deve ser compreendido como processo único em que não é possível o monitoramento sem que, periodicamente, ocorram avaliações. De igual forma, não convém avaliar sem que haja informações obtidas a partir do monitoramento contínuo do que foi proposto por meio de indicadores adequados; (b) a mobilização e a participação da sociedade no acompanhamento do processo de monitoramento e avaliação dos planos são condições indispensáveis para garantir transparência e acesso a todas as informações, bem como para contribuir para o efetivo cumprimento das metas e estratégias; (c) os gestores da política educacional (secretários de educação ou similares, diretores coordenadores) e os profissionais da educação são lideranças reconhecidas no âmbito do território e, conseqüentemente, são importantes articuladores de toda ação a ser desenvolvida; (d) as equipes responsáveis pelo processo precisam estabelecer cronograma de trabalho, assim como os respectivos responsáveis por cada uma das ações a serem empreendidas, com momentos para análise e replanejamento; (e) faz-se necessário, ainda, o estabelecimento de indicadores e instrumentos de gestão das informações a serem aferidas durante todo o trabalho realizado, com vistas à organização da série histórica e do banco de dados (Dourado, 2016. p. 457).

No entanto, cabe aos órgãos responsáveis por monitorar e avaliar, o desafio de articular dados e informações, para promoções de debates sobre o cumprimento do que foi previsto, pressupondo intensa articulação e mobilização social (Dourado, 2016).

O monitoramento contínuo e a avaliação periódica do PNE 2014-2024 (Brasil, 2014) encontra determinado no artigo 5.º dessa Lei, bem como as incumbências das instâncias responsáveis e dos entes federados por essas ações e a divulgação de seus resultados, nas implementações das estratégias e cumprimento das metas (artigo 5ª §1º da mesma Lei). A cada dois anos, o INEP deve disponibilizar estudos para a aferição das metas (Art. 5.º § 2.º)<sup>2</sup>, além disso, o Fórum Nacional de Educação, em quatro anos, deverá coordenar, pelo menos, duas conferências nacionais de educação, articuladas às estaduais, distritais e municipais, “com objetivo de avaliar a execução desses PNE e subsidiar a elaboração dos planos nacionais de educação para o decênio subsequente” (Art. 6.º, §§ 1.º e 2.º). (Brasil, 2014).

Assim, o MEC, em consonância com a Lei nº 13.005/2014, destaca que os planos infranacionais de educação, além de preverem a sistemática de monitoramento e avaliação, devem também definir os atores envolvidos na ação, quais sejam os movimentos sociais e dos demais segmentos da sociedade civil organizada e da sociedade política (Brasil, 2014, p. 17). Os procedimentos fixados pelo novo PNE apontam para a necessidade de “determinar estrutura, processos, mecanismos, e momentos estratégicos para realização das avaliações, explicando mecanismo para analisar os indicadores e resultados alcançados” (Brasil, 2014, p. 17).

O MEC, em outro momento, orienta os entes federados à elaboração dos planos estaduais, municipais e distritais, bem como, salienta suas responsabilidades em definir a periodicidade de monitoramento e avaliação. Como responsáveis por essa tarefa, sugere “ação compartilhada entre secretaria Municipal, a Comissão ou Conselho e Fórum Municipal de Educação e a Câmara de Vereadores” (Brasil, 2014b, p. 11). Estas mesmas instâncias seriam responsáveis pela organização das Conferências Municipais de Educação.

---

<sup>2</sup> Consta do PNE 2014-2024 (Lei n.º 13.005, 2014), para cada uma das suas 20 metas, a definição de prazos específicos que implicam etapas bianuais para o seu monitoramento, contando com um cronograma para o desenvolvimento e a publicação dos estudos a serem realizados pelo INEP, cronograma esse registrado no documento do MEC intitulado *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base* (Brasil, 2015).

#### 4.1 A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS DECENAIS: PRINCÍPIOS E CRIAÇÃO

Tomamos como referência institucional a Secretaria de Educação do município pesquisado, uma vez que esta é a responsável pela organização dos ritos necessários à elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, bem como do processo de constituição da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação – CAAA, do PME enquanto instrumento de organização da política pública de educação municipal, que deve, além de colaborar para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação e do municipal, estar também em consonância com a sociedade organizada e o(a)s indivíduo(a)s que a representam, no sentido de garantir o sucesso do plano sobretudo da rede básica municipal de ensino.

O PNE 2014 – 2024 estipulou monitoramento contínuo e avaliações periódicas acerca da execução e do cumprimento das metas e das estratégias, em nível estadual, distrital e municipal (Art. 5º e Art. 7º, §3º), a Lei nº 13.005/2014 foi além do PNE e avançou ao definir com maior precisão as instâncias responsáveis pela realização de tal processo em âmbito federal. Textualmente:

Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias

I - Ministério da Educação - MEC;

II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;

II - Conselho Nacional de Educação - CNE;

IV - Fórum Nacional de Educação. (Brasil, 2014a).

Após definir os agentes institucionais responsáveis pelo monitoramento e avaliação do plano federal, a Lei nº 13.005/2014 determina também que todos os entes federados deverão fazer o mesmo em relação a seus respectivos planos subnacionais.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 3º Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PNE e dos planos previstos no art. 8º. (Brasil, 2014a).

Segundo Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016):

[...] como decorrência do PNE, os planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios também devem ser monitorados e avaliados periodicamente, com a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e da implementação das políticas educacionais no âmbito de cada território, contribuindo, assim, para a efetividade do PNE, que só logrará êxito se todos os planos subnacionais cumprirem com os objetivos propostos (Dourado; Grossi Júnior; Furtado, 2016, p. 457).

Assim, na forma da Lei nº 13.005/2014, os planos subnacionais de educação, além de preverem sistemáticas de monitoramento e avaliação dos referidos documentos, devem também definir expressamente quais serão os atores institucionais encarregados desta tarefa. Nesse sentido, Oliveira *et al* (2016, p. 31) elencam as instâncias mais indicadas para tal incumbência:

a) Nos estados:

- Secretaria Estadual de Educação;
- Comissão de Educação da Assembleia;
- Conselho Estadual de Educação (CEE);
- Fórum Estadual de Educação.

b) Nos municípios:

- Secretaria Municipal de Educação;
- Comissão de Educação da Câmara ou a própria Câmara;
- Conselho Municipal de Educação;
- Fórum Municipal de Educação.

Seguindo essa orientação, o município de Medeiros Neto - Bahia constrói seu Plano Municipal de Educação (2015 a 2025), com base na Lei nº 13.005/2014. e nas orientações do MEC para a educação municipal dos próximos dez anos e institui CAAA do PME, por meio do Decreto nº 50/2014. Como não consta na Lei do PNE uma determinação clara quanto à composição da CAAA, esta fica a critério de cada município. Assim pode manter a equipe de elaboração do Plano municipal ou os membros do Conselho Municipal de Educação, ou, ainda os membros do Fórum Municipal de Educação. Quanto ao período de atuação ou renovação dos membros da CAAA, este também deve ser estabelecido por cada ente municipal. A CAAA pode se reunir de três a quatro vezes ao ano e deve ser renovada a cada dois ou três anos, de acordo com a deliberação municipal. Critérios quanto a composição da CAAA, prazo etc. devem constar no PME.

Embora se observe a falta de determinação quanto à composição da CAAA, a Lei do PNE apresenta a sugestão de que ela contemple os atores que fizeram parte do processo da elaboração do PME. A CAAA precisa ser reconhecida pelos municípios como uma instância

de controle social. A imprecisão na composição deve ser entendida como uma forma de dar espaço aos atores sociais locais, para compor de uma comissão efetivamente atuante. Entretanto, também, pode ser uma fragilidade e pode comprometer o monitoramento e avaliação do PME, caso os membros da CAAA não apresentem características e conhecimento para realizarem o trabalho, não possuam acesso a elementos da realidade objetiva para tal ou ainda represente tão somente os interesses do executivo local.

Entre tantas questões centrais, destaca-se um dos princípios fundamentais que se propõe na elaboração de um Plano de Educação, que se refere à gestão do ensino público e, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI e VII que é a garantia do padrão de qualidade. A Gestão Democrática precisa possibilitar essa garantia constitucional.

O monitoramento tem uma perspectiva de controle social, intervindo no proceder da gestão pública. Tanto a gestão pública, quanto conselhos e comissões estão pautados nos princípios previstos na Constituição Federal de 1988. O Art. 5.º, inciso II da Constituição também preconiza que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Nessa direção, Meirelles (1991) afirma que:

A legalidade, como princípio da administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito ao mandamento da lei e do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e de responsabilidade disciplinar, civil e criminal, de acordo com cada caso (Meireles, 1991, p. 67).

No que tange o princípio da impessoalidade, Alexandrino e Paulo (2009) definem quando argumentam que este princípio

A impessoalidade como prisma determinante da finalidade de toda atuação administrativa é a acepção mais tradicional desse princípio e “[...] traduz a ideia de que toda atuação da administração deve visar o interesse público, deve ter com finalidade a satisfação do interesse público”. (Alexandrino; Paulo, 2009, p. 200), (grifo nosso).

O princípio da transparência advém de um desdobramento do princípio constitucional da publicidade e visa a legitimar as ações da gestão pública. Nesse sentido, Martins Júnior (2004) aponta que:

[...] inegavelmente, a participação popular na Administração Pública é fator de legitimidade do poder político e contribuinte do princípio da transparência,

implantando técnica de conhecimento, controle e direção das atividades administrativas com caráter de repetição, partilha e solidariedade da condução política de negócio público entre a Administração Pública e a sociedade, de forma a diminuir a sensível distância entre o instrumento e a destinatária da consecução do bem comum (Martins Júnior, 2004, p.345).

Assim, a (CAAA) deve ser formada e organizada na dimensão da garantia da transparência da gestão governamental e controle social. No município de Medeiros Neto, a CAAA, formada por atores da sociedade civil, tem, portanto, a função de acompanhar e avaliar anualmente o plano decenal de educação com realizações, de plenárias para a tomada de decisões na direção do cumprimento do Plano (Medeiros Neto, 2015, p.155).

#### 4.2 O CAAA DO PME (2015 A 2025) DE MEDEIROS NETO: ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto, Bahia (PME) é um documento legal e estratégico, com duração de dez anos, que define as Políticas Públicas para a educação do município. Foi aprovado por meio do Projeto de Lei nº 419, em 07 de julho de 2015, pela Câmara Municipal de Vereadores.

Para subsidiar o trabalho de construção do PME (2015 a 2025), a Secretaria Municipal de Educação de Medeiros Neto, instituiu a CAAA, com a função de levantar os dados, e sistematizar as informações nas fichas sugerida pelo MEC, das reuniões e audiências públicas, feitas de forma democráticas e participativas, com membros de diferentes setores da sociedade civil para a construção e implementação do Plano.

O Monitoramento e Avaliação do PME de Medeiros Neto é um processo previsto no Art. 5º do plano nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014. Com base nessa determinação este processo é realizado pelos entes federados, atendendo essa exigência da lei.

De forma análoga à lei do PNE, do MEC e das sugestões das diferentes instancias de Articulação nacional e estadual de governo, SASE, UNDIME e a SEC da Bahia, organizaram as sistemáticas orientações e definiu os setores institucionais encarregados da tarefa de orientação e assessoramento as comissões de acompanhamento e avaliação dos planos municipais.

Para a compreensão do processo de monitoramento realizado pela CAAA de Medeiros Neto, consideramos a necessidade de examinar e historicizar inicialmente os documentos que conferiram o respaldo legal a esse procedimento, cuja institucionalização se deu nos termos

descritos dos decretos e portarias do executivo municipal com nomeações, representações e suas respectivas atribuições.

A CAAA foi constituída por ato do prefeito de Medeiros Neto, Decreto Municipal nº 50/2014 composta por representantes do Conselho Municipal de Educação, de alunos, dos diretores, dos Conselhos Escolares, dos professores, da Secretaria Municipal de Educação, do Sindicato dos Professores APLB Sindicato, do Conselho do FUNDEB e representante do Legislativo Municipal, com atribuições de monitorar e avaliar o processo de construção, essa comissão, permaneceu, mesmo depois da aprovação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto (2015- 2025), pela Lei municipal nº 419/2015. No ano seguinte, publicou o Decreto Municipal nº 013/2015, nomeando o grupo Colaborativo do PME, com as mesmas representações do decreto anterior, porém, membros diferentes. Além deste ato, várias outras portarias e decretos também foram instituídos no decorrer dos anos. No ano de 2016, foi publicada primeira Portaria Municipal nº 06/2016, no mesmo ano, se deu a publicação do Decreto municipal nº 047/2016 que nomeia os membros da Equipe Técnica, agora com denominação de Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação. Em 2017, foi publicada outra Portaria Municipal a de nº 06/2017, quando a comissão volta a ser chamada de Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA), com a mesma função, no mesmo ano, é publicada a Portaria Municipal de nº 09/2017, nomeando a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação, permanecendo durante todo ano de 2018. Em 2019 e 2021, são publicadas as portarias Municipais de nº 06/2019 e nº 18/2021, nomeando uma Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação a (ETMA) contando com uma novidade, nesses quatro últimos anos (de 2019 até a presente data), a equipe passa a contar com uma coordenação específica do PME.

Equipe ou Comissão instituída tem como regra a seguir a metodologia proposta desde 2014, fazer a releitura do Plano de forma atenta, seguindo uma cronologia, identificando as metas e estratégias para ter uma visão global da dimensão das ações e preencher as fichas indicadas nas orientações do MEC. O preenchimento dessas fichas possibilita o planejamento orçamentário, no sentido de contemplar as metas que precisam de orçamento ao longo de vigência do Plano.

Para efetivar o 1º Relatório de Monitoramento e Avaliação do PME de Medeiros Neto, do período de 2016 a 2017, os membros da CAAA definiram uma agenda mínima de trabalho, compreendendo um conjunto de atividades voltadas para o atendimento das demandas

institucional de monitoramento, buscando convergência com as orientações da SASE/MEC, seguindo as etapas:

- Organizar o trabalho;
- Estudar o Plano;
- Monitorar continuamente as Metas e Estratégias;
- Avaliar o Plano Periodicamente.

No primeiro momento de trabalho, a sugestão é que se forme uma comissão coordenadora das atividades. Deve-se verificar se os planos definem as comissões de monitoramento e avaliação, sugerindo também, que a Secretaria Municipal de Educação constitua uma Equipe Técnica ou Comissão para levantamento dos dados e sistematização das informações. A qual é responsável pelo preenchimento das fichas de Monitoramento e Avaliação do PME proposto pelo MEC. Com base nestas informações, deve-se iniciar o preenchimento da ficha de Monitoramento do Plano Municipal de Educação, na Figura 4.

Ficha de Monitoramento do Plano Municipal de Educação			
Município		UF	
Plano Municipal de Educação	<i>(número da lei e data)</i>		
Períodos de Avaliação previstos	<i>(anos da avaliação)</i>		
Comissão Coordenadora	<i>(nome)</i>	<i>(Ato legal – nº e ano)</i>	
Equipe Técnica	<i>(nome)</i>	<i>(Ato legal)</i>	

**FIGURA 4 – PARTE A DA FICHA DE MONITORAMENTO DO PME**

Fonte: MEC/PNE (2022).

Quanto ao estudo do Plano, a metodologia sugerida é que a Equipe Técnica, na segunda etapa, faça a releitura completa e atenta de todo o Plano, de uma forma cronológica elenque as metas e estratégias, tendo, assim, uma visão abrangente do trabalho, para preencher a parte B da ficha de monitoramento e Avaliação do PME, apresentada na Figura 5.

<b>PARTE B</b>	Metas	Prazo	Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias
	<i>(descrição da meta)</i>		<i>(descrição da estratégia)</i>		
			<i>(descrição da estratégia)</i>		
			<i>(descrição da estratégia)</i>		

**FIGURA 5 – PARTE B DA FICHA DE MONITORAMENTO DO PME**

Fonte: MEC/PNE (2022).

Todo esse processo, cronologicamente organizado, é fundamental para subsidiar o planejamento orçamentário durante o período de vigência do plano. As metas para serem cumpridas, necessitam de recursos orçamentário dos entes federados, além da articulação com os outros instrumentos de planejamento necessários à gestão pública. Nesse sentido, o MEC apresenta um ciclo de planejamento público, que precisa ser observado, com muita atenção por toda equipe municipal, conforme ilustrado pela Figura 6.



**FIGURA 6 – CICLO DE INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO**

Fonte: MEC/PNE (2022).

Além do Plano Plurianual (PPA), outros instrumentos de planejamento da gestão pública, como a Lei de diretrizes Orçamentária (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano de Ações Articuladas (PAR) precisam ser articulados ao PME, como ferramentas

necessárias ao êxito do Plano. Por isso a equipe de gestão municipal necessita de atenção e vigilância quanto ao ciclo de vigência e aprovação de cada um deles.

No contexto das ações delineadas no PME, a compreensão e a utilização do PPA, da LOA e da LDO municipais se tornam fundamentais. Esses documentos são diretamente responsáveis pela definição e execução das políticas educacionais em nível local, embora sua complexidade possa representar um desafio para as comissões envolvidas.

O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, sendo a base para a elaboração da LDO e da LOA, que se configura no desdobramento anual da LDO. No contexto do PME, o PPA precisa refletir as prioridades e estratégias definidas, garantindo uma alocação adequada de recursos para alcançá-las. Assim, o alinhamento entre o PPA e o PME é crucial para a efetividade das políticas educacionais, por meio da LDO e da LOA.

A LDO define as diretrizes para a elaboração do orçamento para quatro anos, incluindo prioridades, metas e limites para as despesas públicas. Ela influencia diretamente a elaboração da LOA, que detalha as receitas e despesas do município para cada ano subsequente à sua aprovação, alocando recursos para diversas áreas da administração pública, bem como para a educação. A correta identificação da locação dos recursos orçamentários e a interpretação desses documentos são ações importantes para a implementação e execução das ações previstas no PME.

Apesar da importância desses documentos, sua complexidade técnica e burocrática pode dificultar a compreensão por parte de membros das comissões de monitoramento e avaliação do PME. Muitos deles, comumente, não estão familiarizados com termos e procedimentos orçamentários, o que vem a prejudicar sua capacidade de interpretação e análise sobre a execução das ações planejadas no PME, ou a saber como elas se relacionam com os recursos destinados à educação.

Entretanto, a falta de familiaridade das comissões no entendimento dos procedimentos contábeis não deve ser uma justificativa para a ausência de participação efetiva de seus membros no processo de monitoramento e avaliação do Plano. Ao invés disso, deve-se investir em capacitação e formação contínua, fortalecendo a autonomia e a competência técnica dos membros das comissões. Esse investimento não apenas promove uma melhor gestão dos recursos públicos, mas também assegura que as políticas educacionais como o PME, sejam implementadas e suas ações executadas de maneira mais eficaz e eficiente alinhada com as necessidades locais.

Portanto, é essencial que as comissões de monitoramento e avaliação do PME recebam capacitação e apoio técnico adequados para compreender e analisar os documentos orçamentários. Quando necessário, durante as reuniões da CAAA, para dar início ao processo de monitoramento e avaliação das metas do PME, deve-se fazer presente um representante da assessoria contábil da prefeitura, explicando os instrumentos legais e suas respectivas funções e a alocação dos recursos da pasta da educação. Isto é necessário porque, a empresa contratada pela prefeitura para fazer a assessoria contábil, no momento da elaboração das leis orçamentárias, costuma não contar com a participação de representantes da sociedade, nem dos órgãos de controle social durante a elaboração destes instrumentos (PPA, LOA e LDO). Como isso ocorre, os instrumentos são pouco conhecidos e os munícipes são alijados de exercerem seu papel na construção da gestão democrática das decisões governamentais, além de que a gestão municipal dificulta, com este procedimento, o cumprimento do princípio constitucional da transparência.

Demarca-se, portanto, que é essencial que as prefeituras adotem práticas que garantam a participação ativa dos outros órgãos de controle social, como o Conselho Municipal de Educação (COMEMN), o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Profissional da Educação (CACS-FUNDEB), a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA), bem como realize formação dos conselheiros para o processo de análise dos documentos orçamentários que são igualmente importantes para a execução dos trabalhos possibilitando o cumprimento das ações planejadas e das metas traçadas no PME.

A terceira etapa do trabalho, se trata do monitoramento de metas e estratégias do Plano. Nesse momento, a metodologia indicada é a da verificação de como estão indo as metas a partir dos indicadores definidos quando ocorre o preenchimento da parte C da Ficha de Monitoramento pela Equipe Técnica, o trabalho que deve ser repetida para cada uma das 20 metas traçadas no PME, como mostra a Figura 7:

<b>PARTE C</b>	Meta 1: (descrição da meta)												
	<b>INDICADOR 1A</b>	(descrição do indicador)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Meta prevista												
	Meta executada no período												
	<b>INDICADOR 1B</b>	(descrição do indicador)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Meta prevista												
	Meta executada no período												

**FIGURA 7 – PARTE C DA FICHA DE MONITORAMENTO DO PME**

Fonte: MEC/PNE (2022).

Após o preenchimento de todas a ficha de monitoramento, a Equipe Técnica deve encaminhá-las para a validação do Secretário de Educação Municipal, que, por sua vez, encaminhará à Comissão Coordenadora, que irá elaborar os Relatórios Anuais de Monitoramento e socializá-los. A última etapa do trabalho, a Avaliação do Plano, ocorre quando se elabora uma versão preliminar de avaliação do PME, com base nos Relatórios Anuais de Monitoramento, o qual será submetido a uma Audiência Pública, cujo resultado deverá gerar o documento Avaliação do Plano municipal de Educação – Versão Final.

#### 4.3 CONTRIBUIÇÕES NECESSÁRIAS AO TRABALHO DA CAAA

Mesmo não deixando claro os critérios para executar os processos de monitoramento, o documento Planejando a “Próxima Década: Alinhando os Planos” (BRASIL, 2014), disponibilizado pela Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino (SASE), normatiza algumas diretrizes para o trabalho das equipes municipais de monitoramento:

1. Criação, em cada ente federativo, de um sistema de monitoramento e avaliação do plano de educação e estabelecimento dos mecanismos necessários à sua execução. [...]
2. Estabelecimento de estrutura própria para a sistemática produção de indicadores em articulação com o sistema de monitoramento e de avaliação previstos no plano, e com os mecanismos avaliativos do PNE, de modo a

permitir um acompanhamento integrado das ações, políticas e programas, bem como a necessidade de ajustes a serem feitos e decisões a serem tomadas;

3. Realização de avaliações periódicas das metas e estratégias constantes do plano, bem como das orientações que visam à coleta sistemática de informações e apuração de indicadores educacionais, articulando-se com os demais entes federativos e a sociedade civil na obtenção das informações e na produção de relatórios avaliativos;
4. Encaminhamento de relatórios de monitoramento da execução do plano ao poder Legislativo, por intermédio de suas comissões, e ao Ministério Público, por meio de suas estruturas e agentes;
5. Empenho de cada ente federado na divulgação do plano e na progressiva realização de suas metas, para que a sociedade conheça amplamente o seu conteúdo e acompanhe sua execução (Brasil, 2014, p.17).

As metas do PME são alcançadas pela potencialização das ações estratégicas. O monitoramento dessas ações tem importância crucial no sucesso do Plano, como nos afirmam Vaitsman, Rodrigues e Paes-Sousa (2006).

Monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados (Vaitsman; Rodrigues; Paes-Sousa, 2006, p. 21-22).

No sentido de potencializar as ações, o PME de Medeiros Neto define um percurso a ser trilhado durante o processo de monitoramento de suas metas. Define indicadores e respectivas dimensões, com bases em dados organizados pelo Governo Federal, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílio (PNAD), do Censo Demográfico e do Censo Escolar.

Com toda a complexidade do processo e a necessidade de monitorar as ações do Plano, formou-se no país uma rede de assistência técnica formada por órgãos governamentais, o Ministério da Educação, pela Undime e pela SEC, com o objetivo de auxiliar os municípios a efetivarem o monitoramento dos seus planos.

Nessa direção, blocos se formaram com funções definidas e objetivo comum, na administração da plataforma “De Olho nos Planos” e a plataforma “Conviva Educação”, administrada pela Undime, em parceria com outros institutos e fundações e conta com o apoio do Consed e da UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), além da

ação do Governo, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), denominada “PNE em Movimento”.

Essas plataformas são consideradas ferramentas importantes no apoio à gestão das Secretarias Municipais de Educação (SME) com informações e orientações voltadas à estruturação, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, com formações e orientações em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), ajudando a compreender e racionalizar os processos administrativos, sugerindo o detalhamento de todas as etapas do processo de trabalho.

Na Bahia, isso não foi diferente, o número de técnicos responsáveis pela orientação foi definido na adesão dos municípios ao programa de monitoramento e avaliação do PME, por meio da assinatura de termo de adesão pelo gestor da educação municipal. Essa perspectiva de acompanhamento e de avaliação das políticas educacionais no Estado da Bahia, em especial em Medeiros Neto, ocorreu no período de 2016 a 2021 conforme relatórios elaborados pela CAAA, com o envolvimento e a participação dos entes municipais, atendendo assim, a uma lógica de planejamento que tivesse como premissa básica a articulação com os entes federados.

## 5 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nas últimas décadas, a pesquisa em educação vem sofrendo mudanças nos contextos de produção científica educacional, nas temáticas de cunho sociológico abordadas e abordagens metodológicas nos processos investigativos. A pesquisa educacional tem suas singularidades “significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmos, em seu próprio processo de vida”, (Gatti, 2002, p. 12), o conhecimento produzido nessa área, dificilmente poderá ser obtido estritamente pela pesquisa experimental, onde pode se controlar as variáveis.

Segundo Gatti (2002, p. 09), a pesquisa “é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa”. Somos eternos pesquisadores no sentido amplo da definição, mas de forma restrita sobre o objeto de pesquisa que o conhecimento precisa ser gerado. Nessa direção, o objeto em estudo é o processo de monitoramento e avaliação do PME pela CAAA.

Com o propósito de apresentar o caminho que percorreu a investigação, sua natureza e seu processo metodológico, desenho, métodos e instrumentos, bem com sujeitos da pesquisa e o contexto em estudo, delineou-se esta proposta metodológica.

Sendo assim, o objetivo da metodologia possibilitou que o pesquisador tivesse acesso aos dados que foram necessários para pesquisar o fenômeno e responder à pergunta de pesquisa, mas a escolha metodológica dependeu das características e especificidades do objeto de estudo. Para Gatti (2002, p. 11), o método nasce de ideias, perspectivas, teorias com a prática. Oliveira (2007), acredita que o método é um conjunto de processos que possibilita conhecer uma determinada realidade, produzir pesquisa e desenvolver procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um objeto de estudo, a qual deve ser orientada pelos critérios da natureza do objetivo ao qual se aplica e o objetivo do estudo. Não são só regras que orientam um caminho, mas são crenças, valores e atitudes, considerando sua intersubjetividade, mediação e vivência do pesquisador com o objeto/sujeito pesquisado.

No entanto, são muitos os métodos existentes para entender e explicar os fenômenos da realidade e sua escolha está vinculada a história de cada pesquisador, envolvendo sua posição filosófica, teórica e metodológica e sua posição política diante do mundo. Dessa forma, o método irá refletir as ambições de cada pesquisador em relação ao fenômeno que deseja descortinar. Em função dessa relação Silvio Sánchez Gamboa (1996, p. 62) chama nossa

atenção dizendo quão complexo é “explicar os métodos por si mesmos sem levar em conta os contextos teóricos e as condições histórico-sociais da produção destes e da pesquisa”.

A opção de investigação pela pesquisa qualitativa nos pareceu a mais adequada dada o objeto ser de caráter sociológico, gerando um problema de ordem social, visto que,

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 13).

A pesquisa qualitativa consiste em práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao objeto em estudo e transformam a compreensão sobre os fenômenos em representações e interpretações dos significados que são atribuídos a eles.

Entende-se que essa orientação assegurou ao pesquisador a realização de um trabalho de pesquisa lastreado em métodos investigativos reconhecidos e validados pela comunidade científica. A abordagem da pesquisa qualitativa possibilitou ao pesquisador fazer uso amplo de pesquisas sobre um dado fenômeno e complementar as lacunas em pesquisas existentes.

A pesquisa foi concretizada utilizando várias formas e fontes para a produção de dados. Essa estratégia possibilitou observar várias evidências implicadas na elaboração e implementação da política pública em estudo. Nessa perspectiva, a produção de dados se deu com pesquisa, bibliográfica, documental e de campo. Tais procedimentos de pesquisas foram descritos e compreendidos.

No primeiro momento, realizou-se a pesquisa bibliográfica, no intuito de construir uma base teórica desenhando o percurso reflexivo sobre os conceitos de sustentação da pesquisa: políticas públicas da educação, planejamento, planos decenais, mecanismos de acompanhamento e avaliação, entes federados e os processos de formação da CAAA. No segundo momento, realizou-se a pesquisa de fontes documentais que normatizam os procedimentos, funcionamento e organização da CAAA, como: atas, decretos, portarias, relatórios, instrumentos de planejamento (PME, PPA, LOA, CAAA) e orçamento, que permitam compreender as opções programáticas delineadas para a condução da políticas públicas de educação planejada pelo poder público municipal de Medeiros Neto – BA, entre 2014 a 2022; o terceiro e último momento, denominado com pesquisa de campo, consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com membros da CAAA, desde a aprovação do PME

– Medeiros Neto, com a coordenação do PME, e com os dirigentes que atuaram e atuam como secretários de educação do município de Medeiros Neto – BA.

Os dados produzidos por tais procedimentos foram triangulados na análise de resultados. A triangulação proporcionou melhor compreensão dos resultados, à medida em que uma informação parcial ou fragmentada vai se tornando cada vez mais completa e complexa, permitindo avançar na construção da totalidade do fenômeno estudado.

A pesquisa bibliográfica, aqui chamada como arcabouço teórico, foi iniciada no primeiro momento com investigação das discussões de natureza educacional, sobre as temáticas da pesquisa e suas categorias de análise como: políticas de acompanhamento e avaliação, planejamento educacional e plano municipal de educação. Nesse sentido Fonseca (2002), afirma que:

a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

No sentido de levantar os dados da pesquisa bibliográfica das Teses de Doutorados e Dissertações de Mestrados, bem como de artigos referentes à temática pesquisada, buscou-se organizar quanto: a produção, organização e tratamento dos dados, sistematizando de forma temporal com publicações de 2017 a 2022 e em bloco com descritores “monitoramento e avaliação + “planos de educação”. Em seguida recorreu-se aos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao repositório do banco de teses e dissertações do Centro de Documentação e Informação (CDI) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e no Portal *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), buscando teses, dissertações e artigos com os descritores “monitoramento e avaliação” + “plano de educação”.

Desta forma, foi conduzida a atividade de levantamento, análise e escolha do arcabouço teórico, obedecendo às etapas relativas ao processo. Lakatos e Marconi (2003, p. 166-167) descrevem os passos para a elaboração dos dados, a saber: “seleção (exame minucioso dos dados); codificação (técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se

relacionam); e tabulação (disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles”. (Lakatos; Marconi, 2003, p. 166-167).

Realizada a pesquisa nos bancos de dados, utilizando critérios de seleção, dos descritores e do período de publicação, elaborou-se a Tabela 1, com especificação dos bancos de dados e dos tipos das obras selecionadas e suas respectivas quantidades para melhor análise dos dados produzidos:

**TABELA 1 – RESULTADOS ENCONTRADOS PARA A PESQUISA DOS DESCRITORES “MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO” + “PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO” – 2017-2022**

BANCO DE DADOS	TIPO DE OBRAS SELECIONADA		
	TESES	DISSERTAÇÕES	ARTIGOS
CAPES	08	323	0
CDI - UNEB	3	5	0
SCIELO	0	0	2

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas pesquisas feitas nas plataformas: CAPES, CID- UNEB e SCIELO. (2022).

A Tabela 1 evidencia um maior número de trabalhos de teses e dissertações encontrados junto ao repositório da CAPES, CDI – UNEB e SCIELO. Para a busca destas produções teóricas utilizou-se dos descritores “monitoramento e avaliação” + “plano municipal de educação”, da temporalidade de 2017 a 2022, na busca de trabalhos que dialogassem com a temática da pesquisa. Para os artigos, foram realizados os mesmos procedimentos metodológicos. Com esse levantamento, foi encontrado um grande número de produções. Na tentativa de diminuir o número da amostra, usou-se como exclusão o refinamento dos resultados da plataforma com as categorias das áreas de conhecimento, avaliação, concentração, programa e a do ano de publicação de 2017 a 2022; leitura relacionando a temática pesquisada com os títulos dos trabalhos levantados e se esses dialogavam com o estudo, leitura de palavras chaves, leitura de resumos e por último, leituras de forma integral dos textos, procurando estabelecer uma maior proximidade com a temática pesquisada.

Após o refinamento das obras utilizando os critérios analítico como orienta Lakatos e Marconi (2003), como critérios de exclusão foram considerados: a) estudos que não estabelecessem conexões com o PNE 2014-2024 e referentes ao processo de monitoramento e avaliação de planos municipais de educação; b) defesas anteriores a 2017; c) pesquisas que não estivessem disponíveis para downloads.

Optamos por selecionados uma tese, quatro dissertações e dois artigos, por terem maior proximidade com a temática em estudo, enquanto política pública de monitoramento e avaliação. Uma vez realizada a etapa de seleção dos trabalhos que seriam utilizados, inicialmente, para fundamentar este estudo, realizou-se a sistematização das obras por meio do quadro, organizado por categoria analítica.

No Quadro 2 estão relacionadas e identificadas as obras quanto ao tipo de produção, instituição de ensino, título da obra, autor e ano de publicação.

#### QUADRO 2 – SELEÇÃO DOS TRABALHOS PESQUISADOS – 2017 A 2022

TIPO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTOR	ANO
Dissertação	UNEB	Plano Municipal de Educação (2014– 2024) o processo de monitoramento e a participação do Comitê de Acompanhamento e Avaliação no município de Coração de Maria Bahia.	Moacir Freitas Borges.	2017
Artigo	SCIELO	Monitoramento e avaliação nos Planos Estaduais de Educação consoantes ao novo PNE	Janaína Specht da Silva Menezes e Donaldo Bello de Souza	2018
Dissertação	UFPA	O Processo de Monitoramento e Avaliação da qualidade no Plano Estadual de Educação do Pará: tensões e possibilidades	Maria Gorete Rodrigues Brito	2019
Dissertação	UFGD	Avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação na região Cone Sul/MS (2015 a 2017)	Joseane Carolina de Souza Salomão Corrêa	2019
Dissertação	UFPR	Participação social no monitoramento e avaliação dos Planos de Educação nos municípios da Zona da Mata Mineira	Rosangela dos Santos	2020
Artigo	SCIELO	Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação a produção de conhecimento no Brasil	Maria Alice de Miranda Aranda; Evely Solaine de Souza Rodrigues e Sílvio Cesar Nunes Militão.	2020
Tese	UNIVALLI	Dinâmica, discurso e estratégias dos atores atuantes no processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC)	Márcia Cecília Vassoler	2020

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas pesquisas feitas nas plataformas, CAPES, CID- UNEB e SCIELO. (2022).

As obras catalogadas do Quadro 1 foram organizadas por ordem crescente e estão descritas, a seguir, relacionadas seus objetivos com a temática pesquisada e suas contribuições

para o estudo realizado. Conforme dados apresentados, a centralidade das produções ocorreu nos anos de 2019 e 2020, sendo a primeira após três anos da aprovação do PNE 2014/2024. Nesse sentido, de acordo com Militão, Rodrigues e Aranda (2020), “o reconhecimento da relevância do processo de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação, embora sinalizado de modo aligeirado no PNE/2001 (Art. 3º, parágrafos §1º e §2º), ganhou maior repercussão com o PNE/2014”. (Militão, Rodrigues; Aranda, 2020, p.14),

A pesquisa realizada por Moacir Freitas Borges, para a Dissertação de Mestrado intitulada “Plano Municipal de Educação (2014 – 2024) o processo de monitoramento e a participação do Comitê de Acompanhamento e Avaliação no município de Coração de Maria - BA”, foi defendida em 2017 e teve por objetivo investigar o processo de monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME) no contexto das práticas efetivadas no âmbito do Comitê de Acompanhamento e Avaliação (CAA) do município de Coração de Maria no estado da Bahia no sentido de monitorar as metas e estratégias preconizadas para o decênio de 2014 - 2024.

A busca nos bancos de dados por teses, dissertações e artigos seria feita com produções dos últimos cinco anos. Em pesquisa ao repositório do CID – UNEB, do banco de teses e dissertações do PPGEduc e do banco de dissertações do GESTEC, esse período foi estendido até 2013, dada a necessidade de verificar as obras produzidas por esta instituição, que discutissem a temática de ‘monitoramento e avaliação de planos de educação’. O trabalho de, Moacir Freitas Borgen, é uma produção de 2017, do programa de mestrado profissional do GESTEC, mesmo sendo fora do período inicialmente estabelecido para a pesquisa, foi selecionado por apresentar uma similaridade com a temática estudada e contribuiu na orientação da construção do trabalho.

O artigo de Janaína Specht da Silva Menezes e Donaldo Bello de Souza, intitulado “Monitoramento e avaliação nos Planos Estaduais de Educação consoantes ao novo PNE” foi publicado em 2018 e analisou as decisões relativas ao monitoramento e à avaliação constantes dos Planos Estaduais de Educação criados ou adequados em consonância às metas e às estratégias do novo PNE 2014-2024, aprovados até o ano de 2016.

Em 2016, os mesmos autores publicam um artigo intitulado “Acompanhamento e Avaliação dos/nos Planos Estaduais de Educação 2001-2010”, analisaram a previsão do acompanhamento e da avaliação dos Planos Estaduais de Educação aprovados pelo Poder Legislativo estadual, no período de vigência do PNE 2001-2010, de modo a contribuir para os desafios postos à sua adequação ao novo PNE 2014-2024. Ao trazerem a análise deste artigo, o qual não foi selecionado pode-se ter uma melhor compreensão da temática dentro dos Planos

Nacional de Educação 2001 – 2010 e 2014 – 2024, visto que contribuiriam com informações relevantes para o trabalho.

A Dissertação de Mestrado de Maria Gorete Rodrigues Brito, intitulada “O processo de monitoramento e Avaliação da qualidade no Plano Estadual de Educação do Pará: tensões e possibilidades”, defendida em 2019, se propôs a analisar os processos de monitoramento da Meta 7 do Plano Estadual de Educação do Pará (PEE/PA), destacando as estratégias referente ao fluxo escolar e à aprendizagem no ensino médio, entre 2016 e 2018. Foi orientada pelo Prof. Dr. Alberto Damasceno. A referida dissertação contribuiu como parâmetro de observação das tensões e contradições no processo monitoramento e avaliação dos planos.

A pesquisa do Mestrado de Josiane Caroline de Souza Salomão Correa teve como título “Avaliação e Monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017)” e teve por objetivo analisar os procedimentos e orientações legais do monitoramento e da avaliação em relação aos Planos Municipais de Educação da região Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul-MS. O referido trabalho ajudou no sentido de orientar, apontando a legislação pertinente quanto a avaliação dos planos.

A Dissertação de Mestrado de Rosangela dos Santos, intitulada “Participação social no monitoramento e avaliação dos Planos de Educação nos municípios da Zona da Mata Mineira”, foi defendida em 16 de outubro de 2020 e teve por objetivo analisar como vem se delineando a participação dos sujeitos sociais coletivos no monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) da Mesorregião da Zona da Mata Mineira. O trabalho da autora possibilitou a construção do trabalho no sentido de compreender a participação coletiva da sociedade nos processos de gestão do plano.

O artigo de Maria Alice de Miranda Aranda, Evely Solaine de Souza Rodrigues e Sílvio Cesar Nunes Militão, publicado em 2020, sob o título “Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil”, teve como objetivo realizar um balanço sobre a produção do conhecimento referente ao monitoramento e a avaliação dos planos decenais de educação, no período de 2001 a 2017. O artigo trata especificamente de monitoramento e avaliação de uma forma mais ampla no contexto estadual ou regional, mas chama atenção para a pouca produção nessa área do conhecimento. O artigo foi útil e orientador quanto o estado da arte na produção do conhecimento em relação ao monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação no Brasil.

A tese de Doutorado de Márcia Cecília Vassoler, com o título “Dinâmica, discurso e estratégias dos atores atuantes no processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de

Educação de Santa Catarina (PEE/SC), teve como objetivo analisar a dinâmica, os discursos e estratégias de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, em suas interfaces com o Plano nacional de Educação 2014-2024, a partir da atuação da comissão estadual de SC, no período de setembro de 2017 a julho de 2018. A produção de Vassoler foi útil na apresentação sistemática e na análise do monitoramento e avaliação dos planos.

Toda essa busca nos Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, da SCIELO e nos repositórios dos programas de pós-graduação PPGEUC e GESTEC da UNEB reforçou o propósito e relevância de analisar os planos municipais de educação na perspectiva do processo monitoramento e avaliação (Borges, 2017; Vassoler, 2019), enquanto mecanismos indispensáveis à implementação de metas educacionais (Brito, 2019; Santos, 2020).

As leituras e análises das dissertações artigos e teses selecionados revelaram que todas referenciam as políticas de planejamento educacional, o foco no processo de monitoramento e avaliação preconizados nos planos municipais locais (Corrêa, 2019) e na materialização das metas estabelecidas nos planos municipais, e a aprendizagem no ensino médio (Brito, 2019), a produção do conhecimento referente ao monitoramento e a avaliação dos planos decenais de educação (Militão; Rodrigues; Aranda, 2020).

A pesquisa bibliográfica das produções acadêmicas, abordando o monitoramento e a avaliação dos Planos Decenais de Educação, contribuíram com obras que possibilitaram em fazer um estudo refinado sobre o processo a ser desenvolvido de forma indissociável, sendo, portanto, constituinte e constitutivo de um mesmo contexto histórico de planejamento e gestão educacional, com proposição de indicadores para avaliação das metas e estratégias, da análise da situação educacional, podendo ser a nível municipal, estadual, nacional, com a finalidade de subsidiar fundamentalmente a análise das contribuições do trabalho de monitoramento e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto- BA.

Nesse conjunto, ressaltamos o estudo de Aranda, Militão e Rodrigues (2020), quando apresentam os resultados de um balanço sobre a produção do conhecimento referente ao monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação, no período de 2001 a 2017, esclarecem que a produção do conhecimento com foco no monitoramento e avaliação do planejamento decenal é ainda ínfima, com destaque para “[...] a necessidade de investigações no âmbito das avaliações dos Planos que tenham foco mais específico, isto é, pesquisas que analisem, monitorem e avaliem o processo de implementação de metas específicas [...]” (Aranda; Militão; Rodrigues, 2020, p. 19)

Como foi possível observar, a produção científica sobre o objeto de pesquisa é escassa e recente. No entanto, as análises apontadas nas pesquisas trouxeram contribuições para a construção do conhecimento referente ao processo de monitoramento e avaliação do planejamento educacional decenal.

Diante disso, faz-se necessário o conhecimento sobre o monitoramento e avaliação dos planos educacionais, principalmente em âmbito local, porquanto, dada “[...] a relevância dessa ação, uma vez que a sua organicidade dará movimento e dinamismo as diretrizes, metas e estratégias pensadas, discutidas e postas na forma da lei para viabilizar avanços para a educação nacional (Dourado; Grossi Júnior; Furtado, 2016, p. 455).

Assim, justifica-se a escolha do objeto de estudo pela:

a) escassez de pesquisas acadêmicas sobre percepções de membros de comissões municipais de monitoramento e avaliação dos PME, nesse sentido a falta de estudos destinadas ao monitoramento e avaliação (Parente, 2016; 2018);

b) relevância social, pois se configura num processo de construção do monitoramento e avaliação em nível local e do fortalecimento da participação política e social de representantes dos diversos segmentos da sociedade nas políticas educacionais, seguindo a demanda que consta no PNE 2014-2024;

c) atual conjuntura no Brasil, que desde o ano de 2016 iniciou-se uma série de episódios marcados por uma instabilidade social, política e econômica (Brzezinski, 2018), que vem gerando desdobramentos de forte impacto nas políticas de educação, com tomadas de decisões que contrariam frontalmente as orientações do Plano Nacional de Educação vigente e os impactos sofridos no processo de monitorar e avaliar os PME devido a pandemia ocorrida no início do ano 2020.

Finda a etapa inicial da pesquisa teórica, iniciou-se a pesquisa documental, realizada a partir dos documentos oficiais encontrados em arquivos públicos da Secretaria Municipal de Educação de Medeiros Neto e em sítio eletrônico da mesma secretaria, e, nos sítios eletrônicos dos órgãos do governo estadual e federal, por se tratar do monitoramento e avaliação dos planos decenais, compromisso de responsabilidades entre os entes federados pela qualidade da educação brasileira. Recorreu-se a uma quantidade considerável de documentos descritos abaixo, a fim de compreender o fenômeno estudado.

O estudo do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto (2015-2025) fundamentou-se em um percurso metodológico baseado em pesquisa documental nos arquivos e sites públicos da secretaria municipal de educação de Medeiros Neto-Bahia, a procura de atas,

decretos, relatórios, leis e do próprio PME, pois consideramos como o documento macro de análise, capazes de fornecer um conjunto de informações relevantes sobre a temática em questão.

A análise documental do Plano Municipal de Educação (PME) foi elaborada a partir do estudo destes documentos, com vistas a identificar diretrizes da política educacional do município. As fontes documentais analisadas incluíram os decretos, portarias e lei de criação do plano, bem como sua estrutura organizacional, objetivo e composição da comissão de construção e do monitoramento e avaliação do PME de Medeiros Neto.

A pesquisa de fonte documental primária foi adotada nesta pesquisa pelo fato de o objeto estar estruturado e direcionado no texto da lei e no documento macro, o PME, bem como, nos documentos normativos da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) e da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA) do PME, portarias, decretos, relatórios e as leis, de organização da gestão municipal, a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO), a Lei orçamentaria Anual (LOA), Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Ação Articulada (PAR) e outros documentos públicos municipais, estaduais e federais, que também compõem o corpus documental da investigação e permitam fazer levantamentos e fornecer informações que possa vir a contribuir para a análise da realidade.

Para diferenciar a análise bibliográfica da análise documental recorreu-se ao descrito por Gil (2008), quando se trata apenas da fonte buscada, sendo: a primeira voltada para a análise de livros, teses, dissertações e artigos e a segunda para documentos oficiais, neste caso leis, federais, estaduais e municipais, visto ser o PME a lei macro, os decretos, portarias e relatórios do CAAA. Nessa perspectiva, Gil (2008) nos fala que,

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

Realizada a etapa de seleção das obras que seriam utilizadas para fundamentar este estudo, realizou-se a sistematização por meio de quadros organizados por categoria analítica. O Quadro 3 evidencia as fontes documentais que contribuíram para construir a categoria do

Plano Municipal de Educação. O Quadro 3 está organizado por plano de educação, ato de criação, período de execução, abrangência e instância de monitoramento e avaliação.

**QUADRO 3 – PLANOS DE EDUCAÇÃO VIGENTES NOS DIFERENTE ENTES FEDERADOS**

<b>PLANOS DE EDUCAÇÃO</b>	<b>ATO DE CRIAÇÃO</b>	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	<b>ABRANGÊNCIA</b>	<b>INSTÂNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</b>
Plano Nacional de Educação – PNE.	Lei nº 13.005/2014	2014-2024	Nacional	MEC/INEP; Conselho Nacional de Educação; Fórum Nacional de Educação; Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.
Plano Estadual de Educação – PEE.-BA	Lei nº 13.559/2016	2016 – 2026	Estadual	Secretaria Estadual de Educação; Conselho Estadual de Educação; Fórum Estadual de Educação; Comissão de Educação, Cultura da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.
Plano Municipal de Educação – PME.	Lei nº 419/2015	2015 – 2025	Municipal	Secretaria Municipal de Educação; Conselho Municipal de Educação; Fórum Municipal de Educação; Comissão de Educação da Câmara ou a própria Câmara.

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados obtidos a partir das informações da Lei nº. 13,005, de 2014, da Lei nº. 13.559, de 2016 e da Lei nº. 419 de 2015.

A pesquisa documental das leis e decretos forneceu um embasamento sólido para compreender as atribuições legais dessas instâncias das quais os participantes da pesquisa fazem parte. Isso se revela fundamental para enriquecer a análise dos dados, como evidenciado no Quadro 4.

**QUADRO 4 – ATRIBUIÇÕES LEGAIS DAS INSTANCIA REPRESENTATIVAS ENVOLVIDAS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.**

<b>INSTÂNCIA</b>	<b>LEI/ DECRETO</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>	<b>ATRIBUIÇÃO</b>
Conselho Municipal de Educação - (COMEMN)	Lei:514/2021 e Decreto: 163/2021	Mecanismo de controle social com instância de representatividade da sociedade civil organizada.	Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Educação, com autonomia técnica e funções normativa, consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva, mobilizadora e de controle social, como órgão representativo da sociedade na gestão democrática do Sistema Municipal de Educação, instituído pela Lei Municipal nº 289/2007
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização do Profissional da Educação - (CACS-FUNDEB).	Lei: 504/2021 e Decreto: 121/2021.	Mecanismo de controle social com instância de representatividade da sociedade civil organizada.	Art. 2º, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização do Profissional da Educação (CACS-FUNDEB) tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independente e em harmonia com os órgão da Administração Pública Municipal .
Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação - (CAAA) do PME	Lei nº 419/2015 e Decreto 50/2015	Mecanismo de controle social com instância de representatividade da sociedade civil organizada.	Assim, a (CAAA) deve ser formada e organizada na dimensão da garantia da transparência da gestão governamental e controle social. No município de Medeiros Neto, a CAAA, formada por membros da sociedade civil, tem, portanto, a função de acompanhar e avaliar anualmente o plano decenal de educação com realizações, de plenárias para a tomada de decisões na direção do cumprimento do Plano (MEDEIROS NETO, 2015, p.155).
Equipe Técnica - (ET) do PME.	Lei nº 419/2015 e Decreto 50/2015	Mecanismo de instrumentalização para o controle social com instância de representatividade da sociedade civil organizada.	A equipe Técnica tem, portanto, a função instrumentalizar, organizar as informações, a coleta de dados, de acompanhar e avaliar anualmente o plano decenal de educação com realizações, de plenárias para a tomada de decisões na direção do cumprimento do Plano (MEDEIROS NETO, 2015, p.155).
Coordenador do PME- (CPME)	Lei nº 419/2015 e Decreto 50/2015	Mecanismo de organização e coordenação do controle social com instância de representatividade da sociedade civil organizada.	A coordenação do PME tem, portanto, a função de coordenar, acompanhar e avaliar anualmente o plano decenal de educação com realizações, de plenárias para a tomada de decisões na direção do cumprimento do Plano (MEDEIROS NETO, 2015, p.155).

Fonte: Elaboração próprio autor, com base nas leis e decretos (2023)

As informações dispostas no Quadro 3 e 4 contribuíram para construir a categoria Plano Municipal de Educação.

O levantamento de dados documentais foi efetivado por duas razões básicas: a primeira tem a ver com a relevância metodológica para esse tipo de investigação, com base nos documentos produzidos no processo de constituição e trabalho da CAAA do PME, portarias, decretos, relatórios etc. A segunda razão diz respeito à possibilidade de este recurso investigativo se constituir numa fonte privilegiada de informações sistemáticas, sob a forma de texto, o que poderá favorecer à compreensão dos significados das comunicações (mensagens), os conteúdos manifestos e latentes, as significações explícitas ou ocultas na documentação relacionada à atuação do órgão colegiado em referência (Yin, 2005). O Quadro 4 relaciona as fontes documentais levantadas no Município de Medeiros Neto, que versam sobre a organização e funcionamento da CAAA do PME do município.

**QUADRO 5 – FONTES DOCUMENTAIS RELATIVAS À CAAA DO PME DE MEDEIROS NETO – BA, PUBLICADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL ENTRE 2014 E 2021 (CONTINUA)**

FONTES	NOME	INSTÂNCIAS REPRESENTADAS	COMPONENTES	ATRIBUIÇÕES
Decreto 50/2014	CAAA	Conselho Municipal de Educação	Professora	Construção e Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do PME
		Conselho Escolar	Estudante	
		Diretor (a) escolar pública	Diretora	
		Secretaria Municipal de Educação	Secretária de Educação	
		Professor(a)	Coordenadora	
		Professor (a)	Coordenadora	
		APLB – Sindicato	Presidente Sindical	
		CACS/FUNDEB	Presidente de FUNDEB	
Decreto 13/2015	CAAA	Legislativo/ Câmara municipal	Vereador	Construção e Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do PME
		Conselho Municipal de Educação	Professora	
		Conselho Municipal de Educação	Professora	
		Alunos	Estudante	
		Conselho Escolar	Professora	
		Diretor (a) escolar pública	Diretora	
		Secretaria Municipal de Educação	Secretária de Educação	
		Professor(a)	Coordenadora	
		Professor (a)	Coordenadora	
		APLB – Sindicato	Presidente Sindical	
Portaria 6/2016	ETMA	CACS/FUNDEB	Presidente de FUNDEB	Monitoramento, Avaliação e Adequação (ETMA) do PME
		Legislativo/ Câmara municipal	Vereador	
Portaria 6/2016	ETMA	Secretaria Municipal de Educação	Equipe Técnica/educação	Monitoramento, Avaliação e Adequação (ETMA) do PME

**QUADRO 5 – FONTES DOCUMENTAIS RELATIVAS À CAAA DO PME DE MEDEIROS NETO – BA, PUBLICADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL ENTRE 2014 E 2021 (CONCLUSÃO)**

FONTE	NOME	INSTÂNCIAS REPRESENTADAS	COMPONENTES	ATRIBUIÇÕES
Portaria Nº9/2017	CAAA	Secretaria Municipal de Educação	Técnico/secretaria	Monitoramento, Avaliação e Adequação (CAAA) do PME
		Conselho Municipal de Educação	Professora	
		Secretaria Municipal de Educação	Secretária de Educação	
		APLB – Sindicato	Presidente Sindical	
		CACS/FUNDEB	Presidente de FUNDEB	
		Legislativo/ Câmara municipal	Vereador	
		Fórum Municipal de Educação	Coordenadora	
Portaria Nº6/2019	ETMA	Secretaria Municipal de Educação	Equipe Técnico / educação	Monitoramento, Avaliação e Adequação (ETMA) do PME
		Conselho Municipal de Educação	Professora	
		Secretaria Municipal de Educação	Secretária de Educação	
		APLB – Sindicato	Presidente Sindical	
		CACS/FUNDEB	Presidente de FUNDEB	
		Legislativo/ Câmara municipal	Vereador	
		Fórum Municipal de Educação	Coordenadora Pedagógica	
Portaria Nº18/2021	ETMA	Coordenação do PME	Coordenadora pedagógica	Monitoramento, Avaliação e Adequação (ETMA) do PME
		Conselho Municipal de Educação	Professora	
		Secretaria Municipal de Educação	Secretário de Educação	
		Secretaria Municipal de Educação	Equipe Técnica/educação	
		APLB – Sindicato	Presidente Sindical	
		Legislativo/ Câmara municipal	Vereador	
		CACS/FUNDEB	Presidente de FUNDEB	
		Seguimento das modalidades de ensino da Educação Básica	Coordenadores/educação	
Seguimento da educação especial e inclusiva	Coordenadores/educação			

Fonte: elaborado pelo autor, com dados obtidos a partir dos decretos e portarias (2023).

Após a organização dos documentos primários no Quadro 5, foi feita uma análise comparativa dos decretos e portarias encontrados, observando, especialmente, o formato, a composição e os sujeitos representados e suas atribuições. Em seguida, passou a analisar os Relatórios de Monitoramento e Avaliação e planos de ação elaborado da CAAA, produzidos a partir do início do trabalho da comissão, criada pelo decreto nº. 50/2015, até o relatório produzido pela ETMA, nomeada pela portaria nº. 18/2021. No entanto, durante todo esse período, foram encontrados três relatórios, um de 2017, que compreende 2016 a 2017, outro de 2019, que compreende 2018 a 2019 e mais recentemente o de 2021 que compreende 2020 a 2021 e três planos de ações, respectivamente dos mesmos anos.

Dessa maneira, foram analisados, neste estudo, os documentos primários, objetivando a identificação de registros relacionados direta e indiretamente ao monitoramento e avaliação

do PME de Medeiros Neto-BA. Além dos documentos analisados, consideramos ainda relevantes para esta pesquisa, entre outros, documentos considerados como fontes primárias, produzidos em forma de planos de ação elaborado da CAAA.

## 5.1 CONSTRUÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre um do fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo e caracteriza-se pela investigação em que, além da pesquisa bibliográfica e /ou documental, se realiza a produção de dados junto a pessoas. Para Gil (1991, p. 43), um trabalho é de natureza exploratória quando envolver levantamento documental e entrevistas com pessoas que tiveram (ou têm) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão daquela situação. Compreendemos os sujeitos da pesquisa na perspectiva de Chizzotti (2005), ou seja:

[...] todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais. Isto não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais como contexto geral da sociedade (Chizzotti, 2005, p. 83).

Além da análise bibliográfica e documental, conduzimos uma pesquisa de campo que envolveu entrevistas semiestruturadas com os membros da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA), a Equipe Técnica (ET) e a Coordenação do Plano Municipal de Educação (PME). A seleção desses participantes seguiu um critério pré-estabelecido, que permitiu a inclusão na pesquisa apenas dos membros da comissão de monitoramento e avaliação estabelecida legalmente no município que concordaram em participar das entrevistas. Além disso, eles foram escolhidos por sua relevância como informantes-chave, uma vez que desempenharam um papel crucial na elaboração do PME em 2014 e muitos deles continuaram como membros até 2022, trazendo contribuições valiosas para a compreensão do processo de trabalho da comissão de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto.

Nesse sentido, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas, pois isso nos permitiu aprofundar a coleta de dados, conforme recomendado por Ludke e André (2018).

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário. (Lüdke; André, 2018, p. 39).

Duarte (2004) reforça a importância das entrevistas em pesquisas qualitativas ao afirmar que são cruciais para mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios em contextos sociais específicos. Além disso, a autora destaca que:

No caso de pesquisas que fazem uso de entrevistas, é necessário explicitar sempre: a) as razões pelas quais optou-se pelo uso daquele instrumento; b) os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados; c) número de informantes; d) quadro descritivo dos informantes – sexo, idade, profissão, escolaridade, posição social no universo investigado etc.; e) como se deram as situações de contato (como os entrevistados foram convidados a dar seu depoimento, em que circunstâncias as entrevistas foram realizadas, como transcorreram etc.); f) roteiro da entrevista (de preferência em anexo) e, g) procedimentos de análise (Duarte, 2004, p. 219).

Nesse contexto, e seguindo as diretrizes delineadas por Duarte (2004) no que tange à necessidade de conduzir entrevistas, adotamos rigorosos critérios na seleção dos participantes da pesquisa, determinamos o número apropriado de informantes e elaboramos um quadro descritivo detalhado que delinea o perfil de cada sujeito. Além disso, descrevemos minuciosamente o processo de contato e condução das entrevistas semiestruturadas, bem como os procedimentos de análise de dados, os quais são abordados ao longo deste trabalho.

Assim, esta pesquisa recorreu aos conhecimentos dos sujeitos vinculados à Secretaria de Educação de Medeiros Neto ou da comunidade educacional, a saber: gestores, equipe técnica do PME, membros das Comissões de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA), que atuaram e atuam na execução, monitoramento, acompanhamento e avaliação da política pública em estudo, a coordenação de acompanhamento do PME. O Quadro 6 detalha segmentos agrupados, dos quais foram convidados os sujeitos informantes da pesquisa, em função da sua inserção nas atividades de monitoramento e avaliação do PME do município de Medeiros Neto-BA, contribuíram no processo de investigação:

O Quadro 6 oferece uma descrição detalhada do perfil de cada sujeito entrevistado.

**QUADRO 6 – PERFIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS**

SUJEITO	SEXO	IDADE	FORMAÇÃO	CARGO	TEMPO/ SERVIÇO	FUNÇÃO/ INSTITUIÇÃO	REPRESENTAÇÃO SOCIAL
ET1	M	37	Curso Superior em Tecnologia da Informação	Técnico Administrativo	16	Técnico Administrativo	Equipe Técnica de Monitoramento – Executivo
ET2	F	43	Pedagogia	Professor	25	Técnico Administrativo	Equipe Técnica de Monitoramento – Executivo
G1	M	54	Pedagogia	Professor	25	Secretário de Educação	Gestão - Executivo
CPME1	F	62	Pedagogia	Coordenadora Pedagógica	20	Coordenadora do PME - Executivo	Gestão - Executivo
CAAA1	M	58	Pedagogia	Professor	25	Diretor Escolar - Executivo	Presidente do CACS/FUNDEB
CAAA2	F	38	Pedagogia	Professora	20	Coordenadora Executiva - Executivo	Presidente do CME - COMEMN
CAAA3	F	32	Pedagogia	Professora e Coordenadora Pedagógica	20	Coordenadora de Sistema Pedagógico	Representante da Coordenação da Educação Básica
CAAA4	F	37	Pedagogia	Professora e Coordenadora Pedagógica	15	Coordenadora das Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Representante da Coordenação das Séries Iniciais do Ensino Fundamental
CAAA5	F	35	Pedagogia	Professora	7	Coordenadora das Séries Finais do Ensino Fundamental	Representante da Coordenação das Séries Finais do Ensino Fundamental

Fonte: Elaboração próprio autor, com base nos documentos primário, leis e decretos (2023)

Ao compararmos o Quadro 4, que aborda as atribuições das instâncias representativas envolvidas no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), com o Quadro 6, que destaca o perfil dos sujeitos entrevistados, empregamos um processo de triangulação que integrou informações de fontes documentais para nossa análise comparativa. Durante esse processo, identificamos que dos participantes entrevistados, 6 eram do sexo feminino e 3 do sexo masculino, variando em idade de 32 a 62 anos. Todos possuíam formação em Pedagogia e ocupavam cargos de professores e coordenadores pedagógicos, sendo concursados com uma carga horária de 40 horas semanais. O tempo de serviço variava de 16 a 27 anos de dedicação ao serviço. Eles ocupavam funções de liderança nas instituições, como

diretor escolar, diretor executivo, coordenador da educação básica, coordenador das séries iniciais do ensino fundamental e coordenador das séries finais do ensino fundamental. Além disso, representavam a Educação Básica em diversos níveis de ensino, e também atuavam em segmentos sociais, como o CACS/FUNDEB, em que um dos membros desempenhava o papel de presidente, e o Conselho Municipal de Educação de Medeiros Neto (COMEMN), cujo presidente também participava do estudo.

Esses sujeitos foram nomeados para seus cargos na Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) por meio de decretos ou portarias emitidas pelo executivo municipal. Sua principal responsabilidade era o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto, Bahia, no período de 2015 a 2025.

Nesse contexto, Dourado (2017) destaca a importância de um processo de monitoramento e avaliação, que resulte em uma maior integração entre a política e as instituições de ensino. Isso estabeleceria mecanismos de controle social mais comprometidos com o cumprimento das metas e estratégias do PME, conduzidos por uma comissão com representatividade democrática. No entanto, observa-se que os membros da comissão foram convidados a participar, e não indicados por seus pares, o que poderia comprometer a imparcialidade do processo de monitoramento e avaliação, como alerta Dourado (2017).

Usando o processo de triangulação para cruzar as informações dos quadros 3, 4, 5 e 6, torna-se possível perceber que o quadro 3 descreve a instância de monitoramento e avaliação, que se funde com a representatividade do quadro 4, que também detalha a designação legal e as atribuições dos órgãos de representação social na Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA). O quadro 5 estabelece a formação da CAAA no período de 2014 a 2021, destacando uma ampla representação social, incluindo presidente do CACS/FUNDEB, presidente da APLB Sindicato, representantes do legislativo, do Conselho Municipal de Educação, diretores, alunos, Fórum Municipal de Educação e outros segmentos da sociedade. No que concerne ao quadro 6, este descreve o perfil dos membros da CAAA, convidados a participar da pesquisa de campo e responder às questões da entrevista semiestruturada. Todos os membros possuem curso superior, são concursados e têm relação direta com a educação, mas ocupam funções de confiança por indicação do executivo municipal. Além disso, alguns representantes da Educação Básica também atuam em segmentos sociais como o CACS/FUNDEB, desempenhando a função de presidente do órgão, bem como o presidente do Conselho Municipal de Educação, que acumula o cargo de diretor executivo por indicação do

executivo municipal. Todos os membros da comissão foram nomeados por meio de decretos ou portarias municipais.

A triangulação dos dados da pesquisa documental com os dados dos quadros 3, 4, 5 e 6, que descrevem as instâncias de representatividade, designação e atribuições dos órgãos constituintes de sua representação social e que apresenta o perfil de todos os membros da CAAA, respectivamente, possibilitou identificar uma problemática significativa. Os mesmos representantes dos órgãos de controle social, responsáveis por supervisionar e avaliar políticas públicas como o PME, ocupam cargos de chefia, indicados pelo executivo municipal.

Essa configuração, com membros ocupando cargos de confiança por indicação do executivo municipal, é altamente problemática. A participação de indivíduos com vínculos diretos ao executivo em órgãos de controle social como a CAAA levanta sérias questões sobre a imparcialidade e a transparência do processo de monitoramento e avaliação do PME. A presença de interesses alinhados ao executivo municipal pode comprometer a integridade das avaliações e reduzir a publicidade e transparência dos atos públicos, minando a confiança da sociedade no sistema de controle social e na efetividade das políticas educacionais.

Em municípios pequenos, como Medeiros Neto, na Bahia, a participação popular nas políticas públicas municipais é frequentemente limitada a grupos políticos que se alternam no poder, alterando estrutura, trocando membros dos órgãos de controle social que não faz parte do seu grupo político. Na área da educação isto não é diferente. Essa participação se restringe predominantemente a educadores, muitos dos quais ainda pertencentes a esses grupos e que também relutam em participar mais ativamente do processo político educacional, resultando em uma sobrecarga para seus pares e possibilitando indicação para órgãos de controle social, de membros, muitas vezes de confiança daqueles que estão no comando do poder municipal.

Essa situação nos leva a refletir sobre: como podem os membros da CAAA agir com imparcialidade e autonomia diante dessa dualidade de funções e sobreposição de responsabilidades? A combinação de funções pode comprometer a imparcialidade do monitoramento e avaliação das políticas públicas, uma vez que os mesmos indivíduos que elaboram as políticas são também os responsáveis por as fiscalizar.

Para resolver esse dilema, é necessário adotar medidas que promovam a transparência e a independência das funções de supervisão e avaliação. Uma possível solução seria a criação de uma estrutura de governança separada para a CAAA, composta por membros que não ocupem cargos de chefia ou que não sejam diretamente indicados pelo executivo municipal. Além disso, é crucial promover a participação de uma gama mais ampla de atores sociais,

incluindo representantes de diferentes segmentos da comunidade, para garantir que a comissão reflita uma diversidade de perspectivas e interesses.

Outra estratégia seria estabelecer critérios claros e perfil para a função de membros da CAAA, assegurando que esses indivíduos possuam a qualificação e a independência necessárias para desempenhar suas funções. A implementação de mecanismos de controle e transparência, como a publicação regular de relatórios de atividades e a realização de audiências públicas, pode também contribuir para fortalecer o controle social e a confiança da comunidade nas instituições responsáveis pela supervisão das políticas públicas educacionais.

Em suma, enfrentar a dualidade de funções e a sobreposição de responsabilidades na CAAA exige uma mudança de postura, passando de interesses pessoais e individuais para o coletivo focada na promoção da transparência, da participação popular e da independência dos órgãos de controle social. Apenas assim será possível assegurar que as políticas públicas educacionais sejam monitoradas e avaliadas de maneira justa, em benefício de toda a comunidade.

## 5.2 PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS DADOS – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A nossa pesquisa de campo teve início em 07 de agosto de 2023, logo após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a conclusão das adaptações recomendadas pela banca examinadora.

Para a realização das entrevistas, foi enviado um ofício ao Secretário Municipal de Educação, no qual explicitamos os objetivos das entrevistas e solicitamos o apoio na disponibilização de uma sala adequada para a condução das entrevistas. Além disso, solicitamos sua colaboração na comunicação com os membros da comissão de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), a fim de esclarecer os propósitos da pesquisa. É relevante ressaltar que o gestor demonstrou grande receptividade em relação ao nosso trabalho e prestou apoio em todos os aspectos necessários para sua realização. Também é importante mencionar que, devido à nossa prévia interação com a equipe municipal e ao estabelecimento de um relacionamento de confiança, os membros entrevistados se mostraram atenciosos e contribuíram significativamente para o êxito deste estudo.

Portanto, após agendar previamente data e horário com cada entrevistado, nos dirigimos à sala localizada no edifício da Secretaria de Educação, que estava devidamente preparada para receber os participantes. Iniciamos cada entrevista apresentando o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual detalhamos o propósito da pesquisa. Em seguida, estabelecemos acordos essenciais, incluindo a proteção da identidade dos participantes durante a fase de transcrição, mesmo considerando a existência de um decreto de acesso público que divulgava os nomes dos integrantes da comissão de monitoramento e avaliação. Além disso, acordamos a restrição de acesso às gravações, a destruição adequada das gravações e transcrições após a conclusão da pesquisa e o uso responsável do conteúdo das entrevistas.

É importante enfatizar que, mesmo após a formalização desses acordos, enfatizamos a todos os entrevistados que poderiam interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer penalização, caso se sentissem desconfortáveis ao responder às perguntas.

Cada entrevista teve uma média de duração que variou de 20 a 35 minutos. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com um total de 9 participantes, compreendendo 2 membros da Equipe Técnica (ET), 1 Coordenador do PME (CPME), 1 Gestor (G) e 5 membros da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do PME. Estes participantes se destacam pela sua expertise e representatividade, uma vez que a ET e a CPME estiveram envolvidas no processo desde sua elaboração em 2014 até 2022, e alguns membros da CAAA trilharam trajetórias semelhantes em momentos distintos. Além disso, eles representam órgãos de controle social, como o Conselho Municipal de Educação (COMEMN) e o CACS-FUNDEB.

A realização da entrevista semiestruturada pressupõe a existência de um roteiro de questões, composto por questões abertas que possibilitem respostas em profundidade. Nela, o entrevistador tem mais liberdade de fazer novas perguntas, a partir das respostas que vão surgindo durante a sessão. A opção pela entrevista semiestruturada possibilitou um diálogo mais amplo com os entrevistados, sem que se perdesse o foco estabelecido previamente. O roteiro da entrevista semiestruturada conteve um conjunto de questões voltadas para as dimensões política, organizacional e pedagógica que envolvia o objeto de pesquisa.

As entrevistas foram conduzidas seguindo um roteiro pré-elaborado (Apêndice I, Blocos A e B). O Bloco A consistia em 5 perguntas relacionadas a dados pessoais, enquanto o Bloco B abrangia 10 perguntas voltadas para a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação (PME). Destas, três indagavam sobre as contribuições dos membros da CAAA, uma abordava a importância da CAAA na realização das metas, outra explorava a organização do trabalho, uma investigava como os membros se envolveram com o PME, duas se debruçavam sobre a publicação dos processos de

monitoramento e avaliação, uma se concentrava na experiência dos membros em outros conselhos e, por fim, uma questionava a perspectiva de aprimoramento da atuação da CAAA.

Antes de iniciar a pesquisa de campo, procedemos à categorização das questões, visando conferir solidez teórico-metodológica ao estudo e simplificar o processo de interpretação dos dados. No que diz respeito às entrevistas, as questões foram estruturadas de modo a se alinharem com as categorias macro definidas, ou seja, "política de acompanhamento e avaliação", que englobava dimensões políticas (questões 6, 8, 9 e 10), "planejamento educacional", com uma dimensão organizacional (questões 1 e 5), e "plano municipal de educação", compreendendo a dimensão pedagógica (questões 2, 3, 4 e 7). Esse processo de organização das questões foi cuidadosamente alinhado com os objetivos da pesquisa.

O propósito deste roteiro de questões aplicado aos participantes da pesquisa era analisar a contribuição da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Medeiros Neto, Bahia. Visto que a contribuição está intrinsecamente ligada ao contexto, experiência e perspectiva de cada indivíduo, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas com os membros da Equipe Técnica (ET), o Coordenador do PME (CPME) e os membros da CAAA do PME.

Após a conclusão das entrevistas, realizamos a transcrição das gravações e, em seguida, iniciamos a organização dos dados. Durante o processo de leitura das transcrições, identificamos novas conexões e informações relevantes. Realizamos anotações à margem das páginas a caneta e destacamos trechos com cores diferentes usando marcadores, representando assim as categorias macro e as dimensões previamente definidas no roteiro das entrevistas. Além disso, identificamos novas categorias que emergiram com base na frequência das citações feitas pelos entrevistados, relacionando-as com os objetivos do estudo e com o potencial de análise sustentado pelo referencial teórico. Esse processo de análise permitiu uma leitura minuciosa e aprofundada, explorando os documentos transcritos das entrevistas de maneira abrangente.

Comprometidos em manter a confidencialidade da identidade dos participantes, preservamos o anonimato deles, mesmo quando seus nomes e nomeações para a comissão de monitoramento e avaliação do PME eram públicos por meio de decretos e portarias. Por esse motivo, adotamos um procedimento de codificação. Cada participante de um determinado segmento foi representado por uma sigla em letras maiúsculas (por exemplo, ET, G, CPME, CAAA) seguida de um número sequencial crescente, indicando a ordem de participação dentro desse segmento.

Essa fase de codificação desempenhou um papel crucial na atribuição de significados relevantes para a compreensão da unidade de contexto (conforme abordado por Bardin, 2011). Levamos em consideração critérios de pertinência aos instrumentos de coleta de dados, utilizando informações obtidas dos documentos primários da pesquisa. Isso nos permitiu construir um quadro que apresenta o perfil de cada um dos entrevistados.

### 5.3 PROCESSO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta seção, apresentamos os procedimentos relativos à técnica de análise de conteúdo, utilizada nesta pesquisa para o tratamento e interpretação dos dados qualitativos coletados por meio das pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, incluindo as entrevistas semiestruturadas. Para melhor organizar e compreender esses dados, recorreremos a autores como Lakatos e Marconi (2003), Minayo (2001) e Bardin (2011, 2016) como nossos principais guias.

Conforme Bardin (2011) explica, a análise de conteúdo é uma estratégia metodológica que envolve diversas técnicas favoráveis à interpretação, análise e elaboração de inferências, possibilitando a revelação do significado subjacente aos discursos. Essa perspectiva é respaldada por Lakatos e Marconi (2003), que conceituam a análise como a "[...] tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores" (Lakatos; Marconi, 2003, p. 167). A interpretação desempenha um papel fundamental nesse processo, conforme definido por Lakatos e Marconi (2003):

[...] atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos. (Lakatos; Marconi, 2003, p.168).

No entanto, Bardin (2016) enfatiza que a análise de conteúdo tem como principal objetivo a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção (ou, quando apropriado, de recepção), e essa inferência se apoia em indicadores, tanto quantitativos quanto qualitativos (Bardin, 2016, p. 44). A análise de conteúdo desempenha um papel crucial na reinterpretação das mensagens e na obtenção de uma compreensão mais profunda de seus significados, indo além de uma leitura convencional. Isso é alcançado por meio da exploração

da literatura técnica, bem como pela constante interação do pesquisador com os dados, ao longo de todo o processo de pesquisa.

Conforme Bardin (2016), o processo de análise de conteúdo se desdobra em três distintas etapas. A primeira etapa é a Pré-Análise, na qual o material a ser analisado é organizado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando ideias iniciais e realizando uma leitura inicial para familiarização com os documentos. Na segunda etapa, chamada de Exploração do Material, ocorre a análise descritiva, que se concentra no *corpus* (ou seja, o material textual coletado) e envolve um estudo aprofundado, orientado por hipóteses e referenciais. Nesta fase, a codificação, classificação e categorização desempenham um papel fundamental, permitindo a definição das unidades de contexto nos documentos, que são unidades de compressão utilizadas para codificar a unidade de registro correspondente a segmentos da mensagem, com o objetivo de compreender a significação precisa da unidade de registro. Por fim, a terceira etapa, Tratamento dos Resultados, abrange a inferência e interpretação dos dados. Nesta fase, ocorre a condensação e destaque das informações para a análise, envolvendo intuição, análise reflexiva e crítica.

Nessa sequência e seguindo as diretrizes de Bardin (2011), procedemos leituras sucessivas dos materiais provenientes da pesquisa bibliográfica, documental e das transcrições das entrevistas. Iniciamos um processo de inventariação das três categorias macro previamente estabelecidas no roteiro das entrevistas, as quais eram: política de acompanhamento e avaliação, tratando da dimensão política com as questões 6, 8, 9 e 10; planejamento educacional, abordando a dimensão organizacional e envolvendo as questões 1 e 5; e plano municipal de educação, que englobava a dimensão pedagógica, com as questões 2, 3, 4 e 7. Esse processo se alinhava com os objetivos da pesquisa, visando identificar aspectos significativos nas falas dos participantes e sua relação com as categorias e dimensões previamente estabelecidas (Bardin, 2011).

A exploração desses materiais representou a fase de codificação da pesquisa. Nesse estágio, analisamos as contribuições da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação do PME de Medeiros Neto, Bahia (2015-2025) como unidades de registro, bem como as bases que sustentam essas contribuições, sendo a unidade de contexto em que essas unidades de registro se encontram. As informações obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas foram sistematizadas e agrupadas em categorias macro já estabelecidas e suas respectivas dimensões, bem como em novas subcategorias.

Após essa categorização, conseguimos identificar os participantes, o referencial teórico usado, os documentos analisados que contribuíam para a avaliação dos resultados obtidos em consonância com o problema de pesquisa e os objetivos estabelecidos. De acordo com Bardin (2016), tendo resultados confiáveis à disposição, pudemos realizar inferências e avançar na interpretação, seja em relação aos objetivos predefinidos ou a outras descobertas inesperadas.

Neste estágio, aproveitando as pesquisas já realizadas, pudemos realizar interpretações e inferências em relação ao contexto vivenciado no campo. Isso envolveu a comparação e conexão dos dados produzidos, com o propósito de fornecer respostas aos objetivos definidos. Para garantir a validade dos critérios estabelecidos e a fidelidade do método de análise de dados, recorremos ao processo de triangulação, que, como Minayo (2012) descreve, "consiste em examinar o objeto de pesquisa a partir de diferentes perspectivas, comparando os resultados obtidos de duas ou mais técnicas de coleta de dados e de duas ou mais fontes de informação" (Minayo, 2012, p. 625). Esse procedimento nos permitiu interpretar a realidade concreta de maneira crítica e reflexiva, em um movimento dialético. Nesse contexto, as palavras de Gil (2008) lançam luz sobre o assunto:

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados. A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. [...] já as respostas fornecidas pelos elementos pesquisados tendem a ser as mais variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, torna-se necessário, portanto, organizá-las, o que é feito mediante o seu agrupamento em certo número de categorias (Gil, 2008, p.156)

Nesse contexto, a análise dos resultados foi conduzida com base nas respostas fornecidas pelos membros entrevistados e sua relação com as categorias macro: política de acompanhamento e avaliação (dimensão política), planejamento educacional (dimensão organizacional) e plano municipal de educação (dimensão pedagógica). Cada dimensão foi desenvolvida a partir das questões apresentadas nos roteiros de entrevistas (instrumentos de coleta de dados - Apêndice I, Blocos A e B).

Ao longo do processo de análise e interpretação, emergiram subcategorias, como documentado no Quadro 7. Esse quadro foi construído com base nas leituras das entrevistas e

em todo o material teórico de referência. Ele relaciona as subcategorias que surgiram das falas dos entrevistados com suas respectivas categorias de análise.

#### QUADRO 7 – CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1 – Política de Acompanhamento e Avaliação DIMENSÃO POLÍTICA	– Percepção da contribuição da comissão para o monitoramento e avaliação do PME. – Importância do trabalho da CAAA para a educação/gestão do PME. - Publicização do trabalho da comissão (CAAA) do PME.
2 – Planejamento Educacional DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	Composição e inserção da comissão de monitoramento e avaliação do PME. Participação no processo de construção, monitoramento e avaliação.
3 – Plano Municipal de Educação DIMENSÃO PEDAGÓGICA.	Planejamento dos trabalhos da CAAA. Metodologias dos trabalhos da CAAA. Contribuições do trabalho da CAAA

Fonte: Elaboração próprio autor, (2023)

Essa organização permitiu uma análise crítica e reflexiva abrangente da pesquisa, buscando responder à questão principal que a norteava: Quais são as contribuições do trabalho da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto, Bahia (2015 a 2025) para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano pela Secretaria Municipal de Educação? Além disso, essa abordagem atendeu aos objetivos delineados para abordar essa questão, a saber: Objetivo geral: analisar as contribuições da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto, Bahia (2015 a 2025) no que se refere ao cumprimento das Metas e Estratégias do Plano, desde sua formação até os dias atuais, considerando as ações dos diferentes níveis de governo ao longo desse período e objetivos específicos:

- a) Historicizar a implementação da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do PME de Medeiros Neto, Bahia, no período de 2016 a 2022;
- b) Descrever os processos de trabalho e as práticas de acompanhamento e avaliação das metas e estratégias do PME de Medeiros Neto adotados pela CAAA no período de 2016 a 2022, considerando as mudanças na política educacional nos diversos níveis de governo;
- c) Refletir sobre as contribuições do trabalho da CAAA para o cumprimento das metas e estratégias do PME de Medeiros Neto pela Secretaria Municipal de Educação no período de 2016 a 2022.

Nesta fase pôde-se fazer, portanto, análise e interpretação das informações construídas a partir das fontes bibliográficas e documental confrontando as informações obtidas junto aos entrevistados com os objetivos definidos para o trabalho.

Após a pré-análise, passamos a explorar, o material produzido, a partir de categorias e subcategorias definidas como balizadoras da pesquisa, considerando-as como unidades de registro e unidades de contexto. Desta etapa, avançamos para tratar os dados produzidos, organizando-os e interpretando-os, usando o processo de triangulação em análise crítico-reflexiva, que teve como diretriz fundante as categorias teóricas pré-estabelecidas e as subcategorias que emergiram durante a pesquisa.

A opção pela Análise de Conteúdo de Bardin (2011) se deu em razão de a proposta apresentar a possibilidade de se realizar a análise temática, associada com a técnica de sistematização de leitura, pré-leitura ou leitura flutuante, na seleção dos dados por categoria, conforme se deu na abordagem aos repositórios, quando da produção dos dados da pesquisa bibliográfica. Estima-se que esta análise contribua para a compreensão da contribuição do trabalho da CAAA para o monitoramento e avaliação do PME de Medeiros Neto – BA.

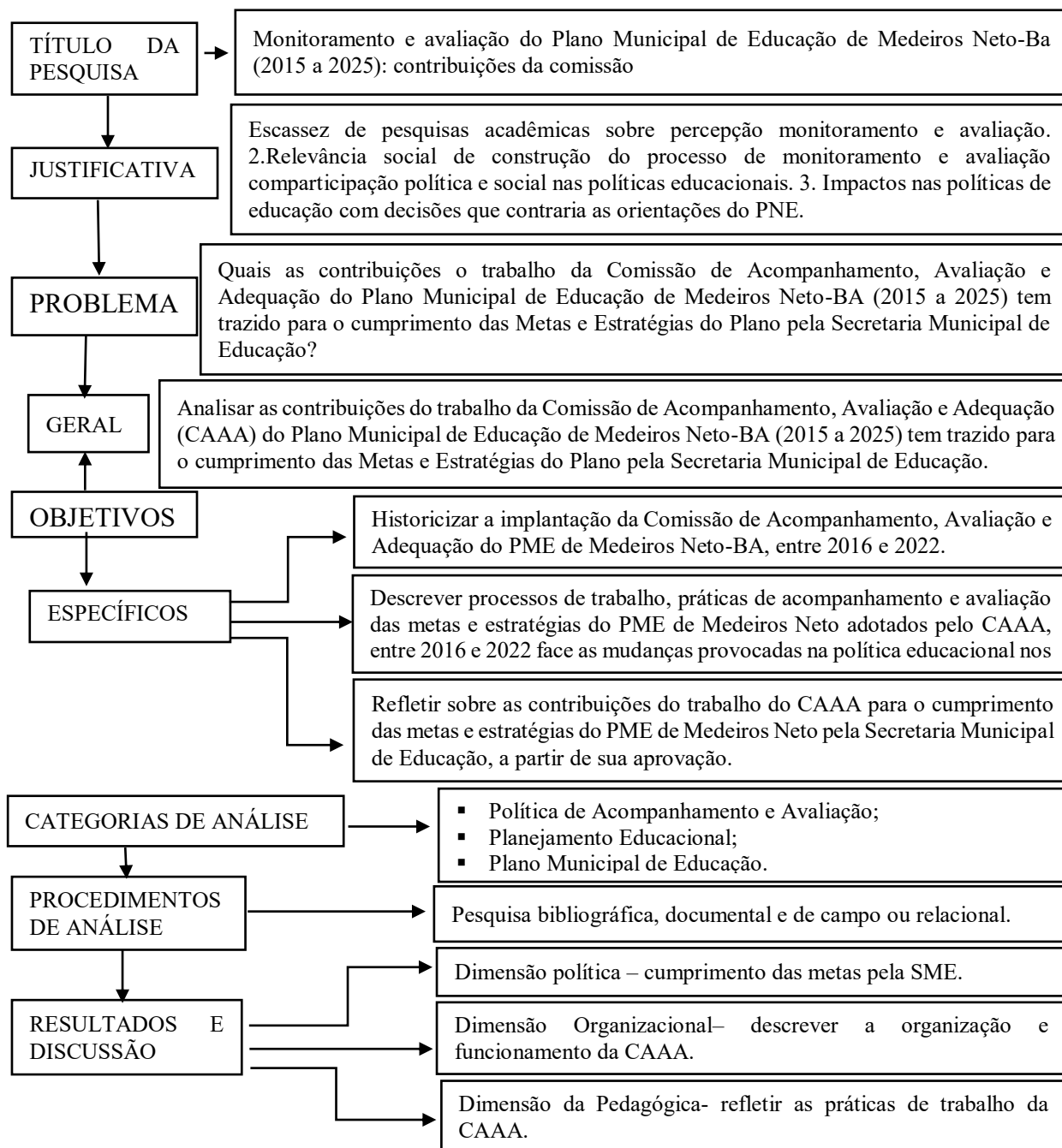
A Figura 8 apresenta, de uma forma resumida, o modelo de análise que usamos para interpretar os dados da pesquisa de campo ou relacional.



**FIGURA 8 – PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA SEGUNDO BARDIN (2011)**

Fonte: Elaborado pelo autor, (2023)

A análise dos resultados por categorias e subcategorias, nas dimensões política, organizacional e pedagógica permitiu uma apreciação mais consistente e robusta, possibilitando compreender as contribuições que o trabalho da CAAA do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025) trouxe para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano pela Secretaria Municipal de Educação de Medeiros Neto – BA. O percurso metodológico da pesquisa se apresenta resumidamente no fluxograma constante na Figura 9.



**FIGURA 9 – FLUXOGRAMA METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Fonte: Elaborado pelo autor, com adaptação de Conceição (2007).

A representação gráfica constante da Figura 9 permite identificar a trajetória metodológica da pesquisa bibliográfica, documental e de campo de procedimento triangular, de forma organizada, simplificada e sintetizada, mostrando passo a passo o delinear da pesquisa e o processo que está sendo feito para obtenção e análise dos dados, fruto da sistematização e organização da metodologia estabelecida ao longo da seção.

## **6 CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ADEQUAÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MEDEIROS NETO-BA (2015 A 2025)**

Em se tratando de planejamento e a importância do monitoramento de planos elaborados, a conclusão sobre a trajetória do planejamento educacional no Brasil indica uma incipiente tradição do país em ações de planejamento educacional, planos de Estado, sistêmicos e longevos, área tão importante e complexa. A verdade disso é que apenas a partir de 2001 o país consegue manter simultaneamente em vigência a CF de 1988, a LDB de 1996 e o PNE 2001-2010, efetivando assim, “ [...] a tríade normativa do planejamento educacional [...]” (Borges; Conceição, 2017, p. 125).

Durante quatro anos tramitando no Congresso Nacional, finalmente o PNE 2014-2024 foi aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014, seguido da aprovação quase universal dos planos educacionais infranacionais. O campo da avaliação das políticas públicas no Brasil é prática bem recente, e, diante ao adverso cenário econômico, pautado pelo ajuste fiscal, pela supressão dos direitos sociais e ataque à educação pública, representando grandes dificuldades à materialização do PNE 2014-2024 e dos planos subnacionais aprovados. Essa é uma tarefa de grande aprendizado e se torna desafiadora quanto à temática e ao campo de investigação, ainda pouco explorado.

O desafio dos entes federados, portanto, consiste na implementação, no monitoramento e na avaliação dos respectivos planos decenais de educação vigentes no Brasil, tal qual demandados pelos artigos 5º e 7º da Lei nº 13.005/2014 (Antunes, 2019; Dourado; Furtado, 2016; Nascimento; Grossi Júnior; Pereira, 2017).

Na Bahia, evidenciou-se um descompasso no processo de adequação do Plano Estadual de Educação (PEE 2006-2016) ao PNE 2001 – 2010. Por outro lado, observou-se um interregno menor em relação ao PNE 2014/2024, ainda que somente em 08 de maio de 2015, tenha sido apresentada a primeira versão do PEE-BA, então previsto para vigorar entre 2015-2025. Esta versão, entretanto, foi enviada, em forma de minuta de Projeto de Lei (PL), ao Governo do Estado, em junho daquele ano. A referida minuta deu origem ao PL nº. 21.625/2015, encaminhado, pelo Executivo estadual à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), em agosto de 2015. O PEE-BA (2016-2026) foi aprovado pela ALBA em 04 de maio de 2016 e sancionado pelo governador em 11 de maio do mesmo ano, dando origem à Lei Estadual nº 13.559/2016.

Em função do atraso na elaboração, tramitação e aprovação do plano estadual, o município de Medeiros Neto tomou como base, para elaboração de seu Plano Municipal de Educação, apenas o novo PNE, ou seja, a Lei nº. 13.005/2014. O PME de Medeiros Neto foi, portanto, aprovado antes do PEE-BA, por meio da Lei Municipal nº. 419, de 07 de julho de 2015.

Observou-se, nos planos estadual e municipal, a existência de congruências em relação a instâncias de monitoramento e avaliação, ou seja, as orientações indicadas no PNE foram seguidas pelos entes subnacionais, ao menos no que consta no texto de cada um dos planos. No âmbito do município de Medeiros Neto, durante a análise dos documentos que versavam sobre a CAAA, constatou-se que a representatividade seguia as orientações da Lei nº. 13.005/2014.

Notou-se que todos os decretos e portarias do governo municipal de Medeiros Neto, publicados nos anos de 2014 a 2015, têm as mesmas instâncias de representações e composições. A partir de 2016 a 2017, entretanto, observou-se uma pequena alteração, sendo que os decretos nomeiam as comissões e as portarias as equipes técnicas.

No ano de 2017, foi criado o Fórum Municipal de Educação de Medeiros Neto. E em 2019, foi publicada a Portaria nº 06/2019, nomeando a Equipe Técnica para o Acompanhamento e Monitoramento do PME (ETMA), não mais composta somente com os técnicos da Secretaria Municipal, mas com toda instância de representação que compunham a comissão, fundindo em um só órgão a ETMA e a CAAA. Agora, a Secretaria não mais seguia as orientações que antes emanadas das instâncias de nível nacional, mas aquelas oriundas da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Esses documentos contribuíram para a pesquisa, na compreensão da dinâmica, em que se apresentava a troca de nomenclatura, composição e dos próprios instrumentos de nomeação dos atores responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento do PME.

Dados dos Relatórios da CAAA de Medeiros Neto demonstram, em linhas gerais, a apresentação do documento que se constituiu em roteiro para o registro de avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Medeiros Neto, referente ao período de 2016 a 2017, de 2018 a 2019 e de 2020 a 2021. Neles também consta a descrição das atividades realizadas no monitoramento, das Metas de 1 a 20 e respectivos indicadores e temáticas e uma análise do processo, a partir da atribuição de indicações como: executada, não executada e parcialmente executada. Os relatórios também apontam considerações sobre as metas, estratégias e ações e, quando necessário, registra que a Comissão emite uma nota técnica.

O segundo relatório da CAAA de Medeiros Neto, destacou que nos anos de 2018 a 2019 o município passou por grandes dificuldades devido a conjuntura política e financeira do

governo federal que fizeram com que o investimento em educação fosse reduzido, não repassando para os entes federados os recursos de sua responsabilidade para o cumprimento das metas, exigindo dos municípios mudanças drásticas na concretização das metas do PME. No entanto, registrou que o cumprimento das metas do plano tem avançado gradativamente. Ao apontar para a situação econômica, social, política e educacional do Brasil, no período, o faz associando a não execução de algumas metas, até o fim do ano de 2019. No terceiro relatório, a Comissão considerou o período de 2020 a 2021 como perdido em relação ao monitoramento do PME, devido à pandemia do Covid 19, que levou à paralisação de todos os setores da vida social e, em especial, da educação, o que fez com que as metas do Plano não avançassem.

No que se refere à LOA, esta se respalda nas prioridades e nas metas contidas no PPA e na LDO. Essa lei divulga, de forma objetiva e quantificada, os recursos monetários que a Prefeitura e seus órgãos administrativos, direta e indiretamente, dispõem para a efetiva realização dos gastos governamentais do município. O prazo de encaminhamento desta lei para o Legislativo é até 31 de agosto de cada ano, que tem, por sua vez, até 15 de dezembro para analisá-la e aprová-la. Ao trazer a discussão dos instrumentos orçamentários para a unidade federativa do município, foi percebido pela comissão, que os documentos orçamentários até pautam a educação, mas, não são executados na sua inteireza, isto pode ocorrer pela dinâmica do próprio município ou ainda por serem instrumentos elaborados por empresas de assessorias contábeis contratadas pelo executivo e aprovados pelo Legislativo, sem a contribuição dos órgãos municipais ou da população. Torna-se nítida a ausência da correlação destes documentos com os instrumentos de planejamento.

A prática das prefeituras contratarem empresas de assessoria contábil é um fenômeno crescente no cenário administrativo baiano, bem como em nosso município de Medeiros Neto. Esse movimento surge, em parte, pela complexidade das normas contábeis e fiscais e pela necessidade de cumprimento rigoroso dos requisitos legais. Contudo, essa prática suscita uma série de implicações críticas em relação ao processo democrático, à participação da sociedade, aos órgãos de controle social e à transparência. Primeiramente, a contratação de empresas de assessoria contábil pela prefeitura pode ser vista como uma resposta pragmática à falta de capacitação técnica dos servidores públicos. Estas empresas passam a operar sem conexão com a comunidade local, as prioridades da população ficam de lado, pois, elas focam nos interesses dos gestores. Além disso, a falta de relação direta da empresa de assessoria contábil com os órgãos de controle social como a CAAA, pode resultar em uma ausência de direcionamento adequado dos recursos destinados à educação, afetando negativamente a implementação do

Plano Municipais de Educação (PME). Sem uma comunicação eficaz e um entendimento claro das prioridades locais, os recursos podem ser mal alocados ou subutilizados, comprometendo o desenvolvimento educacional do município e desrespeitando diretrizes fundamentais para o sucesso do PME.

Em síntese, a contratação de empresas de assessoria contábil pelas prefeituras apresenta vantagens inegáveis em termos de especialização técnica e cumprimento das exigências legais pela prefeitura. Contudo, é crucial que essa prática seja conduzida com atenção aos princípios democráticos, à participação da sociedade, ao fortalecimento dos órgãos de controle social e à transparência.

Tendo o monitoramento e a avaliação como fundamentais para o aperfeiçoamento e êxito dos planos educacionais decenais da União, Distrito Federal, Estado e Municípios, pode-se observar durante os estudos até aqui realizados, que a possibilidade de se efetivarem só poderá ocorrer com a ampla e permanente mobilização e participação da sociedade civil e política, para que os planos tenham sentido e se configurem verdadeiramente como plano da sociedade brasileira e “[...] como epicentro para as políticas educacionais [...]” (Dourado, 2017b, p. 23).

Com isso, em larga medida, o monitoramento e a avaliação seguem sendo fundamentais para o êxito dos planos decenais. Mesmo nessa condição, são deixados à margem da centralidade que deveriam assumir nos planos decenais de educação, não como mecanismo externo ao planejamento, e sim, como elemento fundante que o integra. Nessa perspectiva, a prática mobilizadora e participativa da sociedade civil e política na CAAA dos planos, poderá trazer contribuições de extrema importância para os Planos decenais de educação no Brasil.

Nas seções anteriores apresentamos a temática de cada categoria e suas respectivas bases. Esta seção, além de uma síntese das conclusões feitas a partir da análise de documentos, objetiva apresentar os resultados da pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os membros da comissão, trianguladas com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A triangulação dos dados buscou alinhar as discussões teóricas presentes nas referências e nos documentos pesquisados com a fala dos entrevistados. Todas as análises foram conduzidas levando em consideração as três categorias centrais e suas respectivas subcategorias usando o processo de triangulação nos dados da pesquisa conforme apresentadas na seção 6 e suas subseções.

Assim, feita essa primeira introdução, organizou-se a análise em três categorias principais, cada uma com suas respectivas subcategorias, apresentadas e descritas conforme suas unidades temáticas:

1. Política de Acompanhamento e Avaliação (nesta categoria, exploramos a dimensão política e seus desdobramentos nas subcategorias):
  - 1.1. Contribuição da comissão para o monitoramento e avaliação do PME
  - 1.2. Importância do trabalho da CAAA para a educação/gestão do PME
  - 1.3. Publicização do trabalho da comissão (CAAA) do PME
2. Planejamento Educacional: Nesta categoria, focamos na dimensão organizacional, abordando as seguintes subcategorias:
  - 2.1. Composição e inserção da comissão de monitoramento e avaliação do PME
  - 2.2. Participação no processo de construção, acompanhamento e avaliação
3. Plano Municipal de Educação: Esta categoria abrange a dimensão pedagógica do trabalho da CAAA, com as seguintes subcategorias:
  - 3.1. Planejamento dos trabalhos da CAAA
  - 3.2. Metodologias dos trabalhos da CAAA
  - 3.3. Contribuições do trabalho da CAAA

Durante o processo de análise, realizou-se uma depuração para eliminar informações redundantes e garantir que elas não interferissem na interpretação dos dados no contexto das respostas dos participantes da pesquisa. Essa etapa representa a triangulação no tratamento dos resultados, destacando informações relevantes e promovendo a análise reflexiva e crítica, conforme proposto por Bardin (2011).

## 6.1 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (DIMENSÃO POLÍTICA)

Esta categoria, se constitui de três subcategorias, conforme já explicitado: 1.1 Contribuição da comissão para o monitoramento e avaliação do PME. 1.2 Importância do trabalho da CAAA para a educação/gestão do PME e a 1.3 Publicização do trabalho da comissão (CAAA) do PME. Ressalta-se que essas subcategorias tratam da dimensão da política de acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação.

### 6.1.1 Contribuição da Comissão para o Monitoramento e Avaliação do PME

Nesta subcategoria, abordaremos a contribuição da comissão para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME). Trata-se de um aspecto fundamental na dimensão política da política de acompanhamento e avaliação, que analisa a contribuição da comissão para o monitoramento e avaliação do PME. Saviani (2018) nos esclarece que: “No processo histórico que implica o desenvolvimento e transformação da sociedade, isto é, a substituição de determinadas formas por outras, educação e política se articulam cumprindo, entretanto, cada uma, funções específicas e inconfundíveis”. (Saviani, 2018, p. 70).

Para cumprir com êxito a função tanto educacional quanto política, nossa análise se baseou na categoria central “Política de Acompanhamento e Avaliação - Dimensão Política”, com a primeira subcategoria de análise focando na contribuição do trabalho da comissão para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME).

Iniciar o processo de monitoramento e avaliação é um passo crucial no cumprimento dessas funções. Medeiros Neto atendeu a essa necessidade por meio de atos oficiais que nomearam as Comissões de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto (2015-2025). Essas nomeações ocorreram ao longo dos anos de 2014, por meio de decretos, e em 2015, por meio da Lei Municipal nº 419/2015. No ano seguinte, o Decreto Municipal nº 013/2015 nomeou o grupo Colaborativo do PME, com representações semelhantes ao decreto anterior, mas com membros diferentes. Além dessas ações, várias outras portarias e decretos foram estabelecidos ao longo dos anos, culminando no mais recente Decreto Municipal nº 18/2021, que nomeou uma Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA).

No que diz respeito aos documentos oficiais, as comissões são compostas por indivíduos provenientes de uma variedade de setores, abrangendo representantes da Secretaria Municipal de Educação, da Câmara Municipal, do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (CACF-FUNDEB), da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Rede Estadual de Ensino, bem como representantes da Associação de Pais e Mestres e do Conselho Municipal de Educação (COMEMN), entre outros. Damasceno e Santos (2010) destacam a relevância da

[...] participação da sociedade civil no planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e fiscalização de políticas e programas,

constituindo-se em ação conjunta entre estado e sociedade, na qual os eixos centrais são o compartilhamento de responsabilidades, o aumento da eficácia e efetividade e a promoção de transparência das ações do poder público (Damasceno; Santos, 2010, p. 3).

Nesse contexto, o Artigo 7.º, § 3.º do Plano Nacional de Educação (PNE) estipula que os sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem estabelecer mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas. De acordo com Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016, p. 458), “superar o paradigma da falta de acompanhamento que afeta as políticas estruturantes representa o ponto de partida para mudanças substanciais na gestão pública da educação”.

Conforme Dourado (2017b, p. 18), é imperativo que haja uma abordagem minuciosa dos diversos “esforços de monitoramento e avaliação que emanam das instâncias com responsabilidades institucionais nesse domínio”, uma vez que essa tarefa fundamental e sua organização possibilitarão um impulso e dinamismo às diretrizes, metas e estratégias delineadas, debatidas e estabelecidas por lei (Dourado; Grossi Júnior; Furtado, 2016, p. 455). Dourado destaca a importância de dar uma atenção especial à comissão de monitoramento, destacando suas representatividades e responsabilidades nessa função crucial.

Ao questionarmos os entrevistados sobre a contribuição do trabalho da comissão para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), as respostas foram consistentes e enfáticas. Ficou evidente que os entrevistados reconhecem a importância da contribuição da comissão para o sucesso do plano, conforme ilustrado nos trechos a seguir, que destacam de forma objetiva as contribuições do trabalho da comissão. Um membro da Equipe Técnica (ET 1) afirmou: “Sim, é importantíssimo, porque são eles que buscam os dados, verificam se as metas estão sendo cumpridas e, se não estiverem, encontram maneiras de garantir o cumprimento”. Da mesma forma, outro integrante da Equipe Técnica (ET 2) expressou sua visão:

É essencial, porque sem planejamento nada acontece. E essa comissão de acompanhamento tem essa função de ver se está realmente tudo correndo bem, quais os ajustes que precisam ser feitos, quais as novidades que acontecem na educação, as adaptações necessárias para que aconteça a educação, de acordo com a atualidade, com tudo que requer de novo. Contribuí, porque é em cima desses dados que podem ser feitos outros planos, até mesmo planejamento financeiro para educação, plantear programas, ajudas, tanto profissional quanto financeira, para poder ir adiante a educação, formação, cursos, tudo isso depende do acompanhamento (ET 2, 2023).

Os depoimentos de diversos participantes, incluindo membros da Equipe Técnica (ET) e da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA), revelam a importância atribuída à comissão de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME). O membro da CAAA, por exemplo, destacou: “Eu acho que a Comissão é de grande valor, porque a Comissão é quem alavanca o processo do município” (CAAA 2, 2023). Outro membro da CAAA ressaltou: “Sem dúvida, uma importância muito grande. Estamos retratando no plano nosso cenário atual, avaliando melhorias e áreas que ainda necessitam de desenvolvimento. O trabalho da comissão orienta a gestão” (CAAA 3, 2023). Como estão detalhados nos três relatórios da CAAA, dos anos de 2017, 2019 e 2021.

Essas perspectivas são compartilhadas por outros participantes, como membros da Equipe Técnica, e destacam a essencialidade da participação e da execução do monitoramento para o sucesso do plano. Como um dos membros da CAAA afirmou: “Vejo como de suma importância. Se temos um plano, é crucial que o plano seja colocado em prática. A comissão desempenha um papel vital ao analisar as ações planejadas para garantir que sejam implementadas e contribuam para a educação de nosso município” (CAAA 2, 2023).

De acordo com Malcones (2012), o monitoramento é um processo contínuo e dinâmico, que deve fornecer informações ágeis para embasar decisões sobre a condução de políticas, programas e projetos (Malcones, 2012, p. 15). Nesse contexto, é crucial reconhecer que o processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) necessariamente requer a participação ativa e o envolvimento da sociedade civil organizada. Essa participação é fundamental para avaliar o que está sendo efetivamente implementado, como está sendo executado e, principalmente, se atende ou não às aspirações e necessidades da comunidade trabalhadora, como destacado por Malcones (2012).

Diante desse panorama, é relevante considerar a contribuição de Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016) em relação ao monitoramento e avaliação:

No que se refere ao processo de monitoramento e avaliação, não existe fórmula pronta que possa ser replicada em todos os lugares, mas, sim, a necessidade de que todos os cidadãos – principalmente os gestores e profissionais da educação – articulados aos responsáveis legais por esse processo – coloquem em prática tudo que foi pensado, discutido e transformado em lei, que, em realidade, consta dos planos de educação, e de que os ajustes necessários sejam feitos no percurso. Trata-se de um processo complexo que irá requerer mobilização permanente da sociedade civil e política e, especialmente, dos atores definidos nos planos como responsáveis pelo monitoramento e pela avaliação. (Dourado; Grossi Júnior; Furtado, 2016, p.459).

Compreender o processo complexo de mobilização da sociedade civil e da ação política para efetivar o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) pela comissão, juntamente com a realidade dinâmica e a necessidade de ajustar o plano ao longo do caminho, é um desafio. Foi essa compreensão e o reconhecimento da importância crucial da contribuição da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) para o sucesso da política pública municipal que levaram à necessidade de reformular a abordagem do processo de monitoramento e avaliação. Essa mudança de perspectiva fica evidente nas palavras do membro CAAA 4,

A gente não está falando mal de outros monitoramentos, mas é algo que a gente percebeu. Que era muito só alimentar dados de papel para poder vir verba. Não tinha esse olhar real. A nossa preocupação é que os dados sejam reais, que as coisas sejam reais e que realmente aconteça. Porque a gente tem que monitorar, é isso. Ver se está acontecendo na prática aquilo que está escrito dentro da política pública. E a gente conversando, a gente percebeu que monitorar não é isso. Que esse monitoramento tem que acontecer o ano inteirinho (CAAA 4, 2023).

De acordo com Garcia (2001, p. 33), o monitoramento é descrito como “um processo sistemático e contínuo que, ao fornecer informações concisas e oportunas, possibilita a rápida avaliação da situação e intervenções oportunas para confirmar ou corrigir as ações monitoradas”. Este conceito do autor está alinhado com o entendimento do membro CAAA4, que oferece uma visão clara sobre o processo de monitoramento. Nesse mesmo contexto, com extrema atenção aos detalhes, o membro CAAA5 compartilha seu ponto de vista:

Sem as comissões, primeiro que o monitoramento não se faz sozinho, dentro de quatro paredes. Eu sei que muito se foi feito em vários lugares, muitas vezes, porque naquele momento era o que era possível fazer, não estou julgando como certo ou errado, estou dizendo que foi possível fazer. Mas, teoricamente, não é a forma correta de ser feita (CAAA 5, 2023).

Para preencher essa lacuna, os autores Vaitsman, Rodrigues, Paes e Sousa (2006) esclarecem que a ação de monitorar envolve a verificação da concordância entre o planejamento, concebido como um desenho de intervenção, e sua efetiva implementação. Isso abrange a comparação entre os objetivos planejados e os objetivos que estão sendo efetivamente alcançados. Além disso, o monitoramento visa identificar quais problemas podem estar afetando as ações, os processos e o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Nesse contexto,

o monitoramento assume a forma de uma supervisão contínua das ações, visando atingir as metas estabelecidas.

Seguindo essas premissas e reconhecendo a importância da contribuição da Comissão no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), o membro CPME 1 compartilha das ideias dos autores. Ele enfatiza que o monitoramento é a verificação realista do que foi planejado, das intervenções realizadas e da efetiva consecução dos objetivos, e não se baseia apenas no que é apresentado nos relatórios. Nas palavras de CPME 1,

Eu acho que é fundamental. Eu acredito que é uma coisa fundamental. Se realmente essa comissão funcionar de fato, porque muita coisa se faz no documento, mas as coisas não acontecem como deveriam. Uma coisa é eu ter um documento e um decreto que organiza lá uma comissão. Outra coisa é essa comissão atuar da forma que necessariamente tem que ser. Então eu acho que nesse sentido, nessa atuação, existe muita falha, existe a necessidade de ampliação, existe a necessidade dessa comissão se expandir para as escolas. (CPME 1, 2023).

Desta forma, monitorar e avaliar tornam-se partes essenciais de um processo unificado, isto é, etapas distintas e complementares que não podem ser realizadas de forma isolada. Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016) ressaltam que:

[...] os entes federativos devem ter clareza de que o monitoramento e a avaliação dos planos de educação tornam-se elementos imprescindíveis à tomada de decisões dos gestores públicos, visando a garantir a relação eficiência, eficácia e efetividade do que foi planejado, os possíveis ajustes no percurso, a participação da sociedade e a transparência necessária (Dourado; Grossi Junior; Furtado, 2016, p. 457).

Nesse contexto, Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016) destacam que a concretização do monitoramento e avaliação requer a implementação de medidas que possam unir os esforços de todos os envolvidos. Essas medidas são essenciais para estabelecer um mecanismo eficaz na avaliação do progresso da política educacional conforme estabelecido na Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) (Dourado Grossi Júnior; Furtado, 2016).

Os participantes da pesquisa desempenharam um papel significativo na orientação da política educacional em nível local. Suas experiências como conselheiros representantes da sociedade civil organizada e em funções como presidentes do Conselho Municipal de Educação e do conselho do CACS-FUNDEB, entre outras representatividades, forneceram *insights* valiosos. Na qualidade de informantes-chave, eles compartilharam percepções sobre a

contribuição da comissão no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, conscientes das nuances, da importância e da complexidade inerentes ao processo de monitoramento e avaliação de uma política pública educacional, como o PME.

Nesse sentido, a contribuição teórica dos autores pesquisados desempenhou um papel crucial na análise da percepção da contribuição da comissão de monitoramento e avaliação do PME. Ela serviu como um alicerce sólido para respaldar e defender as ideias dos participantes entrevistados nesta subcategoria.

### 6.1.2 importância do trabalho da CAAA para a educação e gestão do PME

Nesta segunda subcategoria, investigamos a relevância do trabalho desempenhado pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) no contexto da educação e gestão do Plano Municipal de Educação (PME). A análise concentra-se na importância do trabalho dos membros da comissão para a educação e gestão do PME.

Dentro da perspectiva em que o monitoramento e a avaliação são considerados instrumentos essenciais para adaptar os planos às mudanças inesperadas da realidade e garantir o cumprimento das metas, busca-se solucionar o histórico desafio mencionado pelos entrevistados. Como ressaltado por Militão e Aranda (2020), "tanto o Plano Nacional de Educação I (PNE I, 2001-2010) quanto o Plano Nacional de Educação II (PNE II, 2014-2024) incorporaram, de maneiras diversas, previsões de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação" (Militão e Aranda, 2020, p. 61).

Fazendo considerações sobre os planos decenais de educação, Scaff (2018) expressa sua perspectiva da seguinte maneira:

O monitoramento e a avaliação dos planos decenais de educação exigem um esforço teórico-metodológico na medida em que requerem dos sujeitos envolvidos capacidade técnica e constante reflexão acerca das metas e estratégias contidas no plano, em vista do objetivo final a que se destina (...) O envolvimento de novos sujeitos no monitoramento e avaliação do PME, muitos dos quais se quer participaram do processo de formulação deste, implica, indubitavelmente, a retomada das diretrizes e finalidades a que esse plano se propõe, com vistas a contribuir para a efetivação de um projeto nacional de educação, expresso no PNE (Scaff, 2018, p. 157).

Medeiros Neto adotou a iniciativa de criar a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) com o propósito de supervisionar e avaliar o Plano Municipal

de Educação. Essa comissão foi estabelecida para promover a transparência na gestão governamental e facilitar o controle social. Composta por diversos representantes da sociedade civil, nomeados por um ato do executivo municipal, a CAAA inclui membros da equipe técnica, coordenadores do PME e outros participantes. A sua principal responsabilidade é conduzir avaliações anuais do plano decenal de educação, realizando reuniões para tomar decisões em prol do cumprimento do Plano (Medeiros Neto, 2015, p.155).

Uma vez que as instâncias representativas tenham sido definidas, o Caderno de orientações enfatiza a necessidade de uma articulação eficaz entre todas as partes envolvidas. Isso é essencial para garantir que o trabalho comece imediatamente (Brasil, 2016b). De acordo com o Caderno de orientações, essa etapa marca o início da execução e do acompanhamento sistemático dos planos já em vigor. Esse processo demanda esforço político e financeiro, bem como a tomada de decisões envolvendo as instâncias responsáveis, juntamente com a mobilização social adequada (Brasil, 2016b).

Essa abordagem é apoiada por Damasceno, Santos e Costa (2011), que enfatizam “o fortalecimento dos mecanismos de controle social, por meio da estruturação dos órgãos colegiados com participação efetiva da sociedade civil e da ampliação e capacitação dos seus membros” (Damasceno, Santos e Costa, 2011, p.13). Isso visa promover a participação efetiva em uma gestão educacional democrática, capacitada para enfrentar os desafios da execução das ações do plano.

Ao analisar a compreensão dos sujeitos entrevistados sobre a importância do trabalho da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) para a educação e a gestão do Plano Municipal de Educação (PME), fica evidente o quão valorizado é esse trabalho para o sucesso da gestão, como se reflete nas declarações dos membros. Alguns entrevistados expressaram de maneira contundente a relevância da CAAA. O sujeito ET 1 afirmou: “É importante. É importante. Porque é através da comissão que estamos avaliando se as metas estão sendo cumpridas e, caso contrário, o que é necessário para alcançá-las” (ET 1, 2023). O sujeito ET 2 concordou dizendo: “Completamente. Sem acompanhamento, acredito que o trabalho fica estagnado e não avança no tempo” (ET 2, 2023). O CAAA 1 confirmou essa visão: “[...]. Eu acredito que esta comissão é de suma importância, é crucial para dar dinamismo às ações, impedindo que elas fiquem estáticas” (CAAA 1, 2023). Da mesma forma, o sujeito CAAA 2, também da Comissão de Acompanhamento, destacou: “Com certeza, de suma importância” (CAAA 2, 2023).

Nesse contexto, Bordignon (2014) ressalta a necessidade do monitoramento contínuo para avaliar o alcance das metas. Ele também recomenda a produção de relatórios que descrevam a situação da implementação, apontando eventuais atrasos e desvios, além de sugerir correções. Bordignon enfatiza que o monitoramento vai além de verificar o cumprimento do plano, pois desempenha um papel fundamental no fornecimento de informações que podem orientar o processo de correção de rumo, incluindo a possibilidade de replanejamento (Bordignon, 2014, p. 37). O sujeito CAAA 5 confirma o entendimento de Bordignon quando expressa:

Se a gestão a visse como realmente ela é, ela seria uma ótima bússola, uma ótima bússola. Norteadora de gestão, até de recursos do que fazer, onde fazer, quando fazer, mas sim. [...] beleza, é isso mesmo. Mas, eu penso ainda que precisamos nos apropriar mais enquanto profissionais para a qualidade da educação mesmo, para saber o que projetar e o que pode reivindicar (CAAA 5, 2023)

Bordignon (2014) nos alerta que o monitoramento vai além de simplesmente verificar o cumprimento ou não das metas. Ele também destaca a importância de identificar possibilidades de correção de rumo, como é reforçado pelo sujeito CAAA 3: “[...]. Portanto, nós contribuimos muito. Observamos o cenário e buscamos corrigir as fraquezas, mantendo e aprimorando o que está potencialmente bom.”(CAAA 3, 2023). O sujeito CAAA 4, que também integra a comissão de acompanhamento, concorda com a importância desse trabalho. No entanto, ele expressa uma preocupação ao afirmar que:

A comissão é de extrema importância e que os membros eles tenham essa visão, esse olhar de que as políticas públicas, elas não podem ficar somente em papel. E esse foi um, dessa equipe que tomou conta do PME de Medeiros Neto esse ano, esse foi o nosso lema, que não pode ser mais um alimentar dados, as coisas têm que andar, não pode ficar só no papel. (CAAA 4, 2023).

Essa afirmação encontra respaldo no comentário do sujeito CPME 1, que ocupa a posição de coordenador do PME. Quando questionado sobre a importância do trabalho da comissão para a educação e gestão do PME, ele respondeu:

O trabalho de monitoramento e avaliação, ele é muito importante com certeza, mas eu acredito que ele tem muito que melhorar no sentido de acontecer de fato, porque o monitoramento, eu não faço monitoramento em um único dia, em uma única semana. Monitorar, que eu entendo, numa grandeza de um fato como esse, que é um plano municipal de educação, que é a educação do seu

município, você teria que fazer diariamente, você teria que estar presente nas escolas, você teria que estar presente em todas as situações que aí você iria monitorar de fato. Após o monitoramento, esse monitoramento não pode acabar, eu acredito, e dentro desse monitoramento a avaliação ser realizada, de acordo com aquilo que se foi monitorado, mas não é isso que acontece de fato, pelo menos em nosso município não acontece. Tem lá o coordenador do PME, tem uma equipe técnica, e essa equipe técnica fica ali à disposição da coordenação, e quando chega o período de entregar os documentos de monitoramento e avaliação, é que se senta para poder fazer isso. Então, de fato, não é realizado como deveria. Isso não acontece assim só em nosso município, penso que em muitos outros, isso é feito de forma superficial. (CPME 1, 2023).

De acordo com Aranda, Rodrigues e Militão (2020, p. 13), somos orientados a não encarar a avaliação de planos decenais como uma atividade isolada no processo de planejamento. Eles destacam que um dos propósitos do acompanhamento e avaliação é identificar possíveis lacunas para que se possam oferecer soluções, efetuar os ajustes necessários e, assim, alcançar plenamente os objetivos. Com essa compreensão, é relevante observar que as declarações dos sujeitos CAAA 4 e CPME 1 apontam para um desafio no trabalho de monitoramento e avaliação realizado pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA). Conforme mencionado por esses sujeitos, o processo não está ocorrendo conforme o esperado, o que poderia comprometer o êxito do Plano Municipal de Educação (PME). Esse desvio das expectativas coloca em risco a capacidade do PME de alcançar seus objetivos relacionados à qualidade social da educação e ao compromisso pactuado com os entes federados.

No entanto, para superar desafios que envolvem a continuidade ou mesmo rupturas, conforme destacado por Damasceno e Santos (2017), e em busca da democratização da gestão das políticas educacionais e da efetivação do controle social, é fundamental que o monitoramento e a avaliação sejam implementados. Isso é crucial para garantir a correção dos rumos na gestão das políticas educacionais, tornando os Planos de Educação efetivamente políticas de estado nas respectivas esferas de competência dos entes federados.

### 6.1.3 Publicização do trabalho da comissão (CAAA) do PME.

Esta terceira subcategoria tem como objetivo analisar como ocorreu a publicização dos trabalhos da Comissão do PME. De acordo com Martins Júnior (2004), a participação popular desempenha um papel fundamental na legitimação das administrações públicas e contribui para

o princípio da transparência na gestão pública. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, enfatiza a importância da Gestão Democrática, que deve garantir princípios que fortaleçam a legitimidade do processo de gestão pública educacional.

No cumprimento da legislação e com o intuito de subsidiar o processo de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei 13.005/2014 também determinou que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) deverá publicar estudos a cada dois anos para avaliar o progresso na consecução das metas estabelecidas. Esses estudos devem apresentar informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional (Brasil, 2014).

Ao estabelecer essa periodicidade bienal para a publicação dos estudos de aferição do cumprimento das metas, o PNE define um referencial temporal para o monitoramento e avaliação do Plano. Durante a vigência do PNE, devem ocorrer cinco ciclos de monitoramento e avaliação, precedidos por uma linha de base que fornece informações referentes ao período anterior à publicação da Lei (Brasil, 2016b, p. 15)

Ao analisar a compreensão dos representantes da Comissão em relação à forma como ocorreu a publicização dos trabalhos da comissão do Plano Municipal de Educação (PME), fica evidente que os entrevistados destacam a importância da publicização em todo o processo, desde a elaboração até o monitoramento e avaliação do plano. Essa ênfase na publicização é confirmada nas declarações dos sujeitos entrevistados, incluindo membros da Equipe Técnica (ET), da coordenação do PME (CPME) e da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA). Mesmo que essa importância não seja expressa de maneira explícita, fica claro como o processo de publicização dos trabalhos da comissão ocorreu, como exemplificado nas falas do sujeito ET 1, que menciona: “Antes, fazíamos publicações sempre que a comissão se reunia para discutir as ações do PME. Essas publicações eram divulgadas em nosso site, no Facebook e em outras redes sociais.” (ET 1, 2023).

O sujeito ET 2 complementa essa informação ao explicar quando e como ocorre o processo de publicização: “Geralmente, a publicização ocorre apenas na apresentação do trabalho, no final, quando apresentamos nosso trabalho a cada dois anos, durante a realização do ciclo de avaliação.” (ET 2, 2023). Essa declaração do ET 2 está alinhada com a orientação de Bordignon (2014), que sugere que “a avaliação deve ocorrer anualmente ou, no máximo, a cada dois anos, considerando os dados do acompanhamento e o impacto das ações no alcance das metas.” (Bordignon, 2014, p. 49)

No contexto da tarefa de publicização dos resultados do monitoramento e avaliação, o artigo 6º, parágrafo 2º, da Lei nº 419/2015, que estabelece o Plano Municipal de Educação (PME) de Medeiros Neto para o período de 2015-2025, determina que a avaliação do PME deve ocorrer durante o segundo ano de vigência da lei, como fica evidente nos relatórios dos anos 2017, 2019 e 2021, em conformidade com a Lei nº 13005/2014, que se refere ao Plano Nacional de Educação (PNE), (PME de Medeiros Neto, 2015-2025).

O sujeito G 1 confirma essa orientação do plano em relação aos entes federados, afirmando: "Muitas dessas metas precisam ser alcançadas, porque também fazem parte das diretrizes do Plano Nacional de Educação. Portanto, é fundamental que estejamos alinhados com o Plano Nacional de Educação."(G 1, 2023)

Nesse sentido, Bordignon (2014) ressalta que os resultados da avaliação podem servir de base, se necessário, para propor ajustes no plano educacional. Em outras palavras, a avaliação desempenha um papel fundamental ao fornecer “subsídios para o processo de correção de rumos, visando à adaptação das estratégias diante das surpresas da realidade e à garantia do cumprimento das metas” (Bordignon, 2014, p. 37).

Nesse contexto, o sujeito CAAA 5 destaca que realizar audiências públicas, embora seja uma obrigação e deva ser cumprido, não é suficiente. Ele ressalta a necessidade de alcançar uma parcela mais ampla da sociedade, principalmente na área educacional, para assegurar a eficácia do processo de publicização e discussão. Como fica claro em sua fala “Só colocar para a audiência pública, para mim, é uma obrigação, é um dever, tem que ser feito, mas não é o suficiente”. (CAAA 5, 2023)

O sujeito CPME 1, que desempenha a função de coordenador do PME, compartilha a importância de dar publicidade ao processo, mas ressalta que os relatórios de monitoramento e avaliação devem ser elaborados de maneira mais participativa. Ele acredita que isso contribuiria para uma compreensão mais ampla por parte de toda a comunidade de Medeiros Neto e, conseqüentemente, estimularia um maior interesse em participar das decisões governamentais. Conforme ele destaca em seu relato:

É importante e necessário, eu creio. Mas, eu não vejo, por exemplo, como dar publicidade a uma coisa que você não fez no coletivo. Eu vou publicar alguma coisa que foi feita restritamente, quem vai compreender, quem vai entender? Até dar importância. Porque eu me envolvo naquilo que eu vejo a importância. Assim, o pai, a mãe do aluno, a comunidade escolar e a comunidade em geral. Eu vou dar uma publicidade a uma coisa que foi feita num grupo de cinco, seis pessoas, e eu não estou falando isso porque eu não sou da comissão, não.

Eu participo da comissão. Mas, eu vejo onde a gente está falhando e onde a gente precisa melhorar. Eu fui coordenadora, não sou, mas continuo fazendo parte da comissão. Então, eu estou falando até aqui, talvez até da minha própria atuação, enquanto comissão. Mas, eu vejo que a gente... (CPME 1, 2023).

Importante destacar que a preocupação dos sujeitos entrevistados gira em torno da falta de participação da população e da divulgação dos trabalhos da comissão para toda a comunidade escolar e a sociedade civil em relação ao Plano Municipal de Educação, como aponta o relato do sujeito CPME 1. No entanto, quando se trata das ações relacionadas à publicização do trabalho da comissão no que diz respeito ao processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, considerando as falas dos entrevistados sobre a participação e divulgação dos dados do processo de monitoramento e avaliação realizados pela comissão do PME, com uma abordagem democrática e participativa, percebe-se que a falta de transparência se refere à comunidade escolar e às partes interessadas na educação. Isso ocorre apesar de os relatórios de monitoramento e avaliação referentes aos anos de 2017, 2019 e 2021 terem sido elaborados e publicados, conforme demonstrado na análise documental.

## 6.2 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL ( DIMENSÃO ORGANIZACIONAL)

Esta categoria, se constitui de duas subcategorias, 2.1 Composição e inserção da comissão de monitoramento e avaliação do PME e a 2.2 Participação no processo de construção, acompanhamento e avaliação. Essas subcategorias foram reunidas para o processo de análise da dimensão organizacional, da composição e participação da comissão no processo de monitoramento e avaliação do PME.

### 6.2.1 Composição e inserção da comissão de monitoramento e avaliação do PME

O objetivo desta subcategoria é analisar como ocorreu a composição e inserção da comissão de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME). A participação da sociedade na elaboração, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas é um elemento fundamental para o seu desenvolvimento com base nos interesses coletivos, visando garantir a proteção social e a aplicação dos direitos socialmente construídos. Nesse contexto, Silva *et al.* (2005), em seu estudo sobre as políticas sociais no Brasil, que aborda a participação social, conselhos e parcerias, afirmam:

De fato, com a Constituição de 1988 a participação social passa a ser valorizada não apenas quanto ao controle do Estado, mas também no processo de decisão das políticas sociais e na sua implementação, em caráter complementar à ação estatal. Desde então, a participação social tem sido reafirmada no Brasil como um fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais. Com maior ou menor sucesso, esta foi uma das importantes inovações institucionais ocorridas no Brasil pós-Constituinte (Silva et al., 2005, p. 374).

A conquista dos direitos sociais foi consolidada com a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu a participação da comunidade, representada por diversos segmentos sociais, nos processos de formulação, implementação, gestão e controle social das políticas públicas. Isso representou um avanço significativo na conquista dos direitos sociais em áreas como educação, saúde, assistência social, previdência social e trabalho (Silva et al., 2005). O Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, estabelecido pela Lei 13.005 de 2014, não especifica claramente a composição da comissão de monitoramento e avaliação. No entanto, sugere que essa comissão seja formada por membros que estiveram envolvidos no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) e enfatiza a necessidade de reconhecê-la como uma instância de controle social (Dourado, 2017).

Em Medeiros Neto, o Plano Municipal de Educação desempenhou um papel crucial na promoção da participação social na política educacional local. Além de incentivar a participação social, o plano contou com membros com conhecimento técnico desempenhando funções estratégicas na elaboração da política educacional do município em outras instâncias de controle social. Para efetuar o monitoramento e avaliação desse instrumento de participação social, a primeira etapa é a constituição de uma comissão de monitoramento e avaliação desta política pública de educação municipal.

Para compreender a composição e inserção da comissão de monitoramento e avaliação no Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto, foi solicitado aos entrevistados que compartilhassem como se envolveram e se tornaram membros da comissão. Suas respostas revelaram uma composição diversificada, com representantes de várias categorias, incluindo professores, coordenadores pedagógicos, presidentes de sindicatos, como a APLB-Sindicato, presidentes dos conselhos do CACS-FUNDEB e do Conselho Municipal de Educação (COMEM), bem como outras entidades representativas. Este cenário se reflete nos relatos dos entrevistados, incluindo membros da Equipe Técnica (ET), da Coordenação do PME (CPME)

e da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA). O sujeito CAAA 1 compartilhou sua experiência de como se tornou membro da comissão e qual era a sua representação nesse contexto.

Sobre o plano municipal de educação, quando foi para fazer o plano, eu fui convidado enquanto professor. Na época eu era professor da rede municipal e representava também o sindicato dos professores a APLB sindicato, eu fiz parte da comissão que trabalhava sobre a valorização dos profissionais de educação do nosso município. Agora eu faço parte da comissão que avalia o PME, o plano municipal de educação (CAAA 1, 2023).

Assim como o sujeito CAAA 2, que menciona ter sido convidado para integrar a comissão como representante do Conselho Municipal de Educação, conforme esclarece em sua fala: "Sim, eu vim representar. Até hoje, a minha representatividade é do Conselho Municipal de Educação. [...]. Então, fui convidado como representante do Conselho Municipal de Educação." (CAAA 2, 2023). O sujeito CPME 1 também confirma sua função e inserção na comissão, declarando: "Bem, sou uma funcionária concursada, inicialmente atuando como coordenadora pedagógica. Quando comecei a trabalhar na Secretaria de Educação, fui designada como técnica do Plano de Ação Articulada. Isso estava muito relacionado ao PME, e, como mencionei, também acabei assumindo a coordenação do PME." (CPME 1, 2023).

O sujeito CAAA 3, em sua narrativa, relata: "No início do Plano, em 2015, fui convidado, se não me engano, porque já estava coordenando uma escola, e algumas pessoas foram convidadas a participar do processo de monitoramento e avaliação do Plano." (CAAA 3, 2023). Ela deixa claro que também foi convidada para integrar a comissão, representando a coordenação pedagógica.

Nesse contexto, Dourado (2017) destaca a importância de um processo de monitoramento e avaliação eficaz, que resultaria em uma maior integração entre a política e as instituições de ensino. Isso estabeleceria mecanismos de controle social mais comprometidos com o cumprimento das metas e estratégias do PME, conduzidos por uma comissão com representatividade democrática. No entanto, observa-se que os membros da comissão foram convidados a participar, não indicados por seus pares representados, o que poderia comprometer o processo de monitoramento e avaliação, como alerta Dourado (2017).

## 6.2.2 Participação no processo de construção, monitoramento e avaliação do PME.

Esta subcategoria tem como objetivo analisar a participação da comissão no processo de construção, acompanhamento e avaliação do PME. A análise se concentra na dimensão organizacional do planejamento educacional. Segundo Souza e Alcântara (2015), a implementação de um plano de educação pressupõe ser um "subsídio estratégico e indispensável para monitorar o desenvolvimento das políticas públicas de educação em nível local". (Souza e Alcântara, 2015, p. 263).

Com o intuito de promover uma adesão em larga escala dos entes federados a partir de 2015, a SASE disponibilizou, mediante adesão, os procedimentos para iniciar o processo de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação. O Novo Plano Nacional de Educação determina que todos os Estados e Municípios devem adequar ou elaborar seus planos até um ano após a sua aprovação. Diferentemente do plano anterior, o novo apresenta inovações mais favoráveis ao alcance de suas metas, como uma drástica redução do número de indicadores previstos e uma política de financiamento mais bem definida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394/1996, estabelece, em seu art. 9º, que à União compete: "I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios". Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 regula a cooperação entre os entes federativos ao explicitar:

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

[...]

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Estados e respectivos Municípios incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada Estado.

§ 7º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação. (Brasil, 2014, art.7º, § 6º e §7º)

Com essa pactuação, o município passou a elaborar seu Plano Municipal de Educação com o auxílio da Secretaria Estadual de Educação, através do Programa de Apoio à Educação Municipal (PROAM). No âmbito das ações de apoio dos órgãos colegiados, foi distribuído material de orientação para auxiliar na construção do Plano de Educação, o que, de fato, "[...]

contribui para uma mobilização significativa em relação à necessidade da elaboração dos planos de educação no país" (Dourado, 2017, p. 62). O principal desafio do Plano reside na efetivação das ações por meio do processo de monitoramento e avaliação, conduzido de maneira democrática e representativa pela comissão, composta por membros da sociedade civil e política.

Quando questionados sobre a sua participação no processo de construção, monitoramento e avaliação do PME, os entrevistados, incluindo ET 1, ET 2, G 1, CAAA 1, CAAA 2 e CAAA 3, afirmaram que estiveram envolvidos desde a elaboração do plano em 2014 e sua aprovação em 2015, conforme mencionou ET 1: "Desde o início, desde 2014. Foi quando a secretária, na época, Alenir, me convidou para vir trabalhar com ela e mexer na parte do PAR, que é o Plano de Ações Articuladas. E aí foi indo e indo, e aí apareceu o PME, que foi a construção, na época, 2014 para 2015, que foi a construção" (ET 1, 2023).

E o sujeito ET 2 acrescentou: "Conheci o Plano Municipal de Educação há alguns anos, logo no início, quando a Secretaria costumava convidar as escolas. Desde então, tenho participado regularmente das conferências sobre o Plano".(ET 2, 2023). O sujeito G 1 também enfatizou sua participação na elaboração do Plano: "Para responder à questão de como me aproximei do Plano Municipal de Educação, comecei a contribuir como professor na elaboração do Plano Municipal."

O sujeito CPME 1, entretanto, destacou que sua relação com o Plano teve início desde o início de sua elaboração em 2009, quando começou a receber orientações do PROAM. No entanto, o Plano só foi finalizado e aprovado em 2015, como salientou CPME 1 em sua declaração:

E a gente iniciou aqui na Secretaria de Educação no ano de 2000, no ano de 2000, deixa eu me lembrar certinho, no ano de 2009, quando nos deparamos com, já com a situação da elaboração de um Plano Municipal de Educação. E, ao iniciar esse processo, a gente já começou a realizar as pesquisas, né, na época fui colocada como coordenadora do PME e a gente iniciou, então, o trabalho de estudo, né, de reflexão e produção do documento, na verdade. Não, ele não foi aprovado logo, foi uma longa caminhada, como eu estou dizendo. E ele só foi, na verdade, concluído e aprovado lá em 2015. Porque a conclusão, ela se deu bem depois e o trabalho foi um trabalho bem longo, né, porque eu acredito que as formações, os formadores instrumentalizaram muito bem a gente na época da forma que funcionava. Naquela época, a orientação era feita através do PROAM, né, e o PROAM tinha os formadores e fazia esses encontros por região, né, por regional. (CPME 1, 2023).

No Estado da Bahia, o Programa de Apoio à Educação Municipal (PROAM) foi estabelecido em 2007 com o propósito de ser um "instrumento articulador e incentivador para promover a qualidade na educação pública em todo o Estado da Bahia" (Bahia, 2007, p. 02). Ele desempenha um papel fundamental na intermediação e apoio, conforme destacado:

Pretende-se que o Proam passe a ser, no contexto da política educacional do Estado da Bahia, um instrumento de materialização do regime de colaboração que busca, por meio do federalismo cooperativo, apoiar os municípios na organização dos seus processos burocráticos no campo educacional (Bahia, 2007, p.02).

A efetivação dos planos municipais de educação na Bahia só ocorreu entre setembro de 2014 e junho de 2015, quando foi promulgada a Lei 13.005/2014. Esse processo foi viabilizado por meio de um acordo estabelecido em uma comissão tripartite, envolvendo a colaboração da Rede de Assistência Técnica, criada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) com o Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam), O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime).

O sujeito CAAA 5 relata que sua participação na comissão começou como coordenadora dos anos finais do ensino fundamental e, em 2023, foi convidada a assumir a função de coordenador do PME, como expresso em sua fala.

E quando foi agora, em 2023, eles me convidaram para assumir também a coordenação do PME. Eu aceitei, porque é uma questão de política pública. Como eu disse lá no início, é uma coisa que me interessa muito. Eu acredito que é um dos pontos de partida para melhoria. E estou me envolvendo muito no processo (CAAA 5, 2023).

Nesse contexto, conforme demonstrado, o processo de elaboração e adequação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto teve início em 2009, como evidenciado nos documentos e confirmado pelo depoimento do entrevistado CPME 1, que participou ativamente da elaboração do plano desde o início de 2009 até sua aprovação em 2015. A partir da sanção do plano no mesmo ano, o entrevistado passou a desempenhar a função de coordenador do PME, como também é corroborado pelo relato do sujeito CAAA 5.

### 6.3 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME (DIMENSÃO PEDAGÓGICA)

Esta categoria, se constitui de três subcategorias, 3.1 Planejamento dos trabalhos da CAAA, 3.2 Metodologias dos trabalhos da CAAA e a 3.3 Contribuições do trabalho da CAAA. Trata da dimensão pedagógica e metodológica do trabalho da comissão. Ela tem como objetivo analisar o planejamento dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA). Segundo Damasceno e Santos (2017), o planejamento desempenha um papel crucial para a instituição ao projetá-la para o futuro. Eles destacam a importância do planejamento na gestão das políticas educacionais ao argumentar que:

O planejamento passou a se constituir em uma função mais que relevante, tornando-se imprescindível e instrumento por meio da qual a instituição se projeta para o futuro, configurando intencionalidades e delineando uma programação na qual objetivos são definidos, estratégias são estabelecidas e recursos são alocados visando sua implementação satisfatória (Damasceno; Santos, 2017, p. 9)

Sendo o planejamento um instrumento que possibilita a implementação de políticas públicas, devemos reconhecer que a concretização das ações planejadas na área educacional está intrinsecamente ligada ao poder político e financeiro do Estado. De acordo com Scaff e Fonseca (2016), é essencial considerar as variáveis presentes no contexto de formulação dessas políticas, incluindo as influências de grupos dominantes que se aproximam do governo e fatores econômicos, tanto nacionais quanto internacionais. Isso reflete a extensão da preocupação com as questões educacionais no âmbito do planejamento educacional no país.

Se o planejamento educacional representa a elaboração e execução de um projeto de transformação da educação atual em direção à educação desejada (Bordignon, 2014, p. 37), é fundamental que os diversos entes federativos tenham clareza de que o monitoramento e a avaliação dos planos de educação se tornam elementos essenciais para as tomadas de decisão dos gestores públicos (Dourado; Grossi Júnior; Furtado, 2016, p. 457).

Portanto, a aprovação dos planos e sua efetivação não ocorrem de forma linear. São dois momentos interligados, cuja convergência requer ações efetivas para cumprir as metas e estratégias (Dourado; Grossi Júnior; Furtado, 2016, p. 459). O desafio primordial reside na implementação, monitoramento e avaliação desses planos. Nesse contexto, a Rede de Assistência Técnica SASE/MEC, após seu trabalho de mobilização e orientação na elaboração dos planos educacionais pelos entes federados, em parceria com a SEC na Bahia, através do

PROAM, concentrou seus esforços na sistematização de processos de monitoramento e avaliação. Isso é evidenciado na fala do sujeito CPME 1.

Tem lá o coordenador do PME, tem uma equipe técnica, e essa equipe técnica fica ali à disposição da coordenação, [...]. Eu acredito que as formações, os formadores instrumentalizaram muito bem a gente na época da forma que funcionava. Naquela época, a orientação era feita através do PROAM, né, e o PROAM tinha os formadores e fazia esses encontros por região, né, por regional (CPME 1, 2023).

O sujeito CAAA 3 também destaca o planejamento do trabalho da comissão ao relatar:

Gente sempre está orientando para estar olhando ideias, para estar olhando alguns indicadores de como está a sua escola em especial. A gente, enquanto secretaria, chama sim as escolas e mostra como está a realidade município e escola. É preciso compreender que são documentos que são elaborados com uma responsabilidade e um compromisso de cumprimento de se cumprir aquilo ali. Eu não posso pegar, por exemplo, o nosso plano e ter apenas como um trabalho burocrático. Ele é um trabalho feito por muitas mãos. Ele é um trabalho realizado com muito compromisso (CAAA 3, 2023).

Dessa forma, fica evidente que a comissão faz uso das orientações da SASE/MEC, utilizando indicadores e dados para concretizar as ações planejadas. Essa abordagem segue as diretrizes dos entes federados e é acompanhada pela Secretaria de Educação do Estado, por meio do PROAM, até 2016, quando o programa foi extinto. Atualmente, o acompanhamento é realizado por meio de uma plataforma online, no Ambiente Virtual de Atividades do PME, como mencionado pelo Sujeito ET 1: "[...] Todo monitoramento, avaliação, decreto, portaria, são enviados no AVA, que é o Ambiente Virtual de Atividade do PME. A coordenadora tem o login e a senha, e ela abre o sistema para enviarmos todo o material que é produzido".( ET 1, 2023)

Os entrevistados reconhecem a importância do planejamento dos trabalhos da comissão para efetuar o monitoramento e a avaliação das metas, ações e estratégias delineadas no plano. Isso é evidenciado nas palavras do Sujeito ET 2 e dos demais participantes, conforme exemplificado a seguir:

É essencial, porque sem planejamento nada acontece. Nós nos reunimos, sempre os grupos para discutir cada item que a gente vai pesquisando, trabalhando, compara com os anos anteriores, com as metas nacionais, com as municipais, com tudo que foi planejado, se foi cumprido, se não foi cumprido, quais são as novas perspectivas de agora em diante na educação do município,

sempre fazendo um paralelo com a educação nacional, estadual e sempre tudo decidido em reuniões (ET 2, 2023).

O Sujeito G 1, que ocupa o cargo de secretário de educação, enfatiza em sua fala que a comissão (CAAA) desempenha um papel crucial no processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), destacando sua importância em garantir que as metas e ações planejadas sejam implementadas de maneira eficaz. Ele também ressalta a necessidade de seguir um cronograma bem definido, que envolve a apresentação de relatórios e a realização de audiências públicas para manter a transparência e o controle social. Assim, sua contribuição aponta para a relevância do planejamento dos trabalhos da comissão na gestão do PME, garantindo o alinhamento com as diretrizes do plano e promovendo o acompanhamento sistemático do cumprimento das metas estabelecidas. Na verdade, o plano é importantíssimo, “[...] porque quando se projeta o Plano Municipal de Educação, se pensa no que é possível realizar no decênio. E quem é que vai financiar essas ações também deve ser discutida, porque a comunidade externa da educação não tem esse conhecimento” (G1, 2023).

O trabalho está sistematizado em uma metodologia que divide as responsabilidades de acordo com a representatividade na comissão do Plano Municipal de Educação (PME), como claramente expresso na fala do Sujeito CAAA 5. Essa abordagem demonstra uma estrutura organizacional bem definida, na qual as diferentes partes envolvidas na comissão desempenham papéis específicos de acordo com sua representação.

Essa abordagem de divisão por representatividade permite uma distribuição eficiente das tarefas e responsabilidades, garantindo que todos os segmentos representados na comissão possam contribuir de maneira significativa para o processo de monitoramento e avaliação do PME. Isso promove uma abordagem mais abrangente e inclusiva para garantir que as metas e ações do plano sejam acompanhadas de perto e avaliadas de forma adequada.

Cada meta nossa, que tem ali o grupo que está monitorando e tal, ali dentro tem os pares e atores que estão ligados de maneira mais direta àquela meta. A meta que é referente à gestão. Então, nós temos ali diretores de escolas diferentes que vêm para reunião, que trazem as contribuições, que monitoraram juntos, que preencheram toda a questão do monitoramento juntos, que fizeram notas explicativas juntos (CAAA 5, 2023).

Fica evidente nas falas dos entrevistados a organização do trabalho e a importância do planejamento na condução do monitoramento e avaliação do PME, como afirmaram Dourado, Grossi Junior e Furtado (2016). É notório que a orientação inicial fornecida pela SASE

desempenhou um papel crucial, uma vez que a maioria dos municípios brasileiros não estava acostumada a realizar práticas de monitoramento e avaliação de tal magnitude.

A SASE foi criada em 2011, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de coordenar políticas educacionais de forma articulada com os diversos entes federativos. Suas atribuições incluem o apoio técnico e financeiro a estados e municípios, a promoção de pactos e acordos de cooperação federativa e a implementação de políticas e programas que visem à equidade e à melhoria da qualidade da educação.

É relevante destacar que, em janeiro de 2019, a SASE foi extinta por meio do Decreto nº 9.465/2019, sinalizando uma mudança na abordagem do governo de Jair Messias Bolsonaro em relação ao PNE 2014-2024 como política de Estado. Esta ação evidenciou o descaso do governo Bolsonaro com o principal instrumento de política educacional do país. Isso, de fato, fragilizou as ações voltadas para o monitoramento e avaliação dos planos de educação em nível subnacional em todo o país.

Extinta durante o governo Jair Bolsonaro (2019/2022), a SASE foi recriada em 2023, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023/2026). Essa recriação visou restabelecer um canal de diálogo e cooperação entre o MEC e os sistemas de ensino subnacionais, reforçando o compromisso com a educação pública de qualidade e a gestão compartilhada das políticas educacionais.

A análise evidenciou que o planejamento da comissão inclui a previsão de monitoramento e avaliação, demonstrando conformidade com a determinação da Lei Federal 13.005/2014 e com o registro explícito no texto da Lei 419/2015, que estabelece o PME de Medeiros Neto para o período de 2015 a 2025, o qual define o cronograma para o monitoramento e avaliação do plano municipal.

A subcategoria metodologia dos trabalhos da CAAA, de outra forma, tem como objetivo analisar como a metodologia dos trabalhos da CAAA do PME foi realizada. O Ministério da Educação, por meio da SASE, disponibilizou uma metodologia que pode ser adotada por municípios e estados no processo de monitoramento e avaliação dos planos de educação. Essas orientações foram transmitidas aos municípios por meio de cadernos de orientação elaborados pela SASE (Brasil, 2014). Os cadernos apresentam uma metodologia que permite aos entes federados acompanhar anualmente o progresso das ações planejadas, identificando o que foi efetivamente realizado e o que não foi, o que, por sua vez, capacita os gestores a ajustar o curso das ações para atingir as metas planejadas.

Seguindo essas orientações, várias reuniões foram realizadas com a coordenação do PME, liderada pelo sujeito CPME 1, e toda a comissão. De acordo com o Caderno de Orientações, a fase de execução e acompanhamento sistemático dos planos em vigor é iniciada, o que implica esforços políticos, financeiros e tomada de decisões com a participação das instâncias responsáveis e a mobilização social adequada. Nesse sentido, é importante considerar a autonomia do município como um plano e comissão constituída, levando em conta o contexto do país:

a) municípios que já possuíam comissões e equipes técnicas determinadas por ato legal (lei orgânica do município ou outros instrumentos, tais como leis, decretos, portarias, resoluções etc.) com esta responsabilidade, a exemplo dos conselhos ou fóruns municipais de educação, secretarias municipais de educação, comissão de educação do Poder Legislativo, dentre outras; b) municípios que passaram a ter estas instâncias definidas nas leis dos seus planos de educação; e c) municípios que não previram essas instâncias em qualquer ato legal. (Brasil, 2016, p. 7-8).

A comissão segue um cronograma e utiliza as fichas de orientação do MEC, o que possibilita um planejamento ao longo da vigência do plano. Ao analisarmos a compreensão dos entrevistados, representantes da Comissão (CAAA), a respeito da metodologia dos trabalhos utilizada na avaliação do PME, fica evidente que os entrevistados reconhecem a importância da metodologia orientada pelo MEC/SASE e a sistemática de trabalho desenvolvida pelo Programa de Apoio à Educação Municipal (PROAM) no processo de monitoramento e avaliação, como indicam os fragmentos da fala do ET 1:

Geralmente, tem um cronograma. Assim, quando vai fazer, tem um cronograma semanal, vamos reunir essa semana para ver isso, vamos reunir para outra meta. Geralmente é, vamos supor, uma vez por ano, quando vai fazer o monitoramento. Todo monitoramento, avaliação, decreto, portaria, são enviados no AVA, que é o Ambiente Virtual de Atividade do PME. Que tem a coordenadora, tem o login, a senha, ela abre e a gente envia todo o material que é produzido (ET 1, 2023).

O outro membro da equipe técnica também explica como a metodologia é aplicada no preenchimento das fichas de orientação para o processo de monitoramento e avaliação do plano. O ET 2 descreve o processo da seguinte maneira: "Vários grupos decidem, dividem os itens, preenchem as fichas, discutem e, em seguida, todos compartilham suas conclusões para serem registradas no documento completo." O sujeito CAAA 1 confirma esse procedimento,

É o que eu falei, cada equipe fica responsável de analisar as metas do plano, cada uma na sua área, e em seguida essa equipe, cada equipe tem que emitir seus relatórios, fazer os relatórios, e a gente faz os relatórios e encaminha ao secretário de Educação, a Secretaria de Educação, que aí irão tomar as medidas que são solicitadas nos relatórios enviados (CAAA 1, 2023).

O sujeito CAAA 2 em sua fala descreve os passos orientados pelo caderno, mencionando que o processo começa com a leitura do plano.

A gente precisou estudar o plano, ler mais, pedir orientação da SEC, de outros colegas de outras cidades, alguns formadores que fizeram lives e fazem até hoje, orientando, que a gente começou a conhecer um pouco mais como que é monitorar, avaliar e conhecer de verdade as metas do Plano Municipal de Educação (CAAA 2, 2023).

O sujeito CAAA 3 contribui para essa visão ao afirmar:

Depois, iam dividindo as metas, e a gente fazia os estudos de cada meta. Hoje, que a gente já trabalha mais diretamente com isso, a gente vê tanta importância que esse ano, na jornada pedagógica, como eu já havia dito, a gente trouxe essas temáticas para os coordenadores e diretores de escola, para que eles retratem isso com seus professores. Eles foram os nossos multiplicadores da importância de conhecer o plano, para entender que essa meta não é uma coisa fora dos muros da escola, ela está lá dentro (CAAA 3, 2023).

O outro entrevistado, CAAA 5, compreende a importância da metodologia, mas também destaca as dificuldades enfrentadas no processo de monitoramento e avaliação do plano. Ele menciona que a comissão utiliza uma abordagem qualitativa com notas explicativas, o que pode ser desafiador. Como ele afirma em sua fala: "A gente está fazendo muito de maneira qualitativa, com notas explicativas e tudo mais. É bem difícil, é interessante demais, é intrigante tudo, mas a gente esbarra muito nessas dificuldades."

Diante do exposto, as contribuições de Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016) em relação à implementação de um processo de monitoramento e avaliação de planos de educação incluem:

[...] (d) as equipes responsáveis pelo processo precisam estabelecer cronograma de trabalho, assim como os respectivos responsáveis por cada uma das ações a serem empreendidas, com momentos para análise e replanejamento; (e) faz-se necessário, ainda, o estabelecimento de indicadores e instrumentos de gestão das informações a serem aferidas durante todo o trabalho realizado, com vistas à organização da série histórica e do banco de dados. (Dourado; Grossi Júnior; Furtado, 2016, p. 458).

As experiências relatadas a partir das entrevistas apontam para o fato de que as ações desdobradas, até o momento, foram realizadas conforme metodologia da Rede de Assistência Técnica para o Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação, sob a orientação e acompanhamento da Secretaria de Educação do Estado. De 2007 até 2016 esse acompanhamento foi feito pelo PROAM, cabe ressaltar que em dezembro desse mesmo ano o programa passa a não existir e em 2019 acontece o mesmo com a SASE que também é extinta, iniciando um ciclo de comprometimento do plano e potencializado com a Covid 19, nos anos 2020 e 2021, impulsionado pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, que se caracterizava pela falta de compromisso com a educação pública em todo país.

Por fim, objetivo da última subcategoria contribuições do trabalho da CAAA do PME é, como o próprio nome diz, analisar as contribuições do trabalho da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação (PME). Esta análise compõe a dimensão pedagógica das contribuições do trabalho da CAAA.

A CAAA é caracterizada por promover a transparência na gestão governamental e pelo controle social dos planos educacionais, pois conta com membros da sociedade civil e representantes políticos em sua composição. De acordo com Nogueira (2003, p. 192-195):

[...] sociedade civil produz incentivos basicamente organizacionais e integradores: unificação, politização e fortalecimento do interesse público e democrático. [...]. Nela podem se articular ações direcionadas para criar éticas alternativas, organizar redes e fóruns de resistência, ativar a cidadania mundial, pressionar e encurralar governos, postular novos modelos de políticas públicas, maior justiça social [...]. (Nogueira, 2003, p.192-195).

Ainda de acordo com Nogueira (2003), a sociedade civil "seria composta por movimentos que se auto-organizam e se autolimitam e que poderiam, acredita-se, disciplinar as instituições mais sistêmicas, como o Estado e o mercado". (Nogueira, 2003, p. 195). Para os membros do CAAA, enquanto representantes da sociedade civil, o desafio é desenvolver a capacidade de auto-organização e autolimitação, com foco na promoção de uma vontade pública legítima. Isso envolve garantir que a perspectiva do PME de Medeiros Neto esteja alinhada com as necessidades dos cidadãos e atenda aos anseios da população local, indo além do cumprimento das formalidades legais, que é inerente à gestão governamental.

No contexto das contribuições do trabalho da CAAA, Nogueira (2003) ressalta que esse órgão representativo da sociedade civil desempenha a função de intermediar entre o

sistema político e os grupos sociais, criando as condições para a formação de uma "vontade pública" (Nogueira, 2003, p. 195). Assim, a CAAA assume o papel de protagonista, concentrando-se na legitimidade além da mera legalidade. Ela busca estabelecer uma abordagem que vai além do controle, uma vez que o papel de controle é geralmente definido pelos órgãos de gestão governamental. Esses órgãos atribuem a CAAA do PME funções de exercer com as habilidades e condições necessárias o controle social efetivo, aprimorar as políticas educacionais, promover a transparência na gestão pública e implementar o princípio da legitimidade por meio de ações constitucionais e democráticas. Com a ausência da capacitação dos órgãos de controle social como a CAAA, estas atribuições ficam comprometidas e acarreta uma fragilidade da comissão na falta de conhecimento e condição em analisar dados, indicadores, bem como os documentos orçamentários que definem a alocação dos recursos da educação, comprometendo o sucesso do PME.

Mesmo com as atribuições definidas legalmente para os membros da CAAA/ETMA, que desempenham um papel vital durante todo o processo de monitoramento e avaliação, como demonstrado nas falas dos entrevistados da Equipe Técnica, como a do sujeito ET 1,

É dentro É dentro É dentro É dentro da plataforma. Todo monitoramento que é feito durante o ano, do PME, é dentro da plataforma. Todo ano. Porque através da comissão que está, como eu te falei, está vendo se está cumprindo a média, se não está, o que precisa para cumprir. Aí eu engajei nisso e mexo mais com a parte do sistema, que é para inserir, alimentar o sistema, procurar dados, alimentar. Pois é, como eu falei, minha função era mais alimentar o sistema e digitar o que o pessoal, as comissões, na época, como é que fala, eu digitava, alimentava o sistema, formatava o trabalho, era mais isso, era mais sistema, mais técnico (ET 1, 2023).

E na fala do sujeito, ET 2,

Eu trabalho como técnica na construção, escrita, pesquisa. Isso, faço pesquisas na área legal da educação, mais ou menos essa área de pesquisa mesmo. Contribui, porque é em cima desses dados que podem ser feitos outros planos, até mesmo planejamento financeiro para educação, pleitear programas, ajudas, tanto profissional quanto financeira, para poder ir adiante a educação, formação, cursos, tudo isso depende do acompanhamento (ET 2, 2023).

Dentre os membros da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA), como a do sujeito CAAA 1, que faz parte da comissão como presidente do Conselho do CACS-FUNDEB, representando o Conselho, expressa também a contribuição do seu trabalho afirmando,

Eu tinha que analisar os recursos que o município recebe, toda essa parte que pega o Fundeb, para poder elaborar o plano municipal. E eu, enquanto presidente do Fundeb, eu estou sempre ligado na parte de valorização dos profissionais da educação. Então o que a gente faz? A gente analisa desde a questão de carga horária de professor, na aplicação da lei de um terço de atividade extraclasse, até o repasse do pagamento do salário dos professores, ver se os recursos estão dentro do mínimo de 70%, com a nova lei agora de 70%. Então o trabalho nosso é exatamente esse, fiscalizar, observar se está sendo gasto de forma legal os recursos do fundo para pagamento de professores e também a questão de carga horária (CAAA 1, 2023).

Este mecanismo de controle, a CAAA, não apenas prevê a participação social, mas também busca contar com membros que possuem conhecimento construído socialmente, baseados em experiências estratégicas na formulação de políticas públicas educacionais do município. Eles representam diferentes segmentos, com interesses sociais diversos, e não devem falar somente em nome do governo municipal, ainda que ocupem funções em diferentes cargos. A importância do quanto representam fica evidente na fala do presidente do Conselho do CACS-Fundeb, o sujeito CAAA 1, e é confirmado na fala do sujeito CAAA 2, que é o presidente do Conselho Municipal de Educação- COMEMN.

Sim, eu vim representar. Até hoje, a minha representatividade é do Conselho Municipal de Educação. Hoje eu estou presidente, desde 2021, que a gente teve uma nova composição do Conselho Municipal de Educação para os próximos quatro anos. Então, eu fui convidada como representante do Conselho Municipal de Educação. Daí essa aproximação maior para estudar sobre as metas, as ações que participaram do monitoramento, avaliação. Daí a gente teve aquele primeiro contato, o que é monitorar o Plano Municipal de Educação? Como avaliar o Plano Municipal de Educação? Como que é feito isso? Eu não tinha esse conhecimento de perto, como fazer esse monitoramento? A gente precisou estudar, ler mais, pedir orientação de outros colegas de outras cidades, alguns formadores que fizeram lives e fazem até hoje, orientando, que a gente começou a conhecer um pouco mais como que é monitorar, avaliar e conhecer de verdade as metas do Plano Municipal de Educação (CAAA 2, 2023).

As experiências desses membros proporcionam contribuições valiosas para orientar o trabalho de monitoramento e avaliação realizado pela CAAA, visando agilizar o processo e garantir a eficiência na implementação das ações e estratégias do PME, bem como na utilização dos recursos públicos. Isso está em conformidade com o entendimento de Teixeira (2004) sobre a relevância dos conselhos:

Os conselhos, na função de intermediação entre o Estado e a sociedade, traduzem em ideais e concepções mais amplas de educação e de sociedade que, em cada momento histórico, influenciam a dinâmica das políticas educacionais em pauta. Na atualidade, a constituição de conselhos tem sido percebida como a abertura de espaços públicos, de participação da sociedade civil, caracterizando a ampliação do processo de democratização da sociedade (Teixeira, 2004, p.692).

Apesar dos relatos apresentados pela Equipe Técnica (ET 1 e ET 2), pelo presidente do Conselho do CACS/FUNDEB (CAAA 1) e pelo presidente do Conselho Municipal de Educação (COMEMN) (CAAA 2), é importante destacar que a Secretaria Municipal de Educação desempenha um papel central na tomada de decisões relacionadas à gestão da educação no município. Conforme destacam os autores Dourado, Grossi Junior e Furtado (2016, p. 458), os gestores da política educacional desempenham um papel crucial na articulação de todas as ações a serem implementadas. Isso é evidenciado pelas observações do entrevistado G 1, o gestor da Secretaria Municipal de Educação, que corrobora a importância atribuída aos gestores ao afirmar que:

Na realidade, são importantes para poder participar do processo. Tanto da construção quanto do acompanhamento e, acima de tudo, da fiscalização. Então, foi um momento ímpar de construção e discussão para que resultasse no trabalho que aí está. Fizemos mais recentemente a avaliação desse plano. Lógico, algumas coisas conseguimos contemplar, outras não, mas agora chega novamente o momento de uma nova discussão na conferência onde a gente vai novamente fazer uma avaliação do que é possível contemplar e as metas que a gente precisa alcançar nos anos vindouros (G1,2023).

O sujeito CAAA 4, que representa o segmento das séries iniciais do ensino fundamental, reforça a relevância da Secretaria Municipal de Educação na articulação e execução das políticas públicas, incluindo o PME. Em sua entrevista, ele destaca claramente que:

Sim, a gente faz a gestão do... Quando termina, né, o que a gente detecta no monitoramento, a gente leva para o texto, no texto da avaliação e depois a gente reúne leva a questão ao secretário de educação, a gente conversa com os diretores, com coordenadores e a gente passa toda a situação para o secretário de educação, né, porque, assim, tem medidas que ele está extremamente envolvido nessa questão, né, para poder a gente sanar, principalmente na questão das dificuldades que a gente viu que o município está passando. Então, assim, ele é um agente muito importante para a gente sanar as dificuldades encontradas (CAAA 4, 2023).

Há um consenso nas falas dos entrevistados sobre a significativa contribuição do trabalho da comissão. O coordenador do PME, o sujeito CPME 1, expressa explicitamente a relevância de seu trabalho no processo de monitoramento e avaliação do plano ao afirmar: "Todas as informações estão no plano. Para implementar essas políticas públicas, é essencial que eu valide as informações contidas nele." (CPME 1, 2023). Além disso, um dos membros da comissão que representa o segmento da Educação Básica, o sujeito CAAA 3, destaca suas contribuições, ao mencionar: "[...] Portanto, acreditamos que estamos fazendo uma grande contribuição. Ao analisarmos a situação, podemos identificar as fraquezas e trabalhar nelas, bem como manter e aprimorar os aspectos positivos." (CAAA 3, 2023). O sujeito CAAA 5, que representa a coordenação dos anos finais do ensino fundamental, também enfatiza a importância do monitoramento, mencionando: "[...] As equipes responsáveis por monitorar as metas têm suas próprias reuniões preparatórias para garantir que a reunião anual seja bem planejada." (CAAA 5, 2023).

Além disso, a Equipe Técnica, a Coordenação do PME e os membros da CAAA reconhecem em seus depoimentos a relevância de seu trabalho na construção e implementação das políticas públicas educacionais, bem como os relatórios de 2017, 2019 e 2021 da comissão corroboram e evidenciam essa importância, apresentando uma análise detalhada de todas as metas do plano, destacando as que já foram executadas, as que estão em andamento e as que ainda não foram iniciadas. Esses relatórios sugerem caminhos para corrigir a rota das ações e estratégias, demonstrando o papel fundamental da CAAA na contribuição da gestão e na melhoria contínua da educação no município. Mesmo que estejam cientes das limitações das informações e desafios na busca dos dados de indicadores não oficiais envolvidos no processo de monitoramento e avaliação, eles compreendem plenamente a importância de seu papel como membros da sociedade civil e como participantes ativos na formulação de políticas educacionais (Dourado, 2017).

A participação ativa da sociedade nesse processo desempenha um papel fundamental, permitindo que ela influencie de maneira significativa na definição dos rumos e critérios da educação pública. Cada membro da comissão tem um papel crucial, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação em Medeiros Neto e, por consequência, no Brasil como um todo. Essa contribuição também fortalece a democracia do país, promovendo uma igualdade substancial, conforme a visão ampla da democracia (Teixeira, 2004).

Conforme a Lei nº 13.005/2014, os planos subnacionais de educação devem prever sistemas de monitoramento e avaliação e definir expressamente os atores institucionais

responsáveis por essas tarefas. Oliveira *et al* (2016, p. 31) identificam as principais instâncias para essa responsabilidade nos estados e municípios. Nos estados, os atores são a Secretaria Estadual de Educação, a Comissão de Educação da Assembleia, o Conselho Estadual de Educação (CEE) e o Fórum Estadual de Educação. Nos municípios, essa responsabilidade recai sobre a Secretaria Municipal de Educação, a Comissão de Educação da Câmara ou a própria Câmara, o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação.

Seguindo essas orientações, o município de Medeiros Neto, na Bahia, desenvolveu seu Plano Municipal de Educação (2015 a 2025) com base na Lei nº 13.005/2014 e nas diretrizes do Ministério da Educação (MEC). Para tanto, instituiu a CAAA do PME, por meio do Decreto nº 50/2014. Como a Lei do PNE não especifica claramente a composição da CAAA, a determinação dessa comissão é feita por cada município, podendo incluir a equipe de elaboração do Plano Municipal, os membros do Conselho Municipal de Educação ou os integrantes do Fórum Municipal de Educação. O período de atuação ou renovação dos membros da CAAA é igualmente definido pelo ente municipal, com reuniões trimestrais e renovação a cada dois ou três anos, conforme deliberado localmente.

Em Medeiros Neto, a CAAA foi instituída por ato administrativo municipal, incluindo membros da equipe de elaboração do PME, do CME, da APLB Sindicato, do legislativo municipal, do CACS/Fundeb e outros representantes da educação e de diversos segmentos da sociedade. Em 2017, seguindo a mesma diretriz e composição, foi constituído o FME por decreto municipal. O FME é ativado para realizar as conferências municipais e, após isso, permanece inativo nos períodos intermediários, sendo suas funções assumidas pela CAAA. Esta, por sua vez, utiliza o FME apenas para dar publicidade aos trabalhos de monitoramento e avaliação que realiza, como ocorreu nas Conferências Municipais de Educação em 2017, 2021 e 2023. Essa dinâmica pode ser explicada pela configuração da composição do FME e pela coordenação do Fórum Municipal de Educação, que é exercida pela mesma pessoa que coordena a CAAA. Isso resulta em uma fusão de funções devido ao vínculo dos membros com a educação e sua atuação no município. Essa sobreposição pode comprometer a imparcialidade e a transparência necessárias para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais, comprometendo a lisura nos relatórios de avaliação do PME.

Portanto, a qualificação e o fortalecimento da atuação dos membros da CAAA são responsabilidades compartilhadas pelo Ministério da Educação (MEC), pela UNDIME-BA e pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA). Essas instituições se comprometeram a estabelecer uma Rede de Assistência Nacional que visa capacitar os

membros sociais envolvidos, permitindo que desempenhem um papel eficaz na comissão e realizem um monitoramento e avaliação de alta qualidade. Isso poderá ser possível com liberdade e autonomia dos membros da comissão dos órgãos de controle social.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto da minha função como coordenador pedagógico e do ambiente educacional em que estou envolvido, o planejamento ocupa uma posição central, sendo firmemente estabelecido por meio do contínuo monitoramento e avaliação das ações planejadas. Nesse sentido, busquei entender como esse novo paradigma de planejamento municipal estava sendo implementado e como o processo educacional de desenvolvimento, monitoramento e avaliação do PME de Medeiros Neto e se este estava sendo conduzido de maneira democrática, com a participação da sociedade civil e política.

A pesquisa em questão, intitulada "Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto – BA, de (2015 - 2025): Contribuições da Comissão", concentra-se primordialmente na seguinte indagação: Quais as contribuições do trabalho desempenhado pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) no cumprimento das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação (PME) pela Secretaria Municipal de Educação?

Com o propósito de responder a esta questão, delinear-se-iam objetivos que nortearam a pesquisa. O objetivo geral foi a análise das contribuições da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025) no que concerne ao alcance das Metas e Estratégias do referido Plano, desde o momento de sua constituição até o presente, levando em consideração as ações executadas pelos diversos níveis de governo ao longo desse período. Para efetuar a análise das contribuições dessa comissão, tornou-se imperativo compreender o contexto histórico dos planejamentos educacionais no Brasil.

Partindo do pressuposto de que vivemos em uma sociedade capitalista, os conceitos e práticas de planejamento são debatidos sob a perspectiva econômica, estabelecendo objetivos e metas que visam alcançar vantagens e, na área da educação, esse princípio se mantém constante nos três níveis de governo. O objetivo é aprimorar a qualidade da educação, e, assim, práticas de planejamento educacional têm sido desenvolvidas ao longo de diferentes governos como instrumentos de organização técnica, política e pedagógica na gestão educacional.

Nesse contexto, os estudos bibliográficos demonstram de forma inequívoca que o planejamento educacional ao longo da história do Brasil esteve muitas vezes vinculado a

políticas de planejamento econômico ou a projetos de desenvolvimento que relegavam a educação a uma posição secundária, priorizando investimentos e realizações em outros setores.

Levando em consideração a abordagem de planejamento e gestão educacional delineada no novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, o qual é concebido como um instrumento estratégico de orientação de políticas educacionais a curto, médio e longo prazo, foi oficializado em 25 de junho de 2014, através da Lei federal nº 13.005. Este plano estabeleceu as diretrizes, objetivos, metas e estratégias nacionais para a década de 2014-2024, além de definir o processo de monitoramento e avaliação dos planos educacionais subnacionais, sob a supervisão de conselhos representativos da sociedade civil.

No intuito de esclarecer o fenômeno investigado, nosso ponto de partida consistiu em compreender a configuração do planejamento e monitoramento da educação. No entanto, antes de adentrarmos nesse tema, reconhecemos a necessidade de adotar uma concepção de monitoramento e avaliação que se mostrasse apropriada para a análise no contexto educacional.

Desse modo, concebemos o monitoramento como um processo sistemático e contínuo de análise da situação educacional em uma determinada região, com base em indicadores que avaliam tanto a qualidade quanto a equidade social. Esse processo tem como objetivo principal fornecer subsídios essenciais para a avaliação periódica dos Planos de Educação. Passamos a compreender, no entanto, que esse processo deve ser inextricavelmente ligado, sendo, portanto, parte integrante e constitutiva do mesmo contexto de planejamento e gestão educacional. Nesse sentido, reconhecemos que, se negligenciamos o monitoramento das ações, metas e estratégias de um plano de gestão, ficamos automaticamente impedidos de avaliá-lo, dado a interdependência orgânica existente entre esses procedimentos.

No entanto, o estudo efetivamente demonstrou que o planejamento emerge como uma ferramenta intrinsecamente ligada à existência do monitoramento e da avaliação, consolidando-se, por esta razão, como um componente de importância crucial para a efetivação das políticas públicas na esfera da educação. Esse destaque à sua relevância se dá por meio da participação ativa dos diversos segmentos sociais e educacionais diretamente envolvidos no processo.

O objetivo geral desta pesquisa é plenamente alcançado ao promover uma compreensão mais profunda da significância dos planos educacionais, bem como das diretrizes e orientações que respaldam a formação das comissões de monitoramento e avaliação em âmbito subnacional. Isso ocorre através da constituição de comissões compostas e representadas pela sociedade civil e por atores políticos, situando-se em um contexto histórico

respaldado pela literatura. Adicionalmente, a pesquisa se beneficia da análise bibliográfica, documental e da investigação de campo.

Em relação às contribuições do trabalho dessas comissões, os objetivos específicos se estendem e se concretizam nas trilhas percorridas para solucionar a problemática de pesquisa.

Nesse contexto, alcançamos com sucesso o primeiro objetivo deste estudo, que consistiu em traçar a história da implementação da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação (PME) de Medeiros Neto-BA no período de 2016 a 2022. Através de uma abordagem teórica e documental, pudemos constatar que a composição da comissão estava em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei 13.005/2014, e ao longo desse período, seus membros foram nomeados por meio de decretos e portarias municipais, consolidando seu papel como uma peça fundamental na gestão da política educacional.

Assim, demonstramos de forma abrangente como esse objetivo foi cumprido, apresentando um relato detalhado do desenvolvimento histórico da CAAA do PME. Além disso, corroboramos nossas descobertas por meio de pesquisa de campo, conduzindo entrevistas semiestruturadas com representantes de diversos setores da sociedade civil e da esfera política que fazem parte da comissão. Essas entrevistas abordaram a adesão à CAAA, sua estrutura organizacional e a agenda de trabalho para monitorar e avaliar as metas, estratégias e ações do PME.

No cumprimento do objetivo geral, o segundo objetivo específico consistiu em detalhar os procedimentos de trabalho e as práticas de monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME) de Medeiros Neto, aplicados pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) no período de 2016 a 2022, à luz das transformações ocorridas na política educacional em diversos âmbitos governamentais. Este objetivo específico também foi plenamente alcançado, conforme evidenciado pela análise dos relatórios de monitoramento e avaliação elaborados pela CAAA nos intervalos de 2016 a 2017, 2018 a 2019 e 2020 a 2021.

Esses relatórios abordaram as 20 metas do PME, incluindo seus indicadores relacionados às áreas temáticas correspondentes. Além disso, ofereceram uma análise abrangente do status de execução de cada meta, classificando-as como executadas, não executadas ou parcialmente executadas, sempre acompanhadas de notas técnicas quando necessário.

Os relatórios também evidenciam que durante os anos de 2018 a 2019, não houve alocação de recursos orçamentários para o cumprimento de determinadas metas. Entretanto, ressaltam que o plano avançou, considerando a conjuntura econômica, social, política e educacional enfrentada pelo Brasil. Esses relatórios explicam que o contexto por si só justifica a não implementação de algumas metas, algumas das quais nem sequer haviam sido iniciadas até o final de 2019.

A Comissão considerou o período de 2020 a 2021 como um período de estagnação no que diz respeito ao acompanhamento do Plano Municipal de Educação (PME), devido à impactante pandemia de Covid-19, que resultou na paralisação de diversos setores da vida social, com ênfase na área da educação. Isso inevitavelmente resultou na estagnação das metas estabelecidas no Plano.

As experiências relatadas nas entrevistas confirmam que as ações estiveram sob a orientação da Secretaria de Educação do Estado e contaram com o acompanhamento do PROAM até 2016, quando o programa foi encerrado, e a mesma situação ocorreu em 2019 com a SASE. A extinção desses órgãos deu início a um ciclo de desafios para a implementação do plano, pois, o acompanhamento e toda orientação de início estava sendo feita pela SASE/MEC no âmbito federal e pelo Proam/SEC no estado da Bahia. Quando estes órgãos deixam de ser os condutores do processo de monitoramento e avaliação do Plano, provocam na CAAA do município de Medeiros Neto – Bahia um sentimento de abandono e a ausência de um acompanhamento e respostas às dúvidas da CAAA, que foi exacerbado pela crise da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Além disso, esse contexto foi agravado pela postura do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, que se caracterizou pela falta de compromisso com a educação pública em todo o país.

A CAAA enfatiza que a ausência do acompanhamento presencial anteriormente conduzido pela PROAM impactou negativamente o processo de monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME). Além disso, a comissão relata que esse trabalho se desenvolveu de maneira não democrática, com a participação restrita de poucos membros na elaboração dos relatórios de avaliação, enfrentando dificuldades no acesso aos dados e uma falta de diretrizes claras, o que prejudicou o desempenho dos membros, que frequentemente se sentiam limitados por procedimentos burocráticos. Isso, por sua vez, levou a uma limitada divulgação pública, que não alcançava de maneira abrangente a comunidade de Medeiros Neto.

As entrevistas semiestruturadas deixam claro que, apesar de os membros da comissão possuírem um conhecimento enriquecido por suas experiências de vida e participação em outros órgãos de controle social, enfrentavam desafios na execução de suas responsabilidades na comissão. Os entrevistados reconhecem a importância de seus esforços na comissão, tanto para o sucesso do plano como para a qualidade da educação no município de Medeiros Neto. Eles desempenham um papel crucial como representantes da sociedade civil na construção de políticas públicas educacionais, como destacado por Dourado (2017). Entretanto, a sobreposição das funções que exercem com seus cargos e como membros da Comissão, traz para o exercício do monitoramento e avaliação um desafio ético da CAAA.

Além da pesquisa responder à questão norteadora e alcançar os objetivos estabelecidos, é necessário refletir sobre os órgãos de controle social, sua estrutura, constituição, composição, função, liberdade e autonomia de seus membros para acompanhar e intervir nas ações e estratégias do PME, representado aqui pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA).

É decisivo rever a estrutura e a composição dos membros tanto do Fórum Municipal de Educação (FME) quanto da CAAA, uma vez que a sobreposição de funções compromete a imparcialidade e a transparência necessárias ao monitoramento e à avaliação do PME. Atualmente, os membros do FME são praticamente os mesmos da CAAA, com o presidente do Fórum sendo também o coordenador da CAAA.

É necessário repensar essa situação para garantir que os indivíduos responsáveis pelo monitoramento e avaliação não sejam os mesmos que elaboram e implementam as políticas públicas educacionais ou que sejam indicados por grupos de interesse.

Dessa forma, é fundamental reestruturar esses órgãos para assegurar que as funções de monitoramento e avaliação sejam exercidas por indivíduos distintos daqueles que elaboram e implementam as políticas. Promover uma separação clara dessas funções é crucial para assegurar um controle social mais justo, evitando conflitos de interesse e fortalecendo a confiança da comunidade nos processos de monitoramento e avaliação.

A flexibilidade na composição da CAAA deve ser entendida como uma forma de incluir atores sociais locais, permitindo a formação de uma comissão efetivamente atuante. Para isso, é essencial que os membros possuam um conhecimento socialmente construído no exercício de suas profissões, atuando como um bem coletivo. Além disso, é necessário que tenham isenção e liberdade para agir como órgãos de controle social. Os mesmos atores que

são envolvidos na elaboração das políticas públicas educacionais também são responsáveis por monitorar e avaliar essas políticas.

Entretanto, essa flexibilidade pode representar uma fragilidade. O monitoramento e a avaliação do PME podem ser comprometidos se os membros da CAAA não tiverem as características, o conhecimento, a isenção e a liberdade necessários para realizar o trabalho de forma adequada. Além disso, se não tiverem acesso a elementos da realidade objetiva ou se representarem apenas os interesses do executivo local, os resultados do monitoramento e da avaliação pode ser prejudicado.

Embora esses atores sejam fundamentais no processo de construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais, como o PME, a sobreposição de funções entre aqueles que elaboram, acompanham, monitoram e fiscalizam essas políticas cria uma contradição. Essa dualidade de papéis compromete o princípio da transparência, uma vez que os mesmos indivíduos responsáveis por criar as políticas também são encarregados de supervisioná-las e avaliá-las. Essa estrutura pode levar a conflitos de interesse, diminuindo a eficácia do controle social e a imparcialidade necessária para uma avaliação rigorosa e honesta das políticas educacionais implementadas no município.

O monitoramento tem esta perspectiva de controle social, intervindo na gestão pública, que é pautada nos princípios da Constituição Federal de 1988. O Art. 5º, inciso II, estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Nesse contexto, Meirelles (1991) enfatiza que a atuação dos conselhos e comissões deve estar alinhada a esses princípios, garantindo que a gestão pública seja efetiva, transparente e comprometida com os interesses da sociedade.

O terceiro objetivo representa uma reflexão acerca do trajeto percorrido, enfocando as contribuições do trabalho da CAAA para o alcance das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME) de Medeiros Neto, em coordenação com a Secretaria Municipal de Educação, ao longo do período compreendido entre 2016 e 2022. Esse objetivo também foi plenamente realizado ao longo da pesquisa.

As entrevistas destacaram com clareza o trabalho dos entrevistados sobre a importância do planejamento para o desenvolvimento de políticas públicas e, em particular, para a execução das tarefas da comissão no que tange ao monitoramento e à avaliação. Ademais, a comissão demonstrou sua adesão ao planejamento, às diretrizes e à metodologia preconizados tanto pela Lei 13.005/2014, que se refere ao Plano Nacional de Educação, quanto pela Lei 419/2015, que versa sobre o PME de Medeiros Neto.

Os documentos corroboraram a legitimidade da função da comissão, uma vez que os membros foram nomeados oficialmente por meio de atos administrativos municipais, através de decretos ou portarias, designando os representantes da sociedade civil para desempenhar suas funções na comissão de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Medeiros Neto. Isso conferiu validação ao papel desempenhado pela comissão, destacando-a como um ator fundamental nesse processo.

O cumprimento do objetivo geral, que visava evidenciar as contribuições do trabalho da CAAA, foi iniciado através da triangulação dos dados produzidos por meio das pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, esta última mediante a realização de entrevistas semiestruturadas. Essa abordagem possibilitou a realização dos objetivos gerais e específicos, estabelecendo conexões entre as teorias, documentos primários, atas, relatórios e o documento macro que é o PME.

A análise inicial, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, possibilitou fazer emergir três categorias macro e suas respectivas dimensões, a saber: Política de Acompanhamento e Avaliação - Uma dimensão de caráter político, voltada para o monitoramento do cumprimento das metas pela Secretaria Municipal de Educação; Planejamento Educacional - Uma dimensão de natureza organizacional, cuja finalidade é descrever a estrutura e o funcionamento da CAAA; e Plano Municipal de Educação - Uma dimensão de cunho pedagógico, focada na análise das práticas de trabalho da CAAA.

Com essa estrutura organizativa, foi possível criar uma estrutura que delineou as categorias e suas dimensões, fundamentadas em referenciais teóricos consolidados e apoiadas em pesquisas de natureza exploratória. Isso contribuiu para conectar a compreensão fenomenológica obtida no âmbito do objeto da pesquisa com métodos de tabulação e análise documental dos instrumentos regulatórios, assim como com a definição dos parâmetros da aplicação das entrevistas semiestruturadas.

Dessa forma, estabeleceu-se uma relação eficaz das subcategorias com as categorias previamente estabelecidas na elaboração do roteiro das entrevistas. Por meio da análise das transcrições das entrevistas, foi possível organizar falas dos entrevistados de acordo com as subcategorias derivadas do referido roteiro.

Os quadros de trabalho elaborados por esse pesquisador possibilitaram uma análise minuciosa das categorias e subcategorias, estabelecendo conexões com as respostas dos entrevistados nas três dimensões política, organizacional e pedagógica, no que diz respeito à

contribuição do trabalho de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME).

O estudo tornou evidente que o monitoramento e a avaliação desempenham um papel fundamental para o sucesso dos planos decenais de educação em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, destacou que a efetivação desses planos somente é possível por meio de uma participação ampla, autônoma e constante da sociedade civil e política no processo de monitoramento e avaliação, sendo a representatividade na comissão do PME um componente crucial desse processo.

Apesar das dificuldades apontadas pelos membros da comissão, a pesquisa destacou que o trabalho desempenhado pela CAAA desempenhou um papel crucial na consecução das ações, no alcance das metas e no êxito do PME de Medeiros Neto. Além disso, o estudo revelou que a situação extraordinária da pandemia do novo Corona vírus acentuou as crises políticas, econômicas, sociais e educacionais em nosso contexto, reforçando a fragilidade das relações intergovernamentais. Isso evidenciou a falta de coordenação federativa nas políticas educacionais, tanto em âmbito nacional como estadual, tornando ainda mais evidente a necessidade de uma política de colaboração efetiva entre os sistemas de ensino. Essa colaboração foi prejudicada pela ausência de instrumentos normativos claros e metas objetivas que fortaleçam o regime de colaboração. Portanto, é fundamental estabelecer diretrizes mais sólidas para o monitoramento e avaliação dos planos educacionais em nível nacional e subnacional.

Uma situação que também precisa ser revelada e refletida encontra nas falas dos entrevistados são as dificuldades com os dados e indicadores não oficiais. Os indicadores são um recurso metodológico que possibilita formas de traduzir a realidade de forma concisa. O indicador pode possuir diversas dimensões e características, com o intuito de ser referência para um objetivo ou efeito a ser alcançado. A construção de indicadores educacionais depende de bases de dados que refletem a realidade de forma precisa e abrangente. Essas bases de dados são tipicamente originadas de registros administrativos, levantamentos, censos e pesquisas. Quando os dados não são provenientes de fontes oficiais, surgem desafios significativos relacionados à validade, abrangência e confiabilidade das informações.

Para garantir a validade dos indicadores, as bases de dados utilizadas devem ser robustas e abrangentes. Caso um município não disponha de levantamentos estatísticos próprios ou de uma área dedicada à coleta e organização de dados, a alternativa viável é recorrer a bases de dados produzidas por órgãos estaduais ou pelo Governo Federal.

O grande desafio para muitos municípios é saber utilizar os indicadores, ou mesmo construir os seus próprios, garantindo que a realidade educacional de seu território possa ser visualizada para melhor monitorar e avaliar a efetividade das políticas públicas e o cumprimento das metas dos planos municipais de educação, Medeiros Neto – Bahia não fica fora deste contexto. O ideal seria que os indicadores tivessem sido pensados e utilizados antes mesmo da criação da meta, no processo de construção do diagnóstico da realidade educacional do município. Afinal, é preciso saber qual a situação real para entender qual tipo de meta é possível incluir no plano de educação e garantir que ela seja exequível. É importante ter em mente que o indicador traz informações parciais da realidade de uma determinada dimensão, nunca uma visão completa. Por isso também a necessidade de escolher de forma adequada as bases de dados e informações utilizadas para compor determinado indicador, para garantir que elas estejam contemplando os aspectos mais significativos dessa realidade a ser representada. E justamente por ser uma visão parcial que é preciso ter cautela na interpretação e comparação dos dados, Medeiros Neto seguiu as orientações sugeridas pelo Proam logo no início, fazendo um diagnóstico do município para a construção do PME. No entanto, seguiu em sua maioria as metas e indicadores do PNE. Nesse entendimento, a equipe técnica, a coordenação do PME e os membros da CAAA reconhecem as limitações e desafios quando se trata dos indicadores e de base de dados não oficiais envolvidos no processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais. Eles entendem que, apesar das dificuldades, seu trabalho é crucial para a construção e implementação eficaz dessas políticas como orienta Dourado, (2017).

As contribuições de Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016) ressaltam a necessidade de um processo estruturado para o monitoramento e avaliação dos planos de educação. Eles sugerem que as equipes responsáveis devem estabelecer cronogramas com metodologia de trabalho e definir responsabilidades claras para cada ação. Além disso, é essencial desenvolver indicadores e instrumentos de gestão das informações, organizando uma série histórica e um banco de dados consistentes.

Vários são os relatos dos entrevistados, especialmente do identificado como CAAA 5, que destaca a importância da metodologia utilizada, mas também as dificuldades enfrentadas no processo. Ele menciona que a comissão adota uma abordagem qualitativa com notas explicativas para justificar a falta de dados de indicador local, assim procede com outros indicadores, isso é desafiador: "A gente está fazendo muito de maneira qualitativa, com notas explicativas e tudo mais. É bem difícil, é interessante demais, é intrigante tudo, mas a gente

esbarra muito nessas dificuldades." Na tentativa de explicar a falta de dados não oficiais para alguns indicadores a comissão da CAAA o faz por nota técnica provocando assim uma leitura possível da realidade objetiva das metas planejadas. Entretanto, a realidade desafia essa visão ideal. O sujeito CPME 1, coordenador do PME, apontou a superficialidade com que o monitoramento e a avaliação são conduzidos: "O trabalho de monitoramento e avaliação é muito importante, mas tem muito que melhorar no sentido de acontecer de fato. Monitorar significa estar presente nas escolas e situações, mas isso não é realizado como deveria, pelo menos em nosso município" (CPME 1, 2023).

Para superar esses desafios, Aranda, Rodrigues e Militão (2020) sugerem que a avaliação de planos decenais não deve ser vista como uma atividade isolada, mas como um processo contínuo que identifica lacunas e oferece soluções para ajustes necessários. Esse processo é essencial para alcançar plenamente os objetivos educacionais.

Portanto, é crucial que o monitoramento e a avaliação sejam implementados de maneira sistemática e contínua, que a CAAA possa, diante da dificuldade, identificando a lacuna no processo recorrer ao COPE/SEC, garantindo a correção dos rumos na gestão das políticas educacionais. Apenas, assim, os planos de educação podem se tornar efetivamente políticas de estado, contribuindo para a qualidade social da educação e o cumprimento dos compromissos pactuados com os entes federados.

Nesse contexto, considerando que os estudos acerca do desempenho das comissões de monitoramento e avaliação de planos educacionais ainda estão em estágios iniciais em organizações públicas de ensino, torna-se crucial a urgência de uma expansão dessas pesquisas por meio de novas investigações. Essas investigações têm o propósito de enriquecer a análise do trabalho das comissões de monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação nas cidades que compõem a região do Extremo Sul, especialmente no que diz respeito às estratégias de disseminação das boas práticas de gestão da educação pública nesse território. O objetivo principal dessa ampliação é fortalecer a participação dos mecanismos de controle social na administração de políticas públicas educacionais.

Dessa forma, o monitoramento e avaliação de um plano municipal de educação desempenham um papel fundamental na revisão das metas e estratégias estabelecidas, possibilitando a necessária adaptação de acordo com a realidade educacional do município. Essas revisões e ajustes demandam a participação ativa da comunidade, por meio de órgãos representativos, a fim de assegurar que a qualidade da educação seja um referencial social. No entanto, para que isso ocorra de maneira eficaz, é imprescindível a formulação de políticas

públicas educacionais que promovam e respaldem o monitoramento e avaliação, de acordo com os princípios da gestão democrática.

A produção de conhecimento no Brasil sobre este tema tem sido notavelmente escassa, conforme evidenciado pelos estudos conduzidos em todas as cinco regiões do país pelo GEPLAGE/UFSCar, *campus* Sorocaba/SP, especificamente, o estudo intitulado "Planejamento Educacional: Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba/SP", sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima. A pesquisa desse grupo identificou que, na região Nordeste, o estado da Bahia apresenta um total de dez produções científicas relacionadas a essa temática em cidades baianas. Essas produções incluem três dissertações de mestrado. Além disso, foram identificados seis artigos científicos disponíveis no site de periódicos da CAPES, juntamente com uma publicação no Seminário Internacional de Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional.

Mesmo com a obrigatoriedade legal de realizar monitoramento contínuo e avaliações periódicas das metas presentes nos planos de educação em níveis nacional e subnacional, bem como a necessidade de alinhamento desses processos com os planos estaduais e municipais, observa-se uma carência de estudos significativos no campo dos Programas de Pós-Graduação em Educação.

No entanto, é importante destacar que as poucas pesquisas científicas disponíveis oferecem um indicativo claro da necessidade de aprofundar as discussões e conduzir novas investigações. Isso se deve à crucial importância desses documentos na busca por uma educação pública de alta qualidade.

Portanto, esta pesquisa tem o potencial de estimular investigações futuras e análises mais aprofundadas em relação ao processo de monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação. Esse estímulo se torna ainda mais relevante ao considerar a iminente elaboração de novos planos em âmbito nacional, estadual e municipal. Esta próxima fase representa uma oportunidade valiosa para aprimorar a qualidade técnica das avaliações e monitoramentos, ampliar a participação da sociedade e capacitar os membros das comissões. O objetivo final é avançar em direção a um enfoque de trabalho coletivo e democrático, onde a participação de todos seja prioritária.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. *et alii*. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, 54(4), pp. 663–677, 2020.
- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.
- ANTUNES, Marina Ferreira de Souza. Plano Municipal de Educação de Uberlândia – monitoramento e avaliação: desafios para a valorização da carreira docente. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 8, n. 1, p. 19-36, jan. /abr. 2019.
- ARANDA, Maria Alice de Miranda; PERBONI, Fábio; RODRIGUES, Evely Solaine de Souza. O Plano Municipal de Educação de Dourados-MS: política, gestão e participação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 18, n. 57, p. 416-436, abr./jun. 2018.
- ARANDA, Maria Alice de Miranda; RODRIGUES, Evely Solaine de Souza; MILITAO, Sílvio Cesar Nunes. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69767, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602020000100203](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602020000100203), acesso em 19 out. 2022
- ARELARO, Lisete Regina Gomes. É possível implantar, em curto prazo, um sistema nacional de educação no Brasil? *In*: CALDAS, Andréa (Org.). **O plano nacional de Educação e o sistema nacional de educação**. Curitiba, v. 1, cap. 1, 2015, p. 31-50.
- AZANHA, José Mário Pires. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. *In*: MENESES, João Gualberto *et alii*. **Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras**. São Paulo: Pioneira, 1998, cap. 6, p. 102-213.
- AZANHA, José Mário Pires. A política de educação do estado de São Paulo. (Uma Notícia). Considerações sobre a Política de Educação do Estado de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 349-361, maio/ago. 2004
- AZEVEDO, Fernando. *et alii*. **A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1984.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. Plano Nacional de Educação e planejamento: A questão da qualidade da educação básica. **Retratos da Escola**, v. 8, n. 15, p. 265-280, 2015.
- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. *In*: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos *et alii*. **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BAHIA. Secretaria Estadual de Educação. **Princípios e Eixos da Educação na Bahia**. Salvador, Bahia, 2007.

BAHIA. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto do Programa de Apoio à Educação Municipal**. Salvador, 2008.

BAHIA. Secretaria Estadual de Educação. **Compromisso de Gestão da Qualidade da Educação: Uma Ação de Todos Nós**. Salvador, Bahia, 2009.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. Diretoria de Planejamento Territorial. **A Política Territorial do Estado da Bahia: Histórico e Estratégias de Implementação da Diretoria de Planejamento Territorial (2003-2021)**. 2021. Disponível em: [https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial\\_-V-2.0-2022.pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial_-V-2.0-2022.pdf) . Acesso em 02/10/2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, João. O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. *In*: BARROSO, João. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores**. Lisboa: Educa, 2006b. cp. 1, p. 41-70.

BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012a.

BOITO JÚNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGVSP**, 2012b. Biblioteca virtual FGV-SP. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/>.

BOITO JÚNIOR, Armando. Lava jato, classe média e burocracia de Estado. **Princípios**, v. 1, 2016b, pp. 29-34. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/288272-1>>

BORDIGNON, Genuíno. Caminhar da educação brasileira: muitos planos, pouco planejamento. *In*: SOUZA, Donald de; MARTINS, Angela Maria (Orgs.). **Planos de Educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 29-53.

BORDIGNON, G. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano**: São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BORDIGNON, G.; QUEIROZ, A.; GOMES, L. O Planejamento Educacional no Brasil. *In*: Fórum Nacional de Educação/Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2011. **Anais...** Brasília, 2011. Disponível em: [http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento\\_educacional\\_brasil.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf). Acesso em: 17 set. 2022.

BORGES, Moacir Freitas. Plano municipal de educação (2014-2024): o processo de monitoramento e a participação do comitê de acompanhamento e avaliação no município de Coração de Maria (BA). **Dissertação de Mestrado em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação**. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação. Salvador: UNEB, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 1934.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF Brasília, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26. jun. 2014. Seção 1, p.01. 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 1º Ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016**. Brasília: MEC/INEP, 2016b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de monitoramento das metas do PNE – 2018**. Brasília: MEC/INEP, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). **Planejando a próxima década: alinhando os planos de educação**. Brasília: MEC, 2014b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). **Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação**. Brasília: MEC, 2016a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005, 98p.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf](http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf). Acesso em 07 jul. 2023.

BRITO, Maria Gorete Rodrigues. O Processo de Monitoramento e Avaliação da qualidade no Plano Estadual de Educação do Pará: tensões e possibilidades. **Dissertação de Mestrado em Educação**. Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

BRZEZINSKI, I. Formação de profissionais do Magistério na LDB/1996: a disputa entre projetos educacionais antagônicos. *In*: BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 95-129.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília DF, v. 57, n. 5, p. 611-614, set/out, 2004.

CARDOSO NETO, O. F.; DE NEZ, E. . Governos Lula, Dilma e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas. **Interação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 121–144, 2021. Disponível em: <https://interacao.org/index.php/edicoes/article/view/117>. Acesso em: 8 abr. 2024.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Planejamento educacional. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: [www.gestrado.net.br/pdf/418.pdf](http://www.gestrado.net.br/pdf/418.pdf). Acesso em: 08 jun. 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

COMEX/MEC. **Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação (MEC), bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique. Estudo do desempenho econômico-financeiro das maiores emissoras de televisão de aberta do Brasil. **Dissertação de Mestrado em Contabilidade**. Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (CEPPEV), Faculdade de Ciências Contábeis, Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2007.

CORREIA, Josiane Caroline de Souza Salomão. Avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017). **Dissertação de Mestrado em Educação**. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

CORREIA, Maria Valéria Costa. O conselho nacional de saúde e os rumos da política: mecanismo de Controle Social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. **Tese de Doutorado em Serviço Social**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O plano nacional de educação: duas formulações. **Cad.Pesq.** n 1004. p.162-180 jul 1998 Disponível em: [educa.fcc.org.br/pdf/cp/n104/n104a10.pdf](http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n104/n104a10.pdf) Acesso em: 10 mar. 2023.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Érina; COSTA, Vanessa. Controle Social na Educação Municipal: os planos de ações articuladas e o desafio da construção do novo sistema nacional de educação na Amazônia. **Anais do Seminário de Educação Brasileira —Plano nacional de Educação: Questões desafiadoras e embates emblemáticos**, 2011, Campinas. Disponível em: <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/Artigo%20322.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DAVID, Ana Celeste da Cruz *et alii*. Programa de Apoio À Educação Municipal (Proam): uma experiência de fortalecimento das municipalidades no contexto educacional baiano. **IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2007, Porto, Portugal. Comunicações Orais. Porto: Associação Nacional de Política e Administração da Educação – Anpae, 2014. Disponível em: Acesso em 05 nov. 2022.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas. *In*: DOURADO, Luiz Fernandes Dourado (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 17-59.

DOURADO, Luiz Fernandes; GROSSI JUNIOR, Geraldo; FURTADO, Roberval Ângelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. **RBPAE**. v. 32, n. 2, p. 449 – 461. maio/ago. 2016.

DOURADO; Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017b.

DOURADO; Luiz Fernandes. Apresentação: avaliação e propostas para o PNE. *In*: DOURADO, Luiz Fernandes Dourado (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 9-15.

DOURADO; Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017a.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 213-25, Dez. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602004000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602004000200011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 Abr. 2023

FONSECA, João. José. Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Marília, FERREIRA, Eliza Bartolozzi ; SCAFF, Elisangela Alves da Silva. Planejamento e gestão educacional no Brasil: hegemonia governamental e construção da autonomia local. **Educar em Revista**, v. 36, p. e69766, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/PjbZLbdgxCfmm8RcYPkMPkQ/abstract/?lang=pt#>.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na educação: uma nova abordagem. *In*. **Congresso de educação básica: qualidade na aprendizagem**. Rede municipal de ensino de Florianópolis. COEB, 2013.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Epistemologia da pesquisa em educação**. São Paulo: Papyrus, 1996.

GATTI, Bernardete Angelina. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **ECCOS - Revista Científica**, São Paulo, 1999. v. 1, n.1, p. 63-79.

GATTI; Bernardete Angelina. A produção da pesquisa em educação no Brasil e suas implicações. *In: A Construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 09-40.

GROSSI JÚNIOR, G.; ALCANTARA, R. de C. A.; CUNHA, S. F. F. da. O processo de elaboração e adequação dos planos de educação dos planos de educação e a rede de assistência técnica da SASE/MEC. **Revista Exitus**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 171- 196, 2017.

Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/394>. Acesso

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XXI, n. 55, 2001. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>.

HORTA, José Silvério Baia. Planejamento educacional. *In: MENDES, D. T. (coord.) Filosofia da educação brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Antônio Bosco. Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. *In: LIMA, Antônio Bosco de.(Org.). Estado e controle social no Brasil*. Uberlândia: Composer; Fapemig; GPEDE, 2009. p.17-36

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MACHADO, Célia Tanajura. O. Projeto Nordeste e a formação do professor: diretrizes da reforma educacional brasileira. **Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade**. Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

MALCOMES, Irma Carina Brum. Monitoramento e avaliação de políticas públicas de saúde no município de Eldorado do Sul. 2012. **Monografia**. Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Controle da Administração Pública pelo Ministério Público (Ministério Público Defensor do Povo). São Paulo: Juarez de Oliveira, MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Saraiva,1991.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 34, n. 71, p. 223-

239, nov. 2018. ISSN 1984-0411. Disponível em: [revistas.ufpr.br/educar/article/view/59428](http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/59428). Acesso em: 14 abr. 2023.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORGAN, Karine Vichiect; LINO, Lucília Augusta. Do documento final da Conae ao Plano Nacional de Educação: uma análise da meta 19. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 1, p. 67-83, 2018.

NASCIMENTO, Gilvânia da Conceição; GROSSI JUNIOR, Geraldo; PEREIRA, Jhonata Moreira. Planos Municipais de Educação: perfil dos municípios que não possuíam plano municipal de educação no segundo ano de vigência da Lei n. 13.005/14. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 7, n. 1, p. 108-130, jan./abr. 2017.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 185-202, jun. 2003. Disponível em: . Acesso em: 07 out. 2022.

NOVAES, Ivan Luiz. **Construção do projeto de pesquisa sobre políticas e gestão educacionais**. Salvador: EDUNEB, 2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Angelo Dantas; MACHADO, Célia Tanajura. Políticas públicas e regime de colaboração: efetivação da agenda de governo para educação na Bahia. **Espaço Público**, v.3, p.53 -63, mar. 2019

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PARENTE, C. da M. D. Construindo uma tipologia das políticas de educação integral em tempo integral. **Roteiro**, v. 41, n. 3, p. 563–586, 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/10601>. Acesso em: 03 nov. 2022.

PARENTE, C. da M. D. Educação em Tempo Integral nos Planos Municipais ne Educação ne São Paulo. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 25, n. 3, p. 223-241, jul./set. 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9960/5853>. Acesso em: 22 set. 2022.

PARENTE, José. **Planejamento estratégico da Educação**. 3 ed. Revisada e Ampliada. Brasília: Líber Livro, 2010.

PEREIRA, Antonio Fernando Oliveira de Andrade. Causalidade e co-integração no mercado de capitais da América Latina. **Tese de Doutorado em Engenharia da Produção**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002

QUEIROZ, F. (2018). Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, (27). <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2018.17521>. Acesso em: 2 abr. 2024.

RUA, Maria das Graças. **Para aprender políticas públicas: conceitos e teoria**. Brasília: IGEPP, 2013.

SANDER, Benno. O estudo da administração da educação na virada do século. *In*: MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Orgs.). **Política e Gestão da Educação: dois olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 55-68.

SANTORUM E SILVA, Petula Ramanauskas; MARTINS, Thiago de Melo; GARRIDO, Noemia de Carvalho; ANGELINI, Rute de Carvalho; SANTOS, Aimê Heloína Candido da Silva; LIMA, Paulo Gomes. Planejamento Educacional: Estado do Conhecimento sobre Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação da Região Nordeste do Brasil. **Ensaio Pedagógico** (Sorocaba), v. 6, n. 3, set./dez. 2022, p. 56-67.

SANTOS, Rosângela dos. A participação social no monitoramento e avaliação dos planos de educação dos municípios da zona da mata mineira (MG). **Dissertação de Mestrado em Educação**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná (PR), 2020.

SAVIANI, D. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. *In*: KRAWCZYK, N; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **O Golpe de 2016 e educação no Brasil**. Uberlândia: Editora Navegando, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/67198/38375>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 15, n. 44, p. 308-412, maio-ago. 2010.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1-18, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21512. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acesso em: 2 abr. 2024.

TEIXEIRA, Lucia Helena G. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.123, p.691- 708. Set./dez. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 jun 2023.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. **Policy Papers**. v. 17. Brasília: UNESCO, 2006.

VASSOLER, Márcia Cecília. Dinâmicas, discursos e estratégias dos atores atuantes no processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

(PEE/SC). **Tese de Doutorado em Educação**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina, 2019.

VIEIRA, V. A lei de diretrizes e bases da educação nacional e a base nacional comum. *In*: BRZEZINSKI, I. (org.). **LDB/1996 contemporânea**: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014

WERLE, Flávia Obino Corrêa; METZLER, Ana Maria Carvalho. Planos federais de educação e sua repercussão nas instâncias subnacionais: a autonomização da educação pública básica. *In*: SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINS, Angela Maria (Orgs.). **Planos de Educação no Brasil**: planejamento, políticas, práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 233-252

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.

Nessa direção, o roteiro foi organizado em dois blocos A e B. O bloco A versa sobre dados pessoais dos entrevistados no que concerne a escolaridade, formação, seguimento que representa, cargo que ocupa e função atual. E o bloco B, trata diretamente dos trabalhos da (CAAA) do (PME) do município de Medeiros Neto.

Roteiro de orientação para as entrevistas semiestruturada com os membros da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME, com os membros da Comissão de Acompanhamento Avaliação e Adequação CAAA do PME, coordenação do PME, e os secretários de educação do município de Medeiros Neto. O mesmo roteiro será aplicado como orientação para todos os grupos focais participante da pesquisa.

Bloco – A – Dados pessoais:

- 1- Qual a sua escolaridade?
- 2- Qual a sua formação?
- 3- Qual o segmento que representa?
- 4- Qual o seu cargo?
- 5- Qual a sua função atual?

Bloco – B – Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação (PME).

- 1- Como foi que se deu sua inserção na Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação do PME?
- 2- A comissão tem um plano de trabalho com ações e cronograma para serem executado durante o processo de monitoramento e avaliação?
- 3- Qual sua avaliação sobre a metodologia utilizada para esse trabalho no acompanhamento e avaliação do PME?
- 4- A metodologia proposta pela comissão possibilita acompanhar, avaliar e sugerir adequações nas estratégias e ações, a fim de atingir as metas implementadas pelo Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto (2015 a 2025)?
- 5- Você participou de todas as etapas do processo de acompanhamento e avaliação do PME?

- 6- Qual (ais) contribuição (ões) o segmento representado apresentou para o cumprimento das metas do PME?
- 7- Essa (s) contribuição ( ões) foram incorporadas ao PME?
- 8- Como se deu a publicação dos resultados da Avaliação para a Sociedade Civil?
- 9- Que (ais) perspectiva (s) você tem, com as avaliações do PME, para a educação no seu município?
- 10- O que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação do PME de seu município tem feito para efetivar as ações, realizar as estratégias e alcançar as metas previstas no prazo estabelecido?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

	 <p>Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)</p>
---	--

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você/Sr./Sra. está sendo convidado (a) para ser participante voluntário (a) da pesquisa intitulada **“MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MEDEIROS NETO-BA (2015 A 2025): CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO”**. de responsabilidade do (a) pesquisador (a) **ELIEZER VIEIRA LIMA**. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador(a) responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

Seguem informações importantes sobre a pesquisa:

Título: Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025): contribuições da Comissão.

Pesquisadora responsável: Eliezer Vieira Lima

Nome do participante: \_\_\_\_\_

#### **Justificativa:**

A motivação maior para o desenvolvimento da pesquisa partiu da vivência enquanto educador e coordenador pedagógico da rede estadual de ensino no Centro Territorial de Educação Profissional de Medeiros Neto, escola de Ensino Médio. Na rede, enquanto coordenador pedagógico em reuniões com os professores analisando as avaliações diagnósticas que a escola aplica todo início de ano letivo para direcionar o planejamento dos trabalhos dos professores e avaliação externa do IDEB das escolas do município, temos vivenciado e

percebido cada vez mais os alunos chegarem ao ensino médio sem o conhecimento básico necessário, principalmente em componentes curriculares como matemática e língua portuguesa.

Diante deste contexto, surgiram diversas dúvidas e questionamentos sobre o sistema municipal de ensino, sua organização no Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto e logo como vem sendo monitorado e avaliado, e para além dos índices de avaliação, nos interessa na condição de educador e coordenador pedagógico compreender quais as contribuições que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA tem trazido para as práticas de gestão da Secretaria Municipal de Educação e suas implicações na melhoria da qualidade do ensino público municipal.

No sentido de compreender a dinâmica em que vinha sendo monitorado e avaliado o PME de Medeiros Neto e na tentativa de conhecer as práticas contributivas do trabalho da comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano, para a consolidação das metas e estratégias do PME pela gestão educacional, a qual refle na melhoria da qualidade social da educação municipal. Foi desenhado uma estrutura de pesquisa com:

**Tema:** Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025): contribuições da Comissão.

**Problema:** Que contribuições o trabalho da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025) tem trazido para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano pela Secretaria Municipal de Educação?

**Objetivo geral:** Compreender as contribuições do trabalho da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do Plano Municipal de Educação de Medeiros Neto-BA (2015 a 2025) tem trazido para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano pela Secretaria Municipal de Educação.

**Objetivos Específicos:**

Historicizar a organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do PME de Medeiros Neto-BA.

Analisar processos de trabalho, práticas de acompanhamento e avaliação das metas e estratégias do PME de Medeiros Neto adotados pelo CAAA.

Refletir sobre as contribuições do trabalho do CAAA para o cumprimento das metas e estratégias do PME de Medeiros Neto pela Secretaria Municipal de Educação, a partir de sua aprovação.

## **Metodologia**

A investigação deste fenômeno social, no campo da educação, acontece inicialmente atendendo às categorias centrais da pesquisa, a saber: Monitoramento e Avaliação; Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) do PME; Práticas e contribuição do Trabalho da CAAA para efetivação do PME. A opção de investigação pela pesquisa qualitativa e exploratória nos parece a mais adequada dada o objeto ser de caráter sociológico gerando um problema de ordem social, onde “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 13). Essa orientação nos assegura um trabalho conciso dos processos e métodos investigativos.

Para concretizar a pesquisa será necessário a utilização de várias formas e fontes na produção de dados. Essa estratégia possibilitará observar várias evidências implicadas na criação e implementação da política pública em estudo.

Nessa perspectiva, a produção de dados se dará com a técnica triangular de pesquisa, bibliográfica, documental e de campo. Tais pesquisas estão descritas e compreendidas, no primeiro momento, como pesquisa bibliográfica, no intuito de construir uma base teórica desenhando o percurso reflexivo sobre os conceitos de sustentação da pesquisa: políticas públicas da educação, planejamento, planos decenais, mecanismos de acompanhamento e avaliação, entes federados e os processos de formação da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA); no segundo momento, promover uma pesquisa de base empírica de fonte documental que normatiza os procedimentos como minutas de projetos, atas, decretos, portarias, instrumentos de planejamento (PME, PPA, LOA, CAAA) e orçamento que permita compreender as opções programáticas delineadas para a condução da políticas públicas de educação planejada pelos(as) Secretários Municipais de Educação que atuaram no município de Medeiros Neto Bahia de 2015 a 2022; o terceiro e último momento chamamos de campo ou relacional, consiste na aplicação de entrevistas semiestruturadas com os técnicos da secretaria de educação, com as Comissões de Acompanhamento, Avaliação (CAAA), com a coordenação e com os dirigentes que atuaram e atuam como secretários de educação do município de Medeiros neto – BA.

Essa ligação do processo de triangulação proporciona melhor compreensão da (base teórica, base documental e a de base de campo ou relacional.

### **Duração e local da pesquisa:**

A produção de informações no campo contará com quatro encontros, sendo um para cada segmento. Os encontros serão agendados de forma antecipada, com duração de no máximo quatro horas. O local a ser realizado a produção de dados será na própria secretaria de educação, na qual os participantes fazem parte, onde fará o uso de uma sala que será reservada, preparada e ambientada para cada encontro, a fim de possibilitar que os participantes se sintam à vontade.

### **Riscos e desconfortos**

Toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve riscos, portanto, durante a execução da pesquisa poderão ocorrer possíveis desconfortos, tais quais: possibilidade de constrangimento ao responder ou por não saber responder ou por vergonha ao responder questões do instrumento de produção de dados; medo de ser identificado; cansaço, insegurança ou mal-estar; alteração de comportamento durante a gravação de áudio; ou qualquer situação que interfira no bem-estar dos participantes.

Levando em consideração que o pesquisador mediará de forma atenta e participativa, possíveis atos serão minimizados, assim que forem percebidos, através do diálogo e/ou suspensão imediata da pesquisa, podendo esta ser retomada em momento posterior após ser resolvido os desconfortos. O pesquisador organizará o ambiente para que os participantes sintam-se confortáveis e ficará atenta: caso ocorra alguma situação que abale o estado dos participantes, possibilitando reavaliação do método e a comunicação ao conselho de ética da instituição de estudo, se necessário, para qualquer fato relevante que altere os procedimentos; à mediação para possibilitar o respeito entre os participantes; aos sinais verbais e não verbais de desconfortos e que, para fins de minimizá-los, irá garantir, local reservado e liberdade para não responder questões, caso considere constrangedoras; ao respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes próprios da comunidade.

É importante salientar que a gravação de áudio durante a entrevista semiestruturada será exclusivamente para uso com fins científico, no que tange a observação e a análise das informações dos participantes. A gravação do áudio será descartada em momento posterior.

### **Benefícios**

Com os encontros, tem-se como benefício a possibilidade da participação de representantes da sociedade civil e política nos processos de monitoramento e avaliação feito pela comissão da (CAAA) no cumprimento das metas e estratégias do PME, com vista a

contribuir com a gestão do Plano pela Secretaria Municipal de Educação no sentido da melhoria da qualidade do ensino público municipal.

Outro fator benéfico são as contribuições das reflexões da sociedade civil e política na participação e atuação da gestão do Plano Municipal de Educação, das práticas e atuações das Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação (CAAA) dos Planos nos trabalhos de monitoramento e avaliação do PME, e sobre a importância do plano e seu monitoramento e avaliação enquanto política pública municipal de educação bem como contribuir com a Secretaria Municipal de Educação na melhoria da qualidade do ensino público municipal.

**Acompanhamento e assistência:**

Caso ocorra algum risco, dano ou desconforto aos participantes, decorrente da pesquisa, o pesquisador dará total assistência, imediata, de forma gratuita, na qual se configura como direito aos participantes.

**Garantia de indenização:**

Fica garantido ao participante o direito de pleitear indenização diante de eventuais danos de sua participação decorrentes da pesquisa.

**Garantia de ressarcimento financeiro:**

Qualquer despesa com o desenvolvimento da pesquisa será de responsabilidade do pesquisador, não devendo ser cobrado nenhum valor aos participantes, assim como, se houver algum gasto, o participante terá o direito de ressarcimento.

**Garantia de manutenção do sigilo e privacidade:**

Fica garantido o sigilo sobre a privacidade do participante, portanto o pesquisador se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

**Garantia de recusa em participar da pesquisa e/ou retirada de consentimento**

O participante não é obrigado (a) a participar da pesquisa, é livre para aceitar ou não, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, o participante não será mais contatado (a) pelo pesquisador.

**Esclarecimento de dúvidas:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa poderão contatar o pesquisador Eliezer Vieira Lima no telefone (73) 998434327, ou no endereço rua Sete de setembro, número 01 Bairro Nossa Senhora Aparecida, Medeiros Neto Bahia. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de

Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB) no telefone (71) 3117-2200, ou no endereço Rua Silveira Martins, 2555, Cabula.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo, não havendo nenhum tipo de pagamento ou gratificação pela minha participação. Também declaro ter recebido uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido, de igual teor, assinado pelo (a) pesquisador (a) ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Medeiros Neto – BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável